ROTA DO ROMÂNICO

Os arcos memoriais e marmoirais

Da Idade Média à atualidade

JOAQUIM LUÍS COSTA

CENTRO DE ESTUDOS DO ROMÂNICO E DO TERRITÓRIO

Os arcos memoriais e marmoirais

Da Idade Média à atualidade

Fotografia da capa: Memorial da Ermida (Penafiel), em finais do século XIX. Foto: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. Identificador 301751.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
Os arcos memoriais e marmoirais, da Idade Média à atualidade

PROPRIEDADE
Rota do Românico

EDIÇÃO
Centro de Estudos do Românico e do Território

COORDENAÇÃO GERAL
Luís Monteiro

REVISÃO DA EDIÇÃO
António Coelho

TEXTO
Joaquim Luís Costa

FOTOGRAFIA
António Cabral
Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico
Direção-Geral do Património Cultural
Egídio Santos
Gabinete de Arqueologia e Património Histórico do Município de Barcelos
Joaquim Luís Costa
R. Sousa Santos
Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca
Rota do Românico

COLABORAÇÃO
Duarte Pinheiro
João Paulo Silva
José Augusto Costa

AGRADECIMENTOS
Biblioteca Municipal de Penafiel
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Unidade
de Cooperação Territorial e Promoção da Região
Gabinete de Arqueologia e Património Histórico do Município de Barcelos
Manuel António Silva
Real Irmandade Rainha Santa Mafalda de Arouca

DESIGN DA COLEÇÃO
Abigail Ascenso e Fedra Santos

PAGINAÇÃO
Fedra Santos

IMPRESSÃO
Sersilito – Empresa Gráfica

TIRAGEM
1000

DATA DE EDIÇÃO
1.ª Edição | Março de 2022

ISBN
978-989-53587-0-0

DEPÓSITO LEGAL
498258/22

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos autores.

COFINANCIAMENTO

NORTE2020

Centro de Estudos do Românico e do Território
Praça D. António Meireles, 45
4620-130 Lousada
T. +351 255 810 706
T. +351 918 116 488
rotadoromanico@valsousa.pt
www.rotadoromanico.com

Os arcos memoriais e marmoirais

Da Idade Média à atualidade

JOAQUIM LUÍS COSTA

Índice

Os arcos memoriais e marmoirais, da Idade Média à atualidade representa mais um contributo do Centro de Estudos do Românico e do Território (CERT) para o conhecimento e divulgação do nosso extraordinário legado histórico e patrimonial.

Esta 13.ª publicação temática do CERT tem como alvo uma singular tipologia de monumentos, tão curiosa e rara como enigmática e desconhecida.

Os memoriais e marmoirais, frequente e erradamente agrupados sob uma mesma origem e função, continuam envoltos em inúmeras interpretações, mais recentes ou recuadas no tempo, pelo que esta publicação, para além da revisão da literatura já editada, aponta novas leituras e novos caminhos para um tema que, seguramente, não se esgota aqui.

O pressuposto de que este tipo de bens patrimoniais medievais apenas subsiste em Portugal, aliado ao facto de três dos sete exemplares conhecidos estarem localizados em Castelo de Paiva, Marco de Canaveses e Penafiel, no território abrangido atualmente pela Rota do Românico, converteram esta publicação num desígnio (quase) incontornável, mas feliz, por parte do CERT.

Para além do tema, também a abrangência geográfica desta investigação constitui uma novidade. Até ao momento, todas as edições do CERT tinham-se concentrado, exclusivamente, em objetos de estudo dos vales dos rios Sousa, Douro e Tâmega. Contudo, desta vez, numa missão de síntese e de aprofundamento, a pesquisa e o trabalho de campo extravasaram o espaço da Rota do Românico, com incursões até Arouca, Vila Real, Tarouca e Odivelas.

Uma palavra final de sentido agradecimento ao autor, Joaquim Luís Costa. Técnico da "casa", este é o seu segundo trabalho para o CERT, depois de *Manuel de Faria e Sousa, cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal*, lançado há uma década, em março de 2012. Ontem, como hoje, a defesa e valorização do património cultural (imaterial, móvel e imóvel) deverão estar alicerçadas no mais amplo e sólido conhecimento científico.

LUÍS MONTEIRO
Secretário-geral da VALSOUSA

Prefácio

A veces el azar del día a día trae gratos encuentros y ese fue el caso que nos aproximó. Quiero recordar una ponencia en Santiago sobre la reina Mafalda, las tres o cuatro veces que nos acompañó, un extraordinario guía, en nuestras visitas al Románico en Portugal. Después llegó su artículo sobre "Los memoriales medievales en Portugal" (Románico 27).

Ahora me llega a invitación para hacer el Prólogo de este libro, por lo que le doy las gracias por haber pensado en mí y al mismo tiempo me crea un deber inexcusable para poder prologar como se merecen estas páginas.

Como amante del Arte Románico quiero reconocer que mi primer contacto con los Memoriales fue a través de su artículo, conocimiento que pienso aumentar con esta obra.

Es cierto que echaba de menos una catalogación, una puesta al día de las distintas piezas que página a página va desgranando y desvelando esta obra. Así para un profano será fácil poder disfrutar al comprender estos hitos y poder recorrer todos los paisajes que guardan cuidadosamente estos vestigios.

No me cabe duda de que, en numerosos casos, la existencia de determinadas construcciones, han dejado su huella en la toponimia de distintos lugares y han pervivido a lo largo del tiempo, aunque la construcción haya desaparecido. Joaquim Costa rastrea esa señal para indicarnos la presencia y al mismo tiempo la ausencia de esa pieza.

La práctica ausencia en el románico hispano de este tipo de arcos, me hace preguntarme por un lado por esa carencia en una Galicia tan cercana, donde si están presentes los arcosolios y por el otro el acercamiento a algo que es un tanto específico del arte portugués.

Comparto la opinión del profesor Joaquim Costa en la distinción entre Memorial y Marmoiral, identificando el primero como la manera de *"lembrar cortejos fúnebres ou delimitaçoes territoriais"* y el segundo con *"fins de sepultamento"*.

Quiero citar, que, tras la lectura de este libro, el interés que me produjeron los Memoriais levantados por el cortejo funerario de la reina Mafalda Sanches (1195-1256), como son los de Ermida, Sobrado y Arouca. Tampoco nos podemos olvidar de Campeã, Alpendorada, Paradela y Odivelas. Todos ellos salen a la luz, de ese olvido inconsciente y se hacen protagonistas en esta obra. Por otra parte, no es sólo la descripción del monumento, un arco de medio punto en granito (¿una puerta abierta?), lo que podemos aprender, pero lean y disfruten de esas explicaciones que Joaquim Luís Costa nos deja transformadas en palabras.

AUGUSTO GUEDES DE CASTRO
Vogal da Junta Diretiva dos Amigos del Románico (Madrid)
Diretor da Revista *Románico*
Coordenador para a Galiza e Portugal dos Amigos del Románico

Introdução

“Passamos por eles sem lhes dar grande atenção ou então o nosso olhar demora-se mais um pouco, tentando dar-lhes algum significado. Muitas vezes nem sabemos mesmo como se chamam estes monumentos, cruzes e arcos de pedra, mas apenas que estão lá e lá sempre estiveram desde tempos imemoriais. E calha bem esse nome, porque parece ser exactamente para celebração da memória a razão pela qual muitos foram construídos.” (Alves, 2020).

Entusiasmo e responsabilidade são as palavras que melhor traduzem a forma como foi encarado o desafio sugerido pela Rota do Românico para escrever uma monografia dedicada a monumentos de memória e funerários, erigidos nos tempos das artes românica e gótica, correntemente designados por memoriais e marmoirais.

Foi com entusiasmo, porque temos um carinho especial por estes monumentos, já refletido em trabalhos prévios, e por ser um desafio ímpar em virtude de ser uma monografia inteiramente dedicada a estes monumentos.

Também foi com responsabilidade, porque estes monumentos são uma incógnita, estando envoltos em lendas, tradições e mistérios, não se mostrando tarefa fácil realizar o seu estudo. É preciso saber distinguir a realidade da lenda, o concreto do abstrato…

Após quilómetros percorridos a visitar os monumentos e muitas horas de investigação e de escrita, temos o prazer de apresentar esta publicação. Este trabalho encontra-se estruturado em três partes, procurando expor nos mais variados aspetos o tema em estudo.

Na primeira parte da obra, analisamos as origens e as designações, a ligação ao simbolismo religioso e a relação que o povo teve com este património.

Na segunda parte, o objetivo é observar a sua presença na toponímia e como os historiadores e os interessados na história se interessaram, ou não, por estes monumentos. Esta parte termina com um Guia de Estudo para incentivar novos trabalhos sobre o tema.

Na terceira parte, procedemos primeiramente à descrição de monumentos que existiram, mas que, por razões diversas, se perderam no tempo, e de outros que eventualmente também se integraram no conceito de memoriais e marmoirais, embora estas menções tenham de ser encaradas com prudência devido às incertezas das fontes de informação.

Seguidamente, analisamos individualmente cada um dos memoriais e marmoirais que chegaram aos nossos dias, iniciando-se com o Arco da Campeã (Vila Real), o menos conhecido, e terminando com o Memorial de Odivelas, o monumento mais a sul.

Ainda sobre as designações, devemos chamar a atenção para o facto de todos os monumentos analisados terem diversas denominações. Aliás, nós próprios, com base na interpretação deste património, também sugerimos novas designações para alguns deles. Contudo, e independentemente de concordarmos ou discordarmos com o título de cada monumento, e com o propósito de simplificar o tema em discussão, a designação adotada em cada um dos capítulos será a comummente seguida por instituições nacionais de promoção do património cultural.

De salientar, também, que os textos estão redigidos numa linguagem simples, descomplicada, para que os monumentos e o ambiente histórico inerente possam ser percebidos por todos os públicos.

Pretendemos agradecer a António Coelho, técnico superior da Rota do Românico, e a Luís Monteiro, secretário-geral da VALSOUSA, pelo apoio que depositaram na realização deste trabalho.

Os agradecimentos são extensíveis aos colegas e estagiários da Rota do Românico e às instituições nacionais que colaboraram na criação desta memória escrita sobre este património que era comum na Idade Média e do qual atualmente somos herdeiros através de sete exemplares, que tenhamos conhecimento.

Terminamos esta introdução com uma passagem textual de Joaquim de Vasconcelos, retirada da monografia *Arte Românica em Portugal*, que embora tenha sido escrita num outro contexto se enquadra perfeitamente neste trabalho:

"O presente estudo abrange os monumentos mais preciosos, que assim ficarão archivados á disposição de todos, especialistas e amadores, n'uma publicação amplamente illustrada e por commodo preço." (Vasconcelos, 1992:1).

Felgueiras, março de 2022

JOAQUIM LUÍS COSTA

Os monumentos no tempo medieval

A sua arquitetura e as diferentes designações e finalidades

O estudo dos arcos de função funerária e de memória não é um trabalho fácil de se fazer. Existem dúvidas e interrogações sobre estes monumentos, como teremos a oportunidade de o evidenciar ao longo desta monografia. Possivelmente, um dos temas que não deixa muitas dúvidas é a sua caracterização arquitetónica. É por este aspeto que vamos começar a analisar este património.

Caracterização arquitetónica

"A característica arquitectónica que define estes monumentos é a de apresentarem um espaço saliente em relação ao solo e que é coberto por um arco. À excepção do da Boavista, todos têm esta característica." (Pinto e Gomes, 1997:51).

De uma forma geral, podemos caracterizá-los arquitetonicamente como estruturas de volume médio e alturas diversas (Gonçalves, 1988:5), que possuem um espaço elevado do solo, coberto por um arco (Silva, 1998:19), podendo existir, sob o arco, uma cavidade sepulcral. De todas estas características, o arco é, sem dúvida, o elemento distintivo destes monumentos. Independentemente da altura, da largura e de ter ou não espaço sepulcral, o arco está sempre presente, exceto num caso.

O Marmoiral de Sobrado, em Castelo de Paiva, afasta-se desta caracterização porque não possui algumas das características referidas, incluindo o arco. A razão para que tradicionalmente faça parte da família de monumentos que agora analisamos estará na sua designação, em virtude de ser comummente designado por *Marmoiral*.

Deixando o Marmoiral de Sobrado e os restantes para análises particulares em capítulos seguintes, uma outra característica destes monumentos é a sua semelhança com os chamados Arcossólios, estruturas funerárias embutidas nas paredes dos espaços religiosos, possuindo um arco sobre o espaço tumular, tornando-se frequentes a partir da arte paleocristã das catacumbas (entre os séculos II e V) e habituais em igrejas e mosteiros românicos.

É possível encontrá-los, por exemplo, nas igrejas de São Vicente de Sousa (Felgueiras) e de Santo André de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses) e no Mosteiro de São Martinho de Mancelos (Amarante).

A semelhança entre os arcos e os arcossólios é evidente, exceto no facto de os primeiros não estarem embutidos em paredes.

Esta similitude levou Gonçalves (1988:5) a concluir que os arcos em estudo são uma variante dos arcossólios.

Silva (2021) também notou as semelhanças, dando como exemplo o Memorial de Alpendorada, no Marco de Canaveses. Para o investigador, o citado memorial é uma espécie de imitação de arcossólio, como os que encontramos nas igrejas, em que a diferença se encontra na localização: o Memorial de Alpendorada encontra-se no exterior, em espaço aberto, e não embutido na parede de uma igreja.

Mosteiro de Mancelos (Amarante). Arcossólio.

Igreja de Sousa (Felgueiras). Arcossólio.

Todavia, as parecenças cingem-se apenas ao agora escrito. Se, para os arcossólios, sabemos em concreto a sua designação e função – arcossólio com fins funerários –, o mesmo não se pode escrever para o património em estudo, porque os dilemas sobre as origens, motivos de construção e do termo mais adequado para os designar têm ocasionado diversas versões, desde as que se fundamentam em tradições populares até, obviamente, às que se baseiam em análises científicas.

Procuremos, de seguida, ensaiar possíveis razões para as origens, designações e funções destes monumentos.

Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Arcossólios.

As origens, as funções e as designações

"Existem, sobretudo no Norte do País, uns pequenos monumentos medievais, providos de arcos levantados à margem das estradas, os quais são tradicional e popularmente designados como *arcos*, *arquinhos*, *memoriais* ou *marmoirais* e, de certo modo, se assemelham aos arcossólios metidos nas paredes das igrejas e capelas românicas." (Correia *et al.*, 1936-1960:857).

Se temos autores que consideram que estes arcos encontram as suas origens arquitetónicas nos arcossólios, temos outros autores que sugerem teorias diferentes para as suas origens.

João de Barros (1496-1570), na *Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, escrita em 1549, informa-nos que estes arcos terão sido construídos aquando da civilização romana. Também Manuel Alvelos (1948:333) justificou as origens como sendo algo "herdado dos Romanos".

Uma das razões para que os autores considerem que as origens terão sido influenciadas pelos Romanos deriva destes arcos terem sido, quase sempre, construídos junto de vias de comunicação, muitas delas romanas, e do costume desta civilização de fazer sepultamentos junto dessas vias.

Neste sentido, Pinho (1991:75) referiu que já vinha do tempo dos Romanos o costume de colocar sepulturas junto de caminhos, com a finalidade de chamar a atenção dos viajantes. Esta linha de pensamento incentivou a associação destes arcos a fins funerários. Adicionalmente, a proibição de enterramentos dentro das igrejas incentivou que muitos sepultamentos de personalidades importantes ou de nobres mortos em duelos fossem feitos em locais mais afastados, ajudando a reforçar a ideia de estes arcos serem de âmbito funerário (Real, 1964:43).

Uma outra teoria, das mais populares, atribuiu a sua construção aos tempos da ocupação árabe, a partir do ano 711. Característica deste vínculo é a utilização da designação "Marmouros" (Miranda, 1947:11) para os qualificar. Mas existem outras. O desaparecido Memorial de Lordelo, que se situava em Baião, era conhecido como o "Arco dos Mouros" e por "Moumoural", sugerindo uma eventual origem mourisca (Vitorino, 1943:10).

No entanto, Mário Real contraria a versão de serem de influência romana, árabe ou de função funerária: para o autor, muitos deles foram construídos em estreita relação com o monaquismo medieval, desempenhando estes arcos uma função de padrões territoriais de casas monásticas (Real, 1964:42). Para o justificar, o autor chamou a atenção de que estes arcos se situavam sobretudo no Norte de Portugal, na área do país mais cedo incorporada na nacionalidade portuguesa, e onde, com maior abundância, se fundaram casas monacais. Concluiu, quantificando, que a maior parte destes arcos se localizava nas proximidades ou junto de caminhos que a essas casas monásticas conduziam (Real, 1964:41).

O autor deu como exemplo os arcos que foram erigidos para delimitar o Mosteiro de Alcobaça, designados por "Arcos de Memória", em que dois arcos demarcavam os limites do couto. Um deles, que ainda existe, está erguido no alto da serra dos Candeeiros, e o outro, já demolido, encontrava-se próximo de Alvorninha, no Casal do Rei (Real, 1964:44).

Mário Real acrescentou ainda que outros mosteiros, como o de Salzedas, o de São João de Tarouca e o de Odivelas tiveram arcos de memória para destacar os limites desses coutos (Real, 1964:52). Neste sentido, os mo-

numentos da Paradela e de Odivelas seriam para mostrar os limites territoriais das casas monacais de São João de Tarouca e de Odivelas, respetivamente.

A justificação avançada por Real (1964) colheu opiniões favoráveis em outros autores, como é o caso de Oliveira (2006) que argumentou que o Arco de Paradela é igualmente designado por "Marco" porque serviria para demarcar o limite do couto do Mosteiro de São João de Tarouca.

A utilização como marcos definidores de limites territoriais não significa, no entanto, que estes monumentos tenham sido erguidos originalmente para essa função, conforme justificam Rosas e Barros (2008:228). A sua presença poderia ter sido utilizada como elemento de referenciação do território, como sucedeu com os caminhos, as pontes ou outros elementos patrimoniais, consagrando lugares de passagem que o Homem sempre necessitou de simbolizar (Rosas e Barros, 2008:227).

A par destas teorias que os associam a fins funerários e à delimitação de territórios, existe uma outra teoria que, com base na tradição, os encara como locais para memorar as pousas ou paragens, nos respetivos locais, de cortejos fúnebres de ilustres personalidades. Esta ideia provém de, em 1270, se terem erguido sete memórias, chamadas de *Montjoies*, entre Paris e Saint-Denis, a fim de ficar assinalado o percurso fúnebre de Luís IX, mais conhecido por São Luís (Correia *et al.*, 1936-1960: 858), rei de França entre 1226 e 1270.

Opinião idêntica tem A. Nogueira Gonçalves. Este autor considerou-os monumentos fúnebres, não no sentido de sepultamento, mas semelhantes a outras práticas religiosas e populares da época, como foram as alminhas, os cruzeiros ou as procissões que, integrados nesse ambiente religioso e sepulcral, funcionaram como locais de paragem e de oração, como estações terminais de um cortejo fúnebre (Gonçalves, 1988:11).

Visão contrária tem Silva (1998). Segundo o investigador, a utilização destes arcos como estação de paragem de funerais ou procissões foi muito provável, ritmando e sacralizando o território, como similarmente o continuaram a fazer os cruzeiros e as alminhas, mas este património não foi construído com o propósito primário de sinalizar a pousa de funerais (Silva, 1998:23). Estes arcos foram construídos com uma função específica e, depois, readquiriram outras funções atendendo ao contexto religioso da época.

Perante as diferentes teorias para a origem destes monumentos, concordamos com Correia *et al.* (1936-1960:858) que considera que não se pode fixar uma origem comum para todos eles.

Outros obstáculos que dificultam uma aproximação à realidade é a impossibilidade de se identificar a pessoa sepultada (Pinto e Gomes, 1997:52) ou o cortejo fúnebre e a inexistência de fontes documentais credíveis que possam provar que determinado monumento serviu para delimitar o território de um mosteiro.

De facto, para alguns monumentos existem espadas gravadas que podem ajudar a tirar algumas ilações, enquanto para outros existem referências documentais que insinuam a sua associação à delimitação de espaços monacais. Adicionalmente, existem lendas que os relacionam com cortejos fúnebres. Todavia, todos estes dados são insuficientes para se chegar a conclusões. Caso contrário, as opiniões não seriam tão díspares, como ficou evidente nos autores citados.

As dúvidas não se ficam pelas origens e pelas razões da construção. A melhor forma de os designar também levanta diversas interrogações.

Para o de Odivelas, o autor do verbete sobre a localidade onde este se situa, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* recorreu aos termos "Arco me-

morial" e "Padrão" para o designar (Correia *et al.*, 1936-1960:202).

Para este mesmo monumento, Henrique Ramos escreveu que ele é também conhecido por "Cruzeiro". Todavia, na sua obra, expôs inúmeras denominações como "Memória", "Monumento de D. Diniz" (Ramos, 1985:1), "Arco", "Memorial", "Arco memorial", "Mermorial", "Marmoiral", "Mormoiral", "Moumoural" e "Arco dos mouros" (Ramos, 1985:3).

No verbete da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, o monumento de Tarouca foi designado por "Arco memorial" (Correia *et al.*, 1936-1960:744), como sucede com o de Odivelas.

No *Guia de Portugal*, encontra-se a frase "O memorial é um singelo moimento" com intuito de denominar o monumento de Arouca (Dionísio, 1994:493).

Neste mesmo *Guia*, o monumento de Sobrado, em Castelo de Paiva, foi apresentado com o recurso a dois termos, sendo caracterizado como um "Marmoiral (memorial)" (Dionísio, 1994:527).

O mesmo sucede com o da Ermida. Para este, situado em Penafiel, as designações anunciadas pelo *Guia de Portugal* focam-se nos termos "Memorial" e "Marmoiral" (Dionísio, 1994:521).

Um outro exemplo que serve para demonstrar a complexidade em se encontrar uma designação única e consensual é o texto publicado no jornal *O Panorama*, em 1940, sobre o monumento da Ermida.

O autor do texto, ao tentar encontrar a melhor designação, acabou por apresentar quatro. Primeiramente, fez alusão aos termos "Marmoiral" e "Memorial" para considerar que a primeira designação foi divulgada pela tradição, sendo uma corrupção do segundo termo. No parágrafo seguinte, o autor em vez de designar o monumento da Ermida por "Memorial" preferiu recorrer às designações "Moimento", "Arco" e "Marmoiral" (*O Panorama*, 1940:20).

Francisco Correia (1999:26) mencionou os termos "Arco dos Moiros", "Arquinho" e "Marmoeral" para designar diferentes monumentos que existiam em terras de Santo Tirso. Nestas designações constatámos, novamente, a tentativa de remeter as suas origens para os tempos da ocupação árabe.

Para o de Lordelo (Baião), atualmente desaparecido, Silva e Gomes (1997:21) expuseram que este era conhecido por "Marmoiral".

Nestes exemplos ficam patentes os diferentes termos pelos quais estes monumentos foram designados. Para o mesmo monumento temos várias opções, dependendo muito da maneira como os autores os interpretaram. Porém, de entre todos, os termos *Memorial*, *Marmoiral* e *Moimento* surgem como os mais citados.

Rosas e Barros (2008:228), baseando-se em estudos de Almeida Fernandes, indicaram que o termo *Memorial* deriva do latim *memorare*, que significa memória, enquanto *Marmoiral* deriva do antigo termo *morbus* que significa doença ou morte. Ou seja, se o primeiro termo é associado mais à lembrança de algo, o segundo associa-se à morte. Quanto ao termo *Moimento*, quererá representar sepulturas elevadas do solo, com alguma monumentalidade, em contraponto com as sepulturas rasas (Silva, 2021).

O termo *Memorial* é o mais antigo de todos e as variantes de tradição popular que depois surgiram, como *Marmoiral*, generalizaram-se sobretudo a partir do século XI em diante (Silva, 1998:22). Este último termo foi, segundo Silva (2021), também usado para designar sepulturas diversas, devido à sua relação com a morte.

Suportado na sua vasta experiência, António Pinto da Silva (2021) é da opinião que, de uma forma geral, quase todos os exemplares que chegaram aos nossos dias devem ser entendidos como marmoirais ou termos

afins, como moimentos, porque são sepulturas elevadas do solo, de aspeto relativamente monumental e providas de arco. Por conseguinte, Silva (2021) classificou os monumentos de Alpendorada, Ermida, Paradela e Arouca como "marmoirais". Já o de Odivelas entendeu-o como um "memorial", em virtude de surgir para memória de um evento. No entendimento deste autor, o designado Marmoiral de Sobrado é uma sepultura rasa, tipo campa, um outro tipo de sepultura existente na época, não podendo ser inserido no âmbito dos marmoirais.

No nosso entendimento, o termo *Memorial* não se pode aplicar a todos os monumentos. Devemos ter em atenção a função primária de cada um dos monumentos, se para fins funerários ou para lembrar acontecimentos ou personalidades. Por conseguinte, o termo correto deve ir ao encontro da sua real função. Por este motivo, Mário Guedes Real (1964:38) questionou Pedro Vitorino por ter englobado todos estes monumentos num mesmo grupo, designado de "memoriais", com base na interpretação de terem sido construídos como locais para lembrar a pousa de cortejos fúnebres.

Sendo assim, e após esta análise, julgamos que os vocábulos mais adequados para caracterizar estes monumentos devem ser os seguintes:

- *Memorial* para designar os arcos construídos originalmente para lembrar cortejos fúnebres ou delimitações territoriais;
- *Marmoiral* ou *Moimento* para designar os arcos construídos para fins de sepultamento.

Apesar destas interrogações quanto às origens, funções e designações, há um tema em que quase todos os autores concordam: estes arcos seriam numerosos na Idade Média.

Pinto e Gomes (1997:52) foram autores que corroboraram esta opinião geral, justificando-a com as "múltiplas referências a estes túmulos desde a Idade Média (séculos IX ao XIV)".

No mesmo sentido, temos a opinião de Silva (1998:21) que considerou que terão sido numerosos, atendendo igualmente às referências em documentação medieval e moderna e na toponímia. Para chegar a esta conclusão, o autor procedeu ao levantamento das referências toponímicas e documentais e dos monumentos existentes e quantificou cerca de seis dezenas de menções, localizadas maioritariamente na região Norte de Portugal e, sobretudo, na antiga província de Entre Douro e Minho (Silva, 1998:29). Nesse ensaio, o autor evidenciou que a existência destes monumentos a sul foi quase nula. No levantamento efetuado, Silva apenas indicou duas referências a sul do rio Tejo.

Ensaio de distribuição geográfica dos memoriais e marmoirais (adaptado de Silva, 1998:29).[1]

1 Para este estudo, a adaptação efetuada cinge-se ao desenho do traçado completo dos rios Douro, Tejo e Guadiana no território de Portugal continental, para melhor contextualização geográfica.

Perante este mapa, importa saber o motivo para atualmente serem tão poucos – sete, que tenhamos conhecimento –, tendo em conta a hipótese de terem sido numerosos na Idade Média.

Vários motivos podem existir. Um deles terá origem na busca eterna da procura de riqueza pelo ser humano que levou à destruição destes arcos. Outro motivo pode radicar no desinteresse geral, em que não se conseguindo encontrar uma origem lógica para os memoriais/marmoirais e não havendo proteção legal, eles foram paulatinamente demolidos. Um outro motivo pode ter origens religiosas, se relacionadas com a paragem de cortejos fúnebres. Para Gonçalves (1988:16), a alteração dos atos religiosos, como o fim das procissões de defuntos, que começaram a ser mais circunscritas à envolvência das igrejas, e a sua substituição por outros tipos de construção religiosa, como os cruzeiros, poderão ser razões que explicam o seu abandono e sequente destruição.

Uma outra pergunta é saber se este património, adotando as características arquitetónicas descritas, é um exclusivo do território nacional.

Obviamente, sempre houve por toda a Europa monumentos de memória a eventos e a personalidades, e monumentos para efeitos de sepultamento. Se os compreendermos como de influência romana, a probabilidade aumenta significativamente devido à presença desta civilização na Europa.

Contudo, numa investigação genérica efetuada à arte medieval europeia, não se conseguiu perceber a existência de memoriais e marmoirais com as mesmas características dos que encontrámos em território nacional.

Vários autores têm procurado na Europa monumentos arquitetonicamente semelhantes aos memoriais e marmoirais portugueses na tentativa de aferir se esta é uma tipologia exclusivamente nacional.

Neste âmbito, o autor Pedro Alves chegou a expor o caso dos memoriais de Odzun, na província de Lori, e o de Aghitu, situado na província de Syunik, ambos na Arménia, como sendo idênticos aos nacionais. Na nossa opinião, não são. Após breve análise efetuada aos dois monumentos, identificamos a falta de uma das principais características dos memoriais e marmoirais portugueses: o arco central. De facto, os dois monumentos arménios possuem arcos, mas nenhum centralizado. Somos da opinião que esses dois monumentos arménios devem ser enquadrados em outros contextos. Por exemplo, o Memorial de Aghitu possui uma estrutura mais complexa, em formato de mausoléu.

Todavia, este assunto deve ser tratado com a devida cautela, não se devendo fechar a porta à existência além-fronteiras de arcos memoriais e marmoirais semelhantes aos que existem em Portugal. Apenas através de estudos alargados a todos os países europeus se conseguirá responder assertivamente a esta dúvida. É, assim, um tema em aberto.

Neste capítulo, ficou evidente que existem muitas dúvidas sobre este património, desde as suas origens, funcionalidades, passando pela melhor designação a adotar para cada um dos monumentos. Também ficou claro que muito do que atualmente se conhece dos memoriais e marmoirais se baseia em tradições e lendas.

Uma outra característica medieval da qual todos nós, atualmente, somos herdeiros foi o recurso a lendas e crenças para justificar o que rodeava o Homem medieval, incluindo-se os memoriais e os marmoirais. Este é o tema a analisar no próximo capítulo.

No imaginário popular

> "A tradição popular refere-os como sítios de passagem e descanso de importantes cortejos fúnebres, nomeadamente da realeza. Talvez o tenham sido em certas ocasiões, mas não foram por certo construídos para comemorar essas passagens." (Pinto e Gomes, 1997:52).

O povo, entendido neste contexto como o conjunto de habitantes de uma nação ou localidade e sem distinções de classes, durante as várias épocas históricas, *olhou* para os memoriais e marmoirais com curiosidade, imaginação e, certas vezes, com negligência e indiferença, refletindo-se na procura das origens e na relação quotidiana com este património.

Uma das versões mais populares sobre as origens destes monumentos foi a ligação da sua construção aos tempos da ocupação árabe, como anteriormente exposto. Este vínculo acabou por ser uma justificação popular comum em Portugal para o começo de algo que não se conhecia. De lembrar que a Torre de Vilar, um dos monumentos da Rota do Românico, localizada na freguesia de Vilar do Torno e Alentém, concelho de Lousada, foi, e ainda é, popularmente conhecida por "Torre dos Mouros". Isto é, quando as populações não conhecem a origem concreta do património, sobretudo do mais antigo, tendem a encontrar justificações para o tempo da Reconquista Cristã, aquando da luta contra a ocupação árabe (Costa, 2017:47).

Puxando pela imaginação, o povo também tentou encontrar explicações na religião, em lendas, em tradições e, por vezes, na conjugação destas, ajudando a criar origens fantásticas em redor deste património. Esta conjugação promoveu que os memoriais e marmoirais integrassem o imaginário popular, relacionando-os com a religiosidade e o oculto, com a caça a tesouros e aos escritos de São Cipriano (séculos III-IV), bispo de Antioquia e com o cognome d'*O feiticeiro*. Segundo esse imaginário, o Memorial de Lordelo teria duas pias, em que, numa, tinha a peste e, na outra pia, o ouro. Depois, imbuídos pelo livro de São Cipriano, muitos populares tentaram apoderar-se desse ouro, desmantelando o memorial (Vitorino, 1943:10)!

A procura do material precioso também sustentou lendas em redor do Memorial da Ermida (Vitorino, 1942:18).

Sucede que o imaginário popular, ao alimentar o lado fantástico destes monumentos, fomentou a transmissão de conhecimento com majorações, em jeito do ditado "quem conta um conto lhe acrescenta um ponto" (Gonçalves, 1988:15).

Neste sentido, de mencionar a associação deste património a locais de pousa de cortejos fúnebres de elementos da realeza, como sucedeu com Mafalda Sanches (c.1195-1256). Os monumentos da Ermida, Sobrado e de Arouca são tradicionalmente atribuídos à passagem do cortejo fúnebre desta filha de Sancho I (1185-1211).

Conquanto tenha residido no Mosteiro de Arouca, era frequente a estada ou a passagem de Mafalda Sanches pelos vales do Tâmega e Sousa para concretizar obras pias, tornando-a num membro da realeza muito próximo das populações. Depois, a passagem do seu cortejo fúnebre por esses territórios e a eventual pousa nos citados monumentos, que já estariam construídos, na nossa opinião, alimentou o imaginário popular para longas conversas (Silva, 1998:23) e para a criação de contos e lendas que a relacionam com muitos dos monumentos em estudo.

Interligado com a busca das origens, o povo tentou analogamente encontrar a melhor designação para o monumento da sua localidade, surgindo diversos vocábulos

Mafalda Sanches. Autor desconhecido (c.1740). Foto: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda de Arouca.

alicerçados na própria arquitetura do monumento, em factos históricos e topográficos e, igualmente, na imaginação, como não poderia deixar de ser.

Para o eventual Marmoiral de Viseu, que teremos a oportunidade de descrever mais adiante, Alvelos (1948:335) considerou que o povo ao intitulá-lo por "Pedras Alçadas" encontrou razões nas pedras elevadas desse monumento.

O termo *Arco do Pouso* é uma outra designação popular utilizada para retratar o desaparecido Memorial em Lisboa. Neste caso, a designação derivou de nele ter pousado o féretro de um monarca português.

De entre as inúmeras designações atribuídas pelo povo, uma das mais divergentes, que resvala dos vocábulos normalmente associados a este património, é a designação *Cruzeiro*, que serve para caracterizar o Memorial de Odivelas.

Os odivelenses chamam-lhe "Cruzeiro", embora, aparentemente, não tenha qualquer relação arquitetónica com os cruzeiros ditos tradicionais. Uma das eventuais razões para esta ligação pode estar na conexão que a população fez entre a proximidade do memorial com espaços sagrados e com caminhos, como sucedeu com os cruzeiros tradicionais, associados simbolicamente à vizinhança com um determinado espaço religioso ou com uma encruzilhada de caminhos.

E, na verdade, o Memorial de Odivelas preenche historicamente estas condições: aquando da sua construção, o Memorial ficava à entrada de Odivelas, que na altura teria apenas duas ruas (a rua Direita e a rua da Igreja), sendo que estas vias começavam junto do Memorial e terminavam na Igreja Matriz (Vaz, 2010). Adicionalmente, o monumento situa-se a pouco mais de cem metros do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, de monjas Bernardas da Ordem de Cister.

Por muito estranha que nos pareça a designação "Cruzeiro", há condicionantes históricas para que assim aconteça, embora essas tenham surgido possivelmente após o motivo original que levou à sua construção. Ou seja, acreditamos que este Memorial não foi construído para ter finalidades de cruzeiro. O imaginário popular é que se encarregou de lhe dar uma outra finalidade ou significado.

Mário Guedes Real (1944:36) argumentou que o povo criou diversas origens e significados para estes monumentos, com base em dois fatores: uma fecunda imagi-

Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas (Odivelas), por volta de 1863. *Archivo Pittoresco* (Barbosa, 1863:333).

nação e de ser um "povo ingénuo e inculto". Esta qualificação promoveu que o citado autor distinguisse o povo em duas classes conforme a perceção que tinha do monumento de Odivelas. Para o autor, enquanto o povo ingénuo chamava de "Arco da Memória" ou simplesmente "A Memória" ao de Odivelas, o povo culto já o intitulava de "Monumento a D. Dinis" (Real, 1964:35). Esta divisão social conforme os níveis de educação e de cultura, promovendo algum elitismo, porque encarava a possibilidade de que quem era letrado ou tinha alguma educação compreendia melhor as origens das coisas, na prática apenas promovia alguma divisão social. As lendas e as tradições foram, e são, elementos indissociáveis do património, independentemente da sua tipologia, época ou dos níveis educacionais.

Desengane-se, assim, quem acha que as lendas, tradições e outros aspetos populares não devem ter lugar na compreensão do que rodeia o ser humano.

A oralidade e as tradições tiveram, e têm, uma importância evidente na forma como estes monumentos foram,

e são, compreendidos e usufruídos pela população. Não se consegue estudar o património sem compreender todo o imaginário, costumes e oralidades que o envolvem. O que não se pode é fazer a distinção social e argumentar que um termo não é o mais adequado por se basear na forma como a população menos instruída o entendia.

Convém salientar que os estudos científicos, ou de pendor científico, foram, quase sempre, recolher informações em lendas e tradições. E essa influência popular encontra-se evidente em diversos investigadores.

Por exemplo, num conjunto de manuscritos dispersos oferecido por Armando Couto[2] (1901-1997) à Biblioteca Pública Municipal do Porto, o autor desses manuscritos escreveu que sobre o Memorial de Arouca "O povo designa-o por…"; sobre o situado na freguesia de Irivo (Penafiel), o autor referiu-se a este escrevendo que "a tradição popular indica…"; e sobre o de Alpendorada o mesmo autor escreveu que "A tradição liga-o…" (MAB, 1950). Estes excertos demonstram que, na falta de recursos informativos credíveis, o povo e as suas tradições e lendas acabam por ser as melhores fontes de informação!

Leite de Vasconcelos (2002:262), recorrendo às tradições, reforçou a ligação deste património ao povo quando escreveu que "Dá o povo o nome de *Arcos de Paradela*, mais vulgarmente de *Pradela*, a um sítio que fica entre Mondim de Baixo e Tarouca, e onde se vê um arco de granito, de volta inteira, que pousa numa base, de igual pedra".

Se o povo foi importante para se saber das origens destes monumentos e para a transmissão de conhecimentos, também é verdade que este mesmo povo teve

2 Armando Couto (1901-1997) foi conservador adjunto do Museu Nacional de Soares dos Reis, escritor e colecionador. Como colecionador adquiriu material bibliográfico e arquivístico sobre a cidade do Porto com grande valor histórico. Posteriormente, doou a coleção ao Arquivo Histórico do Porto, à Biblioteca e ao Museu Municipal (AMP).

Popular junto do Memorial da Ermida (Penafiel). Inícios do século XX (Barbosa, 1942:59).

atitudes passivas e de negligência para com esse mesmo património.

Nas épocas moderna e contemporânea, o povo sustentado em lendas e mistérios destruiu ou desmantelou alguns destes monumentos devido à sua incessante procura de riqueza.

O Arco de Lordelo foi destruído devido a "alguns rudes camponios" (Sotto Mayor, 1857:168) terem andado à procura de um tesouro.

O Memorial da Ermida também esteve perto da destruição devido às "investidas de rebuscadores de tesouros" (Vitorino, 1943:18) ou à ação de "alguns doidos em busca de tesouros" (Correia *et al.*, 1936-1960:858).

O mesmo sucedeu com o de Burgães, em Santo Tirso. Este, encontrando-se arruinado devido à "barbaridade da gente rústica da freguezia se aproveitar das pedras" (MEP, 1896:316), foi mandado reconstruir pelo abade da paróquia com as pedras originais que, por então, faziam parte de edificações na freguesia (MEP, 1896:316). Apesar do esforço em reconstrui-lo, a indiferença popular continuou a negligenciá-lo e hoje em dia não existe.

Memorial da Ermida (Penafiel) em ruína, por volta de 1935. Foto: Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. Identificador 264064.

Não se pense, contudo, que estas situações deixaram de acontecer. A indiferença continua a fazer-se sentir, não por parte da maioria, mas por uma escassa parte da população.

Exemplo é o Arco da Campeã. Por muito que João de Barros o tenha descrito no século XVI e que seja um monumento conhecido da população local, estes fatores não impediram que o memorial fosse objeto de diversos atropelos ao longo dos tempos e que, atualmente, se encontre num estado pouco recomendável.

Em 1988, António Nogueira Gonçalves (1988:16) escreveu que o povo contribuiu para a desvalorização deste património em virtude de ter contribuído para a sua destruição. O autor estava correto. E para o caso do da Campeã são palavras atuais.

O ser humano, como é curioso, sempre gostou de conhecer o que o rodeia, procurando a origem das coisas. Por isso, a existência de memoriais e de marmoirais junto de vias de comunicação, ou em descampados, suscitou o interesse e, muitas vezes, estimulou a imaginação. Não há um memorial ou marmoiral que não tenha uma lenda associada. As lendas fazem parte da história destes monumentos.

Se, por um lado, a procura pela origem das coisas foi positiva, porque ajudou a encontrar respostas, por outro lado foi igualmente negativa em virtude de ter, em alguns casos, incentivado o desaparecimento de exemplares do património em estudo.

Não podemos é desvalorizar a forma como o povo *olhou* para estes monumentos, sendo útil para retirar lições e ensinamentos para se compreender o contexto humano associado e para se divulgar e preservar este património.

Mas, os memoriais e marmoirais não estão apenas afetos ao imaginário popular. Estes monumentos possuem um significado simbólico, muito associado à religião, como sucede com as demais tipologias arquitetónicas românicas.

No simbolismo românico

> "Ao contemplarmos a parte superior do monumentozinho de Odivelas, no seu extranho traçado e em conjunto com os próprios elementos emblemáticos que o adornam (brasão e cruz), não podemos, por outro lado, deixar de o aproximar daqueles pórticos das velhas igrejas da época do Rei-Lavrador, ou pouco distantes, em que, como na lateral da igreja de Leça do Bailio, em Santa Maria dos Olivais, de Tomar e em S. Francisco de Santarém ou do Pôrto, o corpo saliente gablado se destaca da fachada dos templos." (Real, 1944:317).

A Idade Média foi, por excelência, uma época imbuída de simbolismo. Tudo o que rodeava o ser humano tinha um duplo significado: para lá do óbvio e do concreto, quase todos os elementos do mundo terreno tinham um outro sentido, mais relacionado com o sobrenatural, com o espiritual. Desde a mais pequena coisa até à maior das maiores, existia quase sempre uma interpretação que ultrapassava a realidade. Vivia-se num tempo em que parte do que nos rodeava tinha um significado no dia-a-dia e, simultaneamente, um valor simbólico, com especial destaque para as questões relacionadas com a religião.

Uma das instituições medievais que melhor aproveitou esse duplo sentido foi a Igreja Católica. Esta foi, aliás, uma das características da Idade Média na Europa Ocidental: a instituição Igreja representava o sagrado, o espiritual, e influenciava doutrinariamente a forma de pensar e de agir do homem e da mulher, desde o nascimento até à morte. Com esta intenção, a Igreja recorreu aos mais diversos meios para passar a sua mensagem e, assim, ter o poder sobre o mundo secular.

Um desses meios foi a utilização da arte românica para a construção e decoração de imóveis religiosos. Assim, numa igreja românica tudo acabava por ter um valor simbólico. Apresentemos alguns exemplos.

A construção de uma igreja românica obedecia a certas simbologias, das quais podemos destacar as seguintes: tudo começava pela fixação do centro da igreja, onde ficaria o Altar, considerado o centro do mundo (Pereira, 2009:42); a orientação da construção era no sentido este-oeste, com a abside voltada a leste, onde nasce o Sol (Pereira, 2009:42), com a intenção de fazer a relação entre a estrela central do sistema solar e Jesus Cristo; a planta da igreja era em forma de cruz que personificava fisicamente Jesus crucificado (Pereira, 2009:34).

Surgem, simultaneamente, programas iconográficos – particularmente em tímpanos, frisos, capitéis e cachorradas – baseados em temas bíblicos, lendários e no bestiário medieval, com a finalidade de evidenciar, por exemplo, a omnipresença do Salvador, a necessidade do mal ser vencido pelo bem ou a chegada do dia do Juízo Final.

O edifício Igreja surgiu, assim, como um *catecismo de pedra* em que o granito, material por excelência da arquitetura e da escultura românicas, ajudou a passar a mensagem da Igreja Católica (Costa, 2020:2).

Como se tornou numa arte fundamentalmente religiosa, o românico acabou por transparecer esta vertente cristã para quase todas as manifestações arquitetónicas e escultóricas. Por exemplo, em pontes românicas é comum existirem Alminhas ou pequenos oratórios para que os homens e mulheres pedissem uma boa passagem para a outra margem.

Neste âmbito, e concomitantemente com a sua finalidade de construção, se funerária ou de memória, os monumentos que agora analisamos vão estar, na nossa opinião, igualmente envolvidos neste ambiente simbólico,

profundamente religioso, transparecendo essa intenção na arquitetura e na escultura.

Aliás, em certos aspetos, estes monumentos fazem-nos lembrar portais e fachadas de igrejas românicas, além de muita da sua decoração ser semelhante à que encontramos nesses edifícios religiosos. Para o evidenciar, apresentamos de seguida alguns exemplos.

Uma das características distintivas dos memoriais e dos marmoirais é terem um arco, na maioria dos casos de volta perfeita. E uma das características diferenciadoras das igrejas românicas é a de os seus portais terem arcos de volta perfeita, ou quebrados no âmbito do românico de transição para o gótico. Sucede que os arcos dos memoriais e dos marmoirais são idênticos aos arcos dos portais das igrejas românicas. Deste modo, o arco num memorial ou marmoiral quer simbolicamente representar a parte superior de um portal.

O portal, elemento concreto do dia-a-dia, representava simbolicamente a passagem entre dois mundos: o conhecido (o concreto) e o desconhecido (o sobrenatural, o Além).

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses). Arco.

Igreja de Tabuado (Marco de Canaveses). Portal ocidental.

Este elemento indispensável num espaço fechado acabava por ser um exemplo com duplo significado. No plano religioso, o portal de uma igreja românica representava a passagem do espaço profano para o espaço sagrado.

Daqui resultou que numa igreja românica, os portais – com especial destaque para o ocidental – eram dos espaços mais decorados e com mais carga simbólica. Todos os seus elementos arquitetónicos e escultóricos tinham o propósito de chamar a atenção dos fiéis para o facto de estarem na iminência de entrar na Casa de Deus ou, como se diz popularmente, no Céu.

Se um portal representava a entrada para o Céu, este tinha de estar simbolicamente representado nesse local: os arcos desse portal queriam simbolizar o Céu. Ao mesmo tempo, os arcos simbolizavam a união entre o Céu e a Terra e faziam parte do símbolo do círculo e da vida dinâmica na sua elevação ao Céu. Assim sendo, o homem e a mulher medievais, ao passarem uma porta com arcos, participavam num ato de iniciação no renascer espiritual (Lois García, 2018:32).

Existem na Bíblia algumas referências aos arcos e à porta, simbolizando a entrada para o reino do Céu.

Por exemplo, no livro do Génesis 9:13 está escrito o seguinte:

> "Coloquei o Meu arco nas nuvens, e ele se tornará um sinal da Minha aliança com a terra".

Outro exemplo, pode ser lido no Livro do Apocalipse 4:1, no qual São João narrou uma visão que teve:

> "Depois de escrever as cartas às Igrejas, eu, João, tive uma visão. Havia uma porta aberta no céu, e a primeira voz, que eu tinha ouvido falar-me como trombeta, disse: «Sobe até aqui, para que te mostre as coisas que devem acontecer depois destas»."

Como os marmoirais estão associados à morte de alguém, o espaço que está sob o arco pretendia simbolicamente representar que o corpo dessa pessoa estava na entrada (representada pelo portal) que lhe dará acesso ao mundo celeste (representado pelo arco). Ou seja, está junto da porta do Céu, à espera de ser chamado para o Além.

Mário Guedes Real, num artigo sobre o Memorial de Odivelas, notou a relação entre a arquitetura dos memoriais e dos marmoirais e os portais das igrejas, quando escreveu que a sua "feição evoca pórticos de vetustas catedrais" (Real, 1944:306).

E, numa análise ao Memorial de Odivelas, consegue-se notar essas parecenças: a sua arcaria com três arcos, à qual se sobrepõe um arco quebrado, faz-nos lembrar um portal de uma igreja, ou melhor, uma majestosa entrada para o Céu.

Esta carga simbólica ficou ainda mais reforçada com a difusão da ideia de que os marmoirais eram espaços de sepultamento de pessoas que, por diversas razões, ficaram impossibilitadas de serem sepultadas nos adros ou no interior das igrejas. Como não poderiam ser enterradas nestes locais e, deste modo, não poderiam passar as portas de acesso ao Céu, a sua sepultura em altura e num local isolado teria de ter essa representação simbólica.

Se excetuarmos o Marmoiral de Sobrado, conseguimos depreender em todos os restantes monumentos outros elementos característicos das igrejas, obviamente com as devidas adaptações a esta tipologia arquitetónica.

No Memorial de Santo António, em Arouca, encimando o arco existem duas aberturas, em jeito de frestas, como sucede em edifícios religiosos românicos. As frestas, por regra, são estreitas, representando a dificuldade em se vislumbrar o Além. No caso deste monumento, pode simbolizar que por muito que o defunto esteja na entrada

Memorial de Santo António. Pormenor de abertura, em jeito de uma larga fresta.

Igreja do Salvador de Ribas (Celorico de Basto). Fachada principal. Pormenor de abertura, em jeito de uma larga fresta.

para o Céu, o caminho para se atingir o Além é estreito.

Também é muito comum as igrejas terem telhados de duas águas. O mesmo sucede nos monumentos da Ermida, de Santo António e de Odivelas. Estes três monumentos terminam em coroamento de duas águas. Aliás, o Memorial de Santo António é o que mais se assemelha a um telhado de uma igreja.

De igual modo, é frequente os edifícios católicos terem cruzes nos telhados, simbolizando que aquele é um espaço religioso. O Memorial de Santo António está coroado por cruzes nas extremidades. Todavia, o mais elucidativo é o Memorial de Odivelas: visto na sua globalidade, incluindo-se aqui a arcada, o arco, o telhado de duas águas e a cruz que encima o monumento, faz-nos lembrar, simbolicamente, a fachada de uma igreja.

Esta relação simbólica entre espaços religiosos e os arcos medievais pode ser aferida igualmente na própria designação. Um exemplo é o caso do Memorial da Ermida.

Por regra, uma ermida é uma pequena capela ou igreja situada num local ermo. Contudo, nas cercanias do Memorial, existe a Capela de Nossa Senhora da Conceição que serviu de igreja paroquial à antiga freguesia de Santa Maria de Coreixas, sendo um imóvel datado para os séculos XV ou XVI. Perante estes dados, podemos propor duas hipóteses: o povo encarregou-se de transmitir ao Memorial da Ermida um valor semelhante a uma pequena capela, num local isolado, daí lhe ter sido atribuída a designação de Ermida ou, em alternativa, o povo vinculou o monumento em questão à antiga igreja paroquial, devido à sua proximidade, entendendo-o como uma extensão

Memorial de Odivelas (Odivelas).

Igreja de Vila Boa de Quires (Marco de Canaveses). Fachada ocidental.

dessa pequena capela, surgindo assim a sua designação.

O simbolismo religioso também pode ser observado nos elementos escultóricos que embelezam os monumentos funerários e de memória. Caso evidente são as pérolas, também designadas por meias esferas ou pontos esféricos. Este é um pormenor decorativo comum no românico dos vales do Sousa, Tâmega e Douro. Pode ser contemplado, por exemplo, nos portais das Igrejas de Santa Maria de Meinedo (Lousada), do Salvador de Ribas (Celorico de Basto) ou de São Cristóvão de Nogueira (Cinfães).

Este elemento decorativo românico encontra-se esculpido nos exemplares de Santo António, no da Paradela e no da Ermida. De referir que diversos monumentos românicos nas proximidades do Memorial da Ermida possuem

este elemento decorativo nos seus portais. São os casos dos Mosteiros do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel) e de São Pedro de Cête (Paredes), da Igreja de São Gens de Boelhe (Penafiel) e da Ermida da Nossa Senhora do Vale (Paredes).

Ao visualizarmos o Memorial da Ermida, parece que estamos a contemplar a parte superior do portal da igreja do Mosteiro de Paço de Sousa. São muito semelhantes. O dialeto do românico nacionalizado nascido em Paço de Sousa influenciou a construção deste monumento. Possivelmente, serão da mesma época.

Para o historiador galego Xosé Lois García (2018:74), estes pontos esféricos são atributo do tempo, do espaço e morada das almas que alcançavam a salvação.

À luz desta interpretação, o corpo do defunto pousado num marmoiral está pronto para transpor as portas do Céu, conseguindo o pretendido para a sua alma: a salvação eterna.

Um outro elemento decorativo que embeleza os Memoriais da Ermida e de Arouca são os rostos ou faces humanas. Estes terão também uma relação com o espiritual. Para Xosé Lois García (1990:69), este motivo representava a elevação espiritual dos membros da comunidade, devendo, no entanto, ser entendido com os restantes motivos decorativos e não isoladamente. De notar que, nos monumentos referidos, os rostos se encontram nos colunelos que sustentam as pedras sepulcrais, no local onde ficava o corpo. Portanto, os rostos representam simbolicamente um membro da sociedade que foi elevado ao Céu.

Também no Memorial de Santo António, que é um dos monumentos mais decorados do património em estudo, temos a representação de cabeças de bovino. Este motivo pode ter diversos significados, devendo ser interpretado à luz do contexto construtivo. Lois García expôs que, de uma forma geral, estas cabeças tanto podem representar sacrifício, pois o boi era para os israelitas o elemento principal de expiação dos pecados (Lois García, 2018:35), como podem igualmente ter uma explicação relacionada com a proteção, sobretudo quando esculpidos num portal, podendo considerar-se como uma representação mística e salvadora (Lois García, 2018:44). Para o caso concreto, como estamos perante um monumento funerário e este elemento escultórico se encontra num dos capitéis dos colunelos que sustentam a pedra sepulcral, o seu significado poderá estar relacionado com a expiação dos pecados, porque só assim o defunto seria elevado ao Céu.

A construção dos arcos funerários e de memória acaba também por criar simbolismos nos locais onde são edificados. Esse local fica simbolicamente associado a quem nele foi sepultado ou cujo corpo pousou durante o cortejo fúnebre, tornando esse espaço sagrado e objeto de culto e de peregrinação.

Os memoriais e os marmoirais, como elementos arquitetónicos de uma época, devem ser entendidos com base nos valores desse tempo. Tudo o que rodeava os homens e as mulheres medievais revestia-se de uma carga simbólica de forte pendor religioso. E, deste modo, tudo na arquitetura e na escultura românicas não foi executado ao acaso. Tinha sempre um propósito. Por vezes, esse propósito era mais simbólico do que real. Este simbolismo é evidente nestas estruturas arquitetónicas medievais que estamos a tratar nesta monografia. Portanto, além da sua finalidade – se para fins funerários ou de memória –, estes monumentos devem também ser contemplados do ponto de vista simbólico, como o próprio mundo medieval, centrado no simbolismo das coisas e interligado a um território e a um tempo religioso e social particular, que constituiu a Idade Média em Portugal (Costa, 2017:50).

Os monumentos na toponímia e na historiografia

Nos nomes de lugares

"A toponímia ainda hoje os regista em todo o Noroeste até à região do Vouga e às Beiras." (Pinto e Gomes, 1997:52).

Em Portugal, e em especial na região Norte, há diversos lugares com as designações *Memorial*, *Marmoiral*, *Marmoraes*, *Marmarinho* e *Marmoural*, podendo significar locais onde este tipo de património existiu ou, apenas, são vocábulos para designar meros sítios (Gonçalves, 1988:16), atendendo a circunstâncias históricas e topográficas, por exemplo.

Certamente, nem todos os topónimos estão relacionados com a existência física dos monumentos em análise. Temos de ser realistas. Seguramente, muitos resultam da utilização popular desses termos para outros fins. Por exemplo, a palavra *Marmoural* tem um outro significado, de "terra alagadiça", o que poderá enviesar os estudos sobre este património. Estes topónimos também podem significar locais onde existiram sepultamentos em estruturas funerárias diferentes das que analisamos nesta monografia, mas que adquiriram denominações idênticas.

Todavia, o facto de serem referenciados na toponímia pode ser um indicador de que os arcos funerários e de memória poderiam ser numerosos na Idade Média.

Neste sentido, Sousa e Coelho (1987:102) argumentaram que a ocorrência do topónimo Marmoiral é um indício provável de terem existido muitos mais.

Também o arqueólogo e investigador António Manuel Santos Pinto da Silva (1998:29) partilhou opinião semelhante, considerando que as múltiplas referências documentais e toponímicas fazem crer que terão sido numerosos. Mais adiantou que, se aos termos e às derivações diretamente relacionados com este património, associarmos outros termos para os denominar, como "Arco" e "Arquinho" (Silva, 1998:22), como alguns são chamados, nomeadamente no Minho, pode chegar-se à conclusão de que poderiam ser inúmeros.

Como analisado em capítulo anterior, António Manuel Santos Pinto da Silva procedeu ao levantamento das referências toponímicas e documentais e aos monumentos que chegaram aos nossos dias e quantificou mais de seis dezenas no total, na sua maioria localizados na região Norte (Silva, 1998:29). Nesse mapa, as indicações toponímicas são as mais abundantes, ultrapassando as três dezenas. Possivelmente, algumas dessas indicações têm relação direta com monumentos, enquanto outras não, resultando da reutilização de conceitos do quotidiano para designar terras e lugares. Mas, de facto, não faltam topónimos.

Por exemplo, o topónimo Marmoiral é bastante vulgar em muitos concelhos do Norte, como Amarante, Cinfães, Fafe, Penafiel, Vila Nova de Gaia, Marco de Canaveses, Vila do Conde ou Santo Tirso (Correia *et al.,* 1936-1960:857).

Para o último concelho citado, Francisco Correia mencionou o topónimo "Arquinho", em Argemil, e a "Bouça do Marmoeral", em Monte Córdova (Correia, 1999:26).

Na sub-região do Tâmega e Sousa, onde se situa atualmente a maior concentração dos que chegaram aos nossos dias, temos topónimos que podem corresponder a locais onde existiu este património ou que querem indicar apenas designações de locais atendendo a diversas circunstâncias. Apresentemos alguns exemplos.

Em Ancede, no concelho de Baião, temos o microtopónimo "Arco" (Silva e Gomes, 1997:26), no lugar de Lordelo. Em Penafiel, além do Memorial da Ermida, a ser objeto de análise individualizada nesta monografia, na freguesia de Fonte Arcada, temos o "Largo do Marmoiral", podendo querer significar que aqui terá existido um marmoiral ou,

Viela do Memorial, Alpendorada (Marco de Canaveses).

Placa toponímica do Largo da Memória (Odivelas) visto pelo arco do Memorial.

somente, é um nome de um lugar. Em Vila Meã, Amarante, existia o lugar do “Marmoiral”, que agora tomou a designação de “Rua do Marmoiral”. Na freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, no Marco de Canaveses, temos uma rua, uma travessa e uma calçada com a designação de “Marmoural”. Na freguesia de Fornelos, em Cinfães, temos os “Caminhos do Marmoiral”, podendo indiciar que terá existido um monumento.

No concelho de Vila Nova de Gaia, na área metropolitana do Porto, temos as “Alminhas do Marmoiral”, o “Lugar do Marmoiral” e a “Travessa do Marmoral”, sem que haja vestígios da existência de monumentos funerários semelhantes aos que nesta publicação analisamos.

O mesmo sucede além-fronteiras. Na Galiza, Espanha, é frequente o vocábulo *Marmoiral*. Por exemplo, em Ourense, temos o “Caminho do Marmoiral”, a “Portela do Marmoiral”, a “Fonte do Marmoiral”, entre outros.

A subsistência dos termos na toponímia não significa que nesses locais existiram memoriais ou marmoirais. Poderiam ser locais onde tivemos outros tipos de sepultura e que adotaram as designações citadas. Também podem ser locais que tomaram essas designações por circunstâncias alheias ao assunto em estudo como, por exemplo, questões relacionadas com a história e tradições locais. Por conseguinte, a simples indicação toponímica não significa que nesse local existiram arcos memoriais ou marmoirais.

Estas referências toponímicas demonstram que, na Idade Média, os termos associados à memória de eventos, personalidades e à morte faziam parte do quotidiano e que perduraram no tempo, chegando muitos deles até à atualidade.

Um outro tema interessante é verificar como os historiadores e demais intervenientes sociais estudaram estes monumentos ao longo dos séculos.

Como objeto da História

“Datam dos princípios do século passado as primeiras notícias com carácter minimamente científico acerca dos monumentos conhecidos pela designação de *marmoirais ou memoriais.*” (Silva, 1998:19).

Embora concordemos com o autor da citação com a qual iniciamos este capítulo, quando expôs que informações científicas sobre os memoriais e os marmoirais remontam desde o século XIX, devemos, no entanto, acrescentar que temos notícias destes monumentos, pelo menos desde o século XVI, através de historiadores e de outros intervenientes sociais, mediante trabalhos concisos e sem grande preocupação com o rigor científico.

Um dos primeiros historiadores a fazer menção a estes monumentos foi João de Barros (c.1496-1570). O historiador, na *Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, mencionou os memoriais de Burgães e da Campeã, argumentando que se tratava de sepulturas muito antigas (Barros e Lencart, 2019:160).

Uma outra notícia histórica, datada de 1716 e da autoria do padre D. Raphael Bluteau (1638-1734), encontra-se no *Vocabulario Portuguez e Latino,* em que, na entrada analítica para o termo *Memória*, o autor deu como exemplos associados ao vocábulo os memoriais de Odivelas e o de Lisboa (Bluteau, 1716:418).

Nesse mesmo século, e após o Terramoto de 1 de novembro de 1755, as Memórias Paroquiais de 1758 tornaram-se numa fonte importante de conhecimento sobre o património existente, embora dependentes da vontade de escrever dos padres relatores. Ainda que no inquérito existisse um item específico para que se descrevesse o património digno de memória na freguesia – sendo o item 22, com a pergunta *Se tem alguns privilégios, antiguidades, ou outras coisas digna de memória?* –, os relatores dos inquéritos eram parcos nas palavras ou não mencionavam nada digno de ser lembrado. Apresentamos, de seguida, alguns exemplos elucidativos.

O pároco relator da Memória Paroquial de Ancede mencionou o Memorial de Lordelo, com uma breve descrição:

> “Há na estrada que vai das Caldas para a Portella do Gouve hum arco, com hum tumulo sobre a terra, altura de hum homem ordinario, de que se ignora de quem seja. E só nelle se vê aberto na mesma pedra huma catana e huma espada.” (Capela, Matos e Borrallheiro, 2009:188).

Para o Arco de Paradela, o cura Miguel de Carvalho, da freguesia de Dálvares, escreveu resumidamente a sua existência, caracterizando-o como “hum padram de pedra labrada”, com cerca de sete palmos de altura no alto de uma serrinha (Capela e Matos, 2010:578).

Para o Memorial de Alpendorada, o pároco redator escreveu que “Nada” existia de relevante. A mesma indicação se lê no relato da freguesia de Irivo, onde foi erigido o Memorial da Ermida.

Em nenhuma das memórias paroquiais das freguesias de Arouca é narrado para o item 22 o Memorial de Santo António.

Não se compreende como os relatores se esqueceram de incluir estes monumentos. Eles eram perfeitamente visíveis e estavam situados, na maior parte dos casos, nas principais vias de comunicação das suas comunidades. Esta lacuna pode dever-se a diversas razões, desde puro esquecimento até à pouca vontade do padre relator em os descrever. Esta deslembrança acaba por ser um lapso numa das mais importantes fontes históricas e patrimo-

niais para o conhecimento do período após o tremor de terra de 1755.

De facto, e voltando à citação inicial, será sobretudo a partir do século XIX que os historiadores e outros profissionais que gostavam de fazer investigação histórica se vão dedicar à descoberta deste património, procurando ultrapassar lendas e mistérios que os envolviam e tentando encontrar justificações mais assentes na ciência para a existência destes monumentos.

De mencionar, por curiosidade, que parte dos profissionais que se dedicaram à investigação deste património tinha um gosto especial pela história do concelho de onde eram naturais ou moravam. E, por isso, escreviam sobre o património da sua terra.

António de Almeida (1767-1839), médico e escritor nascido em Coimbra, mas que escolheu Penafiel como sua terra de residência e trabalho, escreveu um artigo sobre o Memorial da Ermida no *Jornal de Coimbra*, em 1816. Também sobre este Memorial, em maio de 1873, o historiador e arqueólogo Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890) escreveu no jornal *Commercio do Porto* o artigo *Cidade de Penafiel IV: o Marmoiral da Ermida*.

Em 1837, *O Panorama* publicou a notícia sobre o Memorial de Odivelas, merecendo honras de primeira página.

No ano de 1857, Miguel Sotto Mayor (1830-c.1911), natural de Ancede, expôs no semanário ilustrado *Archivo Pittoresco* a sua opinião sobre o Memorial de Lordelo, dessa sua freguesia.

O militar e famoso historiador Augusto Soares de Pinho Leal (1816-1884) no *Almanach de lembranças luso-brasileiro para o anno de 1860* analisou, de forma breve, o Memorial de Santo António, estabelecendo a relação deste monumento com Mafalda Sanches.

Todos estes trabalhos permitem evidenciar que quase todos os monumentos existentes mereceram atenção, mas não muita, dos olhares da disciplina histórica. Esta atenção continuou na centúria seguinte. Aliás, a maior produção de estudos sobre o tema foi feita a partir do século XX.

Logo no seu início, em 1902, o autor que assinava com as iniciais H. B. escreveu n'*O Primeiro de Janeiro* o artigo "Monumentos nacionais: memoriaes, marmoiraes ou arquinhos".

Nesta primeira metade do século, surgiram novos investigadores que se dedicaram ao estudo deste património e se tornaram referências no tema, como José Monteiro de Aguiar (1874-1947), historiador, arqueólogo e padre penafidelense; Agostinho de Azevedo (1876--1943), sacerdote e historiador; Pedro Vitorino (1882--1944), médico, historiador, etnógrafo e militar; ou Abílio Miranda (1894-1962), farmacêutico, historiador e escritor penafidelense.

Abílio Miranda (Ferreira, 1993).

José Monteiro de Aguiar (Silva, 2009).

Na segunda metade do século XX, outros investigadores sobrevieram com novos argumentos e teorias.

Para o Arco de Paradela, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), médico de formação e arqueólogo, filólogo e etnólogo por paixão, dedicou-lhe algumas páginas (da 262 à 265) da sua monografia *Memorias de Mondim da Beira*. Nesta obra, o autor procurou retirar do monumento o pendor popular que à volta dele existia, nomeadamente na questão do termo "Paradela". Este mesmo autor acabou por escrever também sobre outros monumentos, existentes e desaparecidos, como o de Odivelas, o de Lisboa, o de Lordelo, o "Moimento [monumento] do Burgo", o "Marmorial [memorial] no lugar da Ermida" e, ainda, sobre o "Marmorial da fréguesia de Vila-Boa, concelho do Marco" (Vasconcelos, 2002:265).

Um outro autor foi Mário Guedes Real. A sua atenção focou-se especialmente no Memorial de Odivelas. O carinho que tinha pela "Memória" de Odivelas, como gostava de lhe chamar, era evidente. Apresentamos um excerto de um dos seus artigos no qual isso é notório:

> "É bem certo que o desconhecido tenta a curiosidade e incita à investigação; e eu enamorei-me dêste misterioso «megalito» de cantaria lavrada que, como a Esfinge – colosso mitológico talhado na rocha no limiar do deserto – se ergue à entrada do pitoresco burgo dos subúrbios da capital, qual enigma de pedra desafiando a fantasia. Deambulei-lhe em redor; perscrutei os recôncavos e sinuosidades dos seus lavores; passeei o olhar atento por sôbre aquêles silhares enegrecidos pelo decurso de muitas centúrias; na sua face carcomida pela erosão das intempéries tentei descortinar os sulcos semidelidos de reveladores caracteres; cogitei sôbre o seu tipo arquitectónico, o carácter da sua traça, os factores positivos da sua eventual origem, a sua posição em relação ao ambiente histórico e regional em que se encontra ereto (…)" (Real, 1944:305).

Num desses artigos, publicado em 1944, Mário Guedes Real contestou as ideias de outros investigadores sobre as origens do Memorial de Odivelas, negando que este fosse um monumento funerário, mas uma memória para demarcação territorial de um couto monacal. Neste mesmo artigo, o autor evidenciou alguma depreciação dos monumentos nortenhos, pois, na comparação com o de Odivelas, considerou-os como "sensivelmente inferiores sob o ponto de vista arquitetónico." (Real, 1944:327).

Vinte anos depois, em 1964, Mário Guedes Real voltou a escrever um outro texto sobre o mesmo memorial. Este artigo serviu para voltar a justificar a sua teoria de que o de Odivelas terá sido uma memória ou um padrão de delimitação territorial de um couto monacal.

A sua apreciação crítica direcionou-se especialmente para Pedro Vitorino, porque este investigador argumentou que o de Odivelas e os restantes monumentos existentes no Norte de Portugal poderiam ser integrados num mesmo grupo tipológico, com a designação genérica de *Memoriais*. Mário Guedes Real concluiu que "parece-nos constituir erro e representar uma solução demasiado empírica" englobar todos os monumentos nessa categoria (Real, 1964:38).

Henrique Ramos, em *O Memorial*, uma breve monografia dedicada ao Memorial de Odivelas, editada em 1985, mostrou o seu ponto de vista sobre o de Odivelas, destacando-se o facto de ser das poucas obras dedicadas na sua totalidade a este tema.

Para as últimas décadas do século XX, devemos dar especial atenção ao arqueólogo e investigador António Manuel Santos Pinto da Silva que, com os artigos sobre o Memorial de Santo António, em 1987, e sobre o de Alpen-

dorada, em 1998, contribuiu sobremaneira para o estudo destes monumentos.

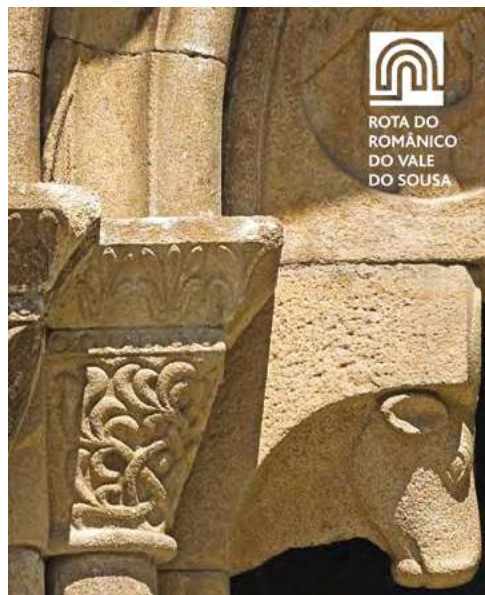
Mais recentemente, em outubro de 2021, realizou-se o II Colóquio Viário do Marão em que um dos oradores foi António Manuel dos Santos Pinto da Silva que, com o tema *Os marmoirais medievais: uma revisitação a propósito do monumento da Campeã, Vila Real,* fez uma retrospetiva histórica dos monumentos conhecidos e avançou com alguns dados sobre o de Campeã.

O trabalho de investigação e de divulgação deste património também tem sido efetuado por instituições nacionais e locais.

Ao nível da administração central, nomeadamente através dos organismos do Ministério da Cultura, destacamos o trabalho da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) através da inventariação e da divulgação do património cultural nacional, na qual se incluem os monumentos objeto de análise, através de fichas individuais com diversos conteúdos relacionados e de acesso livre, nos sítios eletrónicos monumentos.gov.pt e patrimoniocultural.gov.pt.

Com o surgimento de itinerários turístico-culturais, como é o caso da Rota do Românico, novos estudos foram desenvolvidos para a divulgação e promoção dos memoriais e marmoirais. Neste âmbito, a Rota do Românico publicou estudos sobre os Memoriais da Ermida e de Alpendorada e sobre o Marmoiral de Sobrado.

A valorização deste património para fins turísticos não se resume apenas à atualidade, como no exemplo da Rota do Românico. Sabendo da sua relevância para a história do concelho e do seu potencial turístico, em 1942, o Memorial da Ermida foi um dos monumentos sugeridos a visitar pelo *Guia de turismo da cidade e concelho de Penafiel*, da autoria de José Júlio da Mota Barbosa.

Apesar de existirem diversos trabalhos sobre o tema

Monografia Rota do Românico do Vale do Sousa (2008).

Guia de turismo da cidade e concelho de Penafiel (1942).

em análise, estes acabam por ser escassos se comparados com os inúmeros estudos que se publicam sobre as artes medievais. Esta situação é particularmente evidente no contexto geral da arte românica.

Além disso, uma parte significativa dos estudos e publicações sobre o românico não atribuem grande importância ao património em estudo.

Salvo erro nosso de investigação, não conhecemos qualquer trabalho científico, no âmbito de estudos de licenciatura ou superior, que trate em exclusivo este tema.

Conquanto Artur Nobre de Gusmão (1920-2001) na nota introdutória à obra *Arte Românica em Portugal*, com textos de Joaquim de Vasconcelos e reproduções de Marques Abreu, intitulasse esse livro como um "clássico da Historiografia da Arte em Portugal" (Gusmão, 1992:I) – e, na nossa opinião, com inteira razão –, a publicação não mencionou os monumentos em estudo, concentrando a análise em espaços religiosos, nomeadamente capelas, igrejas e sés. Por muito que esta obra monográfica estivesse direcionada para edifícios religiosos, os arcos funerários e de memória possuem diversos aspetos de índole religiosa, como a sua associação à morte ou à evocação de eventos relacionados com religiosos e casas monacais, justificando-se a sua descrição.

De igual modo, no sentido da pouca importância dada, podemos referir Paulo Pereira e Jorge Rodrigues (2007). Na obra *História da arte portuguesa* dirigida pelo primeiro autor, no segundo volume, dedicado ao mundo românico (entre os séculos XI e XIII), com autoria de Jorge Rodrigues, nada foi exposto sobre estes monumentos, centrando-se especialmente em espaços religiosos.

De facto, a arte românica foi monopolizada pela Igreja Católica para a construção e decoração de espaços religiosos, mas, apesar disso, os memoriais e os marmoirais fazem parte desse legado artístico e com diversas semelhanças artísticas e simbólicas com os imóveis religiosos românicos, como explicado em anterior capítulo.

A monografia *Arte românica em Portugal*, organizada sob a direção de José María Pérez González e editada em 2010, ao procurar dar uma panorâmica geral do românico no nosso país também pouco nos informou sobre os memoriais e os marmoirais (Costa, 2017:48).

Esta lacuna nos estudos de âmbito nacional também é extensível aos estudos locais, notando-se a pouca relevância atribuída aos monumentos em análise.

Pinho (1991), numa obra sobre o concelho de Castelo de Paiva, atribuiu ao Marmoiral de Sobrado alguma importância, embora se tenha ficado pelo que é, *grosso modo,* conhecido: descreveu-o, relacionou-o com Mafalda Sanches e evidenciou a possibilidade de estar igualmente relacionado com um militar sem, contudo, avançar um nome.

Outro exemplo é a monografia *Castelo de Paiva: terras ao léu*, de 1997, da autoria de Guido de Monterey. Conquanto seja um trabalho histórico considerável sobre o concelho, bastante completo e com 548 páginas, o autor pouco esclareceu sobre o Marmoiral de Sobrado, limitan-

do-se a indicar que está classificado como monumento nacional e a colocar uma fotografia do monumento.

Em outras monografias sobre história local, como as de Baião, de Penafiel e de Marco de Canaveses, coordenadas e editadas por uma editora da região, as referências aos marmoirais e aos memoriais centram-se no essencial, apresentando as várias designações e as possíveis hipóteses de construção.

A par com a pouca relevância que lhes é atribuída, também aferimos em algumas publicações uma certa depreciação deste património, se comparado com os restantes imóveis românicos e góticos.

O autor do *Guia de Portugal* escreveu sobre o Marmoiral de Sobrado que este "reduz-se" (Dionísio, 1994:493) a uma arcada em granito.

Notamos, de igual modo, alguma desvalorização nos escritos de A. Nogueira Gonçalves. Num artigo intitulado de "Os memoriais medievo: seu significado", publicado em 1988, na revista *Mundo da Arte*, o autor considerou que "Não passam de pequenos muros" (Gonçalves, 1988:5) e como "mero ponto estacional de procissões de defuntos", categorizando-os como uma subclasse dos arcossólios (Gonçalves, 1988:15). O autor voltou a desvalorizá-los quando ao caracterizar o Memorial de Alpendorada escreveu que "De granito aparelhado, não passa de um pequeno muro." (Gonçalves, 1988:12).

É certo que este património não tem a magnitude e o esplendor das catedrais, igrejas e mosteiros medievais. Mas, mesmo assim, representam um tempo e uma forma de ver o mundo, neste caso o medieval, e a sua relação com a morte e a memória de personalidades e eventos.

Apesar de uma certa desvalorização deste património, notória em publicações de âmbito nacional e local ou na escassez na produção científica de estudos sobre eles, esta análise revela-nos que tem havido o cuidado de os estudar e de os divulgar, com especial enfoque a partir da segunda metade do século XX, ainda que se note a falta de uma análise sistemática sobre o tema. Os trabalhos resultam de contextos particulares e não do âmbito universitário ou de uma estratégia geral de conhecimento científico e de valorização patrimonial, como sucede, por exemplo, com o estudo das igrejas românicas e góticas.

Procurando ajudar a abrir caminhos para novos estudos sobre os memoriais e os marmoirais, em virtude de serem monumentos relevantes para o conhecimento da Idade Média, no próximo capítulo, apresentamos uma lista de fontes de informação sobre o tema.

Guia de estudo

"Tem-se-lhes feito referências, descrições e atribuído finalidades fúnebres diversas, em artigos de revista, jornais, monografias das terras, dicionários históricos ou em enciclopédias, quer isoladamente quer em conjunto (…)" (Gonçalves, 1988:5).

O objetivo deste capítulo é listar diversos trabalhos que se dedicam ao tema, desde artigos em periódicos até relatórios, procurando que esta lista de fontes de informação, que não pretende ser exaustiva, funcione como um guia de orientação para historiadores, estudantes e público em geral que queiram estudar futuramente o tema.

Artigos em periódicos

AGUIAR, José Monteiro de – "Penafiel antiga: o marmorial ou o Arco da Ermida". *Boletim da Câmara Municipal de Penafiel*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1933.

ALMEIDA, António – "Reflexões acêrca do Monumento que existe na Freguesia da Ermida do concelho de Penafiel". *Jornal de Coimbra*. Vol. 9, parte II, n.º XLIII (1816), pp. 49-53.

ALVELOS, Manuel – "Monumentos antigos de Viseu II: o Marmoiral de Viseu". *Revista Beira Alta*. Ano VII, n.º 4 (1948), pp. 333-335.

AZEVEDO, Agostinho de – "Marmoirais". *Jornal Novidades*. Suplemento "Letras e Artes" (5 nov. 1939).

_____________ – "Marmoirais". *Jornal Novidades*. Suplemento "Letras e Artes" (19 mai. 1940).

BALSA, Carlos – "Arco Memorial da Campeã: um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão". In *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História.* Vila Real: Biblioteca Municipal, 2021, pp. 45-79.

_____________ – "Via do Marão: contributos para a identificação do traçado do antigo caminho do Marão". Revista *Oppidum*. N.º 10 (2017), pp. 39-62.

BARBOSA, Inácio de Vilhena – "Cidade de Penafiel IV: o Marmoiral da Ermida". *Commercio do Porto*. Ano XX, n.º 120 (maio 1873).

COSTA, Joaquim Luís – "Los memoriales medievales en Portugal". *Románico: revista de arte*. N.º 27 (2018), pp. 56-61.

_____________ – "Os arcos memoriais medievais: lendas, mistérios e funções". Revista *JN História*. N.º 9 (ago. 2017), pp. 44-50.

GONÇALVES, A. Nogueira – "Os memoriais medievos: seu significado". *Revista Mundo da Arte*. Série II, n.º 2 (1988), pp. 5-18.

H. B. – "Monumentos nacionais: memoriaes, marmoiraes ou arquinhos". *O Primeiro de Janeiro*. Ano 34, n.º 197 (21 ago. 1902).

LEAL, Augusto Soares de Pinho – "Moimento da Rainha Santa". In CASTILHO, Alexandre Magno de – *Almanach de lembranças luso-brasileiro para o anno de 1860*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1859, p. 324.

MIRANDA, Abílio – "Marmoiral". *Penafiel: Boletim da Comissão Municipal de Cultura*. Vol. I (1947), pp. 9-11.

"O Marmoiral". *O Panorama: Jornal litterario e instructivo.* Vol. 142 (1940), p. 20.

"Odivellas". *O Panorama: Jornal litterario e instructivo*. Vol. 8 (jun. 1837), pp. 57-58.

REAL, Mário Guedes – "Padrões históricos da Estremadura: a 'Memória', em Odivelas". *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Série 2, n.ºs 61-62 (1964), pp. 35-37.

_____________ – "Padrões históricos da Estremadura: a 'Memória' em Odivelas". *Boletim da Junta da Província da Estremadura*. Série II, n.º 5 (jan.-abr. 1944), pp. 305-330.

O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO
DA
Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

8. | PUBLICADO TODOS OS SABBADOS. | JUNHO 24, 1837.

MONUMENTO DE ODIVELLAS.

ODIVELLAS.

Quem tivesse lido na Historia de S. Domingos, por Fr. Luiz de Sousa, a descripção do convento de Bemfica, não descançaria sem ver este edificio, que a penna eloquente do escriptor soube pintar como uma das maravilhas do mundo. Chegando porém cheio de curiosidade áquelles sitios immortalisados pelo chronista dominicano, ao avistar de perto o convento começar-se-ia a desvanecer a illusão: — entrando, ella fugiria inteiramente. Nada alli faltára do que se lêra no livro, salvo o genio do historiador: — este genio havia dado grandeza e vida ao que era mesquinho e morto: — o claustro, as agoas, o satyro, a verdura lá se viam — mas o frade, por ventura ignorante, que mostrava isso tudo, não era Fr. Luiz de Sousa. A realidade da pedra tosca, da fonte pobre, da verdura sem viço, da estatua mal cinzelada, contrastava o ideal da descripção: e o admiravel que até alli a imaginação attribuira ao edificio, desde esse momento se dava a quem pertencia — ao escriptor, que, semelhante á Divindade, tirára do nada uma fabrica maravilhosa.

Deste genero, posto que não primorosa em estilo, é a descripção, que o chronista Fr. Francisco Brandão nos deixou do mosteiro de Odivellas. — Quem ler por cinco ou seis capitulos da Monarchia Lusitana a historia da fundação do mosteiro, crerá, ao visita-lo, que se enganou no caminho. Verdade é que só do primitivo edificio resta hoje a igreja; mas esta, acanhada, barbara, e mesquinha, não corresponde á idéa que della haviamos figurado. A capella, que contém o tumulo d'elrei D. Diniz, fundador do mosteiro, é um vão escuro, onde apenas cabe o monumento, cujos lavores, que parecem ter sido obra de subtil artifice, hoje mal se podem ver; porque a frente do tumulo foi voltada para a parede, e o que ficava á face da igreja, coberto de estuque pintado; barbarie esta digna de freiras bernardas. — No exterior apenas offerecem vestigios da veneravel antiguidade os muros da capella-mór, e o atrio da entrada, collocado a um lado, e de architectura gothica. — N'uma das paredes deste está embebida uma bala de pedra da circumferencia de mais de cinco palmos, por baixo da qual se lê a seguinte inscripção: — *Este pelouro mandou aqui offerecer a san Bernardo dom Alvaro de Noronha por sua devaçam, que he dos quom que lhe os turcos combaterom a fortaleza Durmuz sendo ele capitam dela, na era 1557.*

Esta data deve-se entender do anno, em que o pelouro se collocou em Odivellas; porque o cerco de Ormuz foi no anno de 1552, sendo vice-rei da India D. Affonso de Noronha. Pirbec, general dos Turcos, poz este cerco, o qual foi obrigado a alevantar depois de ter inutilmente esbombardeado alguns dias a fortaleza com artilheria grossa. Dizem Diogo de Couto e Francisco de Andrade, que nos muros ficaram embebidas muitas balas, que por largo tempo alli se

Vol. I. 15

Jornal *O Panorama* (1837). Folha de rosto.

_____________ – “Pelourinhos da Beira Alta”. *Revista da Beira Alta*. Vol. 23, n.º IV (1964), pp. 293-306.

SILVA, Filomeno – “O Memorial de Santo António à sombra de Santa Mafalda”. *Jornal de Notícias*. (9 fev. 1986), p. 32.

SOTTO MAYOR, Miguel – “Arco de Lordêllo”. *Archivo Pittoresco*. N.º 21 (nov. 1857), pp. 167-168.

TERRAS DO PAIVA – “Duas das poucas lendas de Castelo de Paiva acerca do «Memorial da Boavista»”. *Terras do Paiva*, 1983 (jun.).

VITORINO, Pedro – “Acêrca de «Os marmoriais»”. *Douro Litoral*. N.º 6 (1943), pp. 10-11.

_____________ – “Os Marmoriais”. *Douro-Litoral: Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. Porto. 1ª Série, n.º 5 (1942). Separata.

Capítulos em monografias

BOTELHO, Maria Leonor – “Memorial de Alpendorada, Marco de Canaveses”. In MACHADO, Rosário Correia, coord. geral – *Rota do Românico*. Lousada: CERT, 2014. Tomo I, pp. 83-97.

CORREIA, António Mendes *et al.* – “Memorial”. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 16, pp. 857-858.

FERNANDES, A. de Almeida – *As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia*. Tarouca: Câmara Municipal, 1995.

ROSAS, Lúcia; BARROS, Márcia – “Memorial da Ermida / Marmoiral de Sobrado”. In MACHADO, Rosário Correia, coord. geral – *Rota do Românico do Vale do Sousa.* Lousada: VALSOUSA, 2008, pp. 222-233.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da – “O Memorial de Santo António (Santa Eulália, Arouca) e os Marmoirais medievais: revisão da sua problemática e propostas para uma análise globalizante”. In *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca.* Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1987, pp. 77-100.

_____________ – “O «Marmoiral» de Alpendorada (Marco de Canaveses): um tipo raro na tumulária medieval”. In *Marco histórico e cultural: actas de eventos marcoenses: 1988-1998*. Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1998, pp. 19-34.

SOUSA, António Gomes de; COELHO, Manuel Ferreira – “II – Memorial da Ermida”. In *Temas penafidelenses*. Penafiel: edição dos autores, 1987. Vol. II, pp. 100-103.

VASCONCELOS, José Leite de – *Memórias de Mondim da Beira: para a história do concelho d'este nome*. 2.ª edição. Tarouca: Câmara Municipal, 2002, pp. 262-265. Edição fac-similada de Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.

Comunicações em eventos científicos

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da – "Os marmoirais medievais: uma revisitação a propósito do monumento da Campeã, Vila Real". In *II Colóquio Viário do Marão: Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*. Campeã: Junta de Freguesia da Campeã, 2021.

Documentação eletrónica

ALÇADA, Margarida, 1983; RUÃO, Carlos, 1996 – "Memorial de Santo António do Burgo / Arco da Rainha Santa". In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 1983-1996. Disponível em <URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=871>.

ALVES, Pedro – *Memoriais e padrões: monumentos medievais escondidos à vista de todos*. 2020. Disponível em <URL:https://jmdorropio.wixsite.com/site/post/memoriais-e-padroes>.

CARVALHO, João, texto; PESSOA, Lúcia, atualização – "Arco da Paradela, Portugal, Viseu, Tarouca, União das freguesias de Tarouca e Dálvares". In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 1997- 1998. Disponível em <URL:http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5011>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – "Memorial da Ermida". In *Património Cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, [2021]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69801>.

_____________ – "Memorial de Alpendurada". In *Património cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, [2021]. Disponível em <URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70243>.

_____________ – "Memorial de Lordelo". In *Património Cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, [2021]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6732729/>.

_____________ – "Memorial de Odivelas". In *Património Cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, [2021]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70249>.

_____________ – "Monumento funerário do Sobral". In *Património cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, [2021]. Disponível em <URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70193/>.

JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS – *Cruzeiro / Memorial*. Odivelas: Junta de Freguesia de Odivelas, 2016. Disponível em <URL:http://jf-odivelas.pt/patrimonio/>.

MARTINS, A. – "Memorial de Santo António do Burgo". In *Património Cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, [2021]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70396>.

MONTEIRO, Emília – "Memoriais e marmoirais que contam histórias". *Dinheiro Vivo*. 5 junho 2021. Disponível em <URL: https://www.dinheirovivo.pt/iniciativas/memoriais-e-marmoirais-que-contam-historias-13805076.html>.

MUNICÍPIO DE TAROUCA – *Arco de Paradela*. Tarouca: Município de Tarouca, 2017. Disponível em <URL: http://www.cm-tarouca.pt/pages/218>.

NOÉ, Paula; FIGUEIREDO, Paula – "Memorial de Odivelas". In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 1990, 2010. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4813>.

OLIVEIRA, Catarina – “Arco de Paradela”. In *Património Cultural*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2006. Disponível em <URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72375>.

SERENO, Isabel, *et al*. – “Memorial da Ermida”. In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 1994-2010. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5314>.

SERENO, Isabel; AMARAL, Paulo – “Memorial de Alpendorada”. In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 1994. Disponível em <URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4940>.

VAZ, Maria Máxima – O *memorial. 2010.* Disponível em <URL: http://odivelas.com/2010/03/08/o-memorial/>.

Documentação legislativa

DECLARAÇÃO n.º 100, Diário da República, 2.ª série, n.º 105, de 30 de maio de 2012.
DECRETO de 16 de junho de 1910, Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.
DECRETO n.º 37.728, Diário do Governo, n.º 4, de 5 de janeiro de 1950.
DECRETO n.º 39.521, Diário do Governo, 1.ª série, n.º 21, de 30 janeiro 1954.

Monografias

RAMOS, Henrique Vilaça – *O Memorial*. Odivelas: Junta de Freguesia de Odivelas, 1985.

Relatórios

AGUIAR, J. Monteiro de – *Penafiel antiga: o Marmoiral ou o Arco da Ermida*. Câmara Municipal de Penafiel, 1933. Relatório.

Trabalhos académicos (contribuições em)

BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre Douro e Minho (séculos V a XV).* Porto: Universidade do Porto, 1987. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Os monumentos de ontem e de hoje

Os monumentos de ontem

Como exposto nos capítulos anteriores, os memoriais e os marmoirais seriam comuns na Idade Média e poderiam ser encontrados um pouco por todo Portugal, apesar de uma maior expressividade a norte.

Como também exposto, muitos foram desaparecendo com o passar do tempo, caindo no esquecimento, não restando registos físicos e documentais suficientes para sabermos quantos eram e como eram.

Este capítulo começa com a descrição dos três memoriais e marmoirais desaparecidos para os quais temos notícias da sua existência, seguindo-se, depois, a apresentação de informações sobre outros monumentos, mas sobre os quais não temos certezas absolutas de que se possam incluir no património em estudo.

Memorial de Burgães, Santo Tirso

> "Está este monumento juncto a hũa estrada publica na agra da Cancella chamada da Cruz, contigua a hua aldeya a que chamão Sarnado." (MEP, 1896:316).

Sobre o Memorial de Burgães, designação que adota o nome da freguesia, atualmente extinta por agregação[3], situado no concelho de Santo Tirso, o padre Luís Cardoso no *Diccionario geografico* descreveu a sua existência referindo-se a ele como "hum arco de esquadrîa, obra muito antiga, e pouco polida", não definindo com rigor quem o construiu, expondo que para uns foram os Romanos e, para outros, foram os Árabes (Cardoso, 1751:305).

Em finais do século XIX, num breve texto n'*O Archeologo Português*, encontramos mais notícias deste monumento em que, desta vez, se avançou que a sua autoria se deveu aos "Godos" (MEP, 1896:315):

> "Não ha nesta terra coisa digna de memoria menos hum tumulo antiquissimo que se diz ser do tempo dos godos: está elle mettido dentro de hum arco de altura de 16 palmos e vinte de comprido: o remate são três pedras redondas soffrivelmente lavradas nas duas das partes se achão esculpidas duas cruzes perfeitas e hum signo salomonico na do meyo. O tumulo está mettido dentro deste arco tem nove palmos de comprido e quatro de largo perto de cinco. Todo este sepulcro não tem letras algũnas nem divizas e tão pouco há tradição de quem nelle esteja enterrado" (MEP, 1896:315).

Este texto adiantou ainda que este tinha túmulo, embora não se soubesse a quem pertenceu. Informou igualmente que esteve todo arruinado, sendo reconstruído no século XVIII, com as pedras originais, sendo que as obras foram pagas por João da Cunha de Sotto-Mayor Sarmento e Mendonça, na altura abade da freguesia (MEP, 1896:315).

Segundo Francisco Correia, o monumento situava-se numa "agra enorme" (Correia, 1999:24), onde existiam vários casais (o do Calvelo, da Freitas, do Córrego e do Soalhão), o que promoveu a associação entre o monumento e este campo agrícola, ficando também conhecido pela designação de "Agra do Memorial" (Correia, 1999:25).

Conhecido por "Memorial", o facto de, aparentemente, ter túmulo promove a que consideremos a possibilidade de se tratar de um marmoiral e, deste modo, a sua designação mais correta deveria de ser "Marmoiral de Burgães".

3 No âmbito da reforma administrativa nacional executada em conformidade com o estabelecido na Lei n.º 11-A de 28 de janeiro de 2013, Burgães foi extinta e agregada a outras, para formar uma nova freguesia denominada União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães.

Memorial de Lordelo, Baião

"De novo na estrada, a sugestão é voltar atrás subindo até ao lugar de Lordelo, onde existiu outrora um monumento funerário do tipo 'Memorial'." (Silva e Gomes, 1997:26).

Junto do então chamado "Caminho da Lampreieira", em Ancede, que seguia em direção ao rio Douro até a um poço ou viveiro de lampreias, havia o designado "Arco de Lordelo", também conhecido como o "Arco dos Mouros" (Gonçalves, 2009:79). É igualmente denominado por "Memorial de Lordelo" sendo, aliás, a designação mais comum.

Ancede estava situada, desde a época romana, num importante ponto de acesso ao citado rio, onde se cruzavam vias que serviam igualmente os itinerários de peregrinação a Santiago de Compostela. O monumento estava justamente situado no percurso de uma dessas vias, que vinha de Oliveira do Douro, passava por Ancede e seguia em direção a Amarante (DGPC, 2017).

De referir, que a alusão a um *memorial* já se encontra mencionada na carta de couto do Mosteiro de Ancede, passada por D. Afonso Henriques (c.1106-1185), em 24 de abril de 1141, quando ao descrever os limites territoriais do couto foi mencionado que "inde ad petras grandes de Mormoirales" [até às pedras grandes de Mormoirales]:

> "(…) Pelo que tenhais e possuais o dito couto por estes termos e lugares abaixo declarados, que começam na foz do rio de Galinhas e daí seguindo sempre o mesmo rio até ao lugar onde divide Pala com Cedofeita e daí a outro que se chama Concelho e deste como vai dividindo Paços com Pala e dividindo Paços com Balde, até chegar à Portela de Valinas e daí como vai dividindo Paços com Esmoriz assim como Venobria com Tuarás que dividem Eiriz com Santa Maria e com o Gove e daí até às pedras grandes de memoriais e daí pela bouça de D. Ramiro, daí pelo ribeiro de Figueiras (…)." (Gonçalves, 2009:77).

Se tivermos em consideração que esta indicação é sobre o memorial em estudo, esta informação é a primeira alusão escrita e conhecida sobre o monumento.

De destacar que esta referência documental mencionou a existência de "Mormoirales", no plural, podendo indiciar que existiriam mais nos tempos de D. Afonso Henriques.

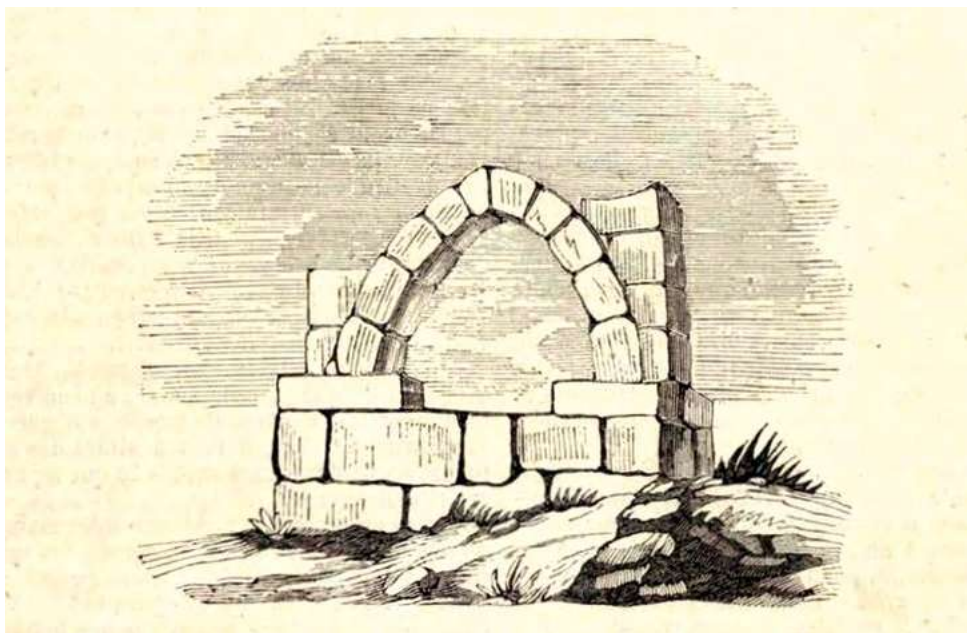
Um outro dado curioso é a alusão deste memorial ter servido de marco de delimitação territorial do couto do Mosteiro. Este dado acaba por ir ao encontro do analisado anteriormente que é a possibilidade deste tipo de arco ter a função de ajudar na organização territorial na Idade Média. A dúvida é saber se esta foi a sua real função ou, como sucedeu com outros, se foi um reaproveitamento funcional, pois teve inicialmente uma outra finalidade.

Com o passar dos séculos, outras fontes escritas surgiram sobre o mesmo, o que possibilitou esclarecer a sua função primária.

Na Memória Paroquial da freguesia de Ancede, elaborada pelo cura João Pinto de Almeida, em 28 de abril de 1758, foi escrito que o monumento possuía túmulo para um homem com estatura média da época, embora se desconheça quem ele era.

Um outro testemunho documental data do ano de 1857, quando foi publicado um texto com gravura, por Miguel Sotto Mayor, no semanário ilustrado *Archivo Pittoresco*:

> "Este antigo monumento existe em uma pequena planura sobranceira ao rio Douro, na margem direita d'elle, e nos limites de um logar chamado Lordêllo, dez legoas distante da cidade do Porto. Nenhuma data, nenhuma inscripção, nenhuma letra sequer

se descobre gravada n'elle, que nos possa guiar, atravez do labyrintho dos seculos, a investigar sua remota origem. Diz apenas a tradição conservada pelos povos d'aquelles sítios, que esse arco fôra levantado para commemorar a passagem da rainha de Castella D. Mafalda, filha do nosso rei D. Sancho I, a qual se diz haver seguido por alli quando fôra fundar uma casa de banhos nas Caldas d'Arêgos, e uma capella da invocação de Santa Maria Magdalena, que ainda hoje existe. Destituida de fundamento nos parece, porém, esta tradição, e o mesmo arco nol-a denuncia como falsa. É facil de ver da estampa, que este monumento está já hoje incompleto. Com efeito falta-lhe uma pedra em forma de tumulo, que repousava sobre o arco, servindo de remate ao monumento, pedra que ainda ha poucos annos foi d'alli derribada por alguns rudes camponios que, buscavam um thesouro, *com que haviam sonhado!* A face superior da dita pedra tinha esculpida uma espada, o que nos parece estar bem longe de indicar, que o arco fosse levantado em memoria da santa e pacifica rainha, da humilde monja de Arouca. Antes julgâmos mais verosimil que áquella espada, gravada sobre um tumulo ou ataúde, estivesse vinculada uma homenagem funebre prestada a algum illustre guerreiro. E vem ainda dar maior probabilidade a esta conjectura o achar-se o arco junto da orla de uma estrada, que em remotos tempos devia ser uma das mais frequentadas vias de communicação entre as duas provincias do Minho e Beira." (Sotto Mayor, 1857:167-168).

Arco de Lordelo (Baião). *Archivo Pittoresco* (Sotto Mayor, 1857:168).

Neste texto, surge novamente a alusão a Mafalda Sanches para apontar a possibilidade do monumento ter sido construído para lembrar a passagem dela neste território, aquando de obras pias, nomeadamente a fundação de uma casa de banhos em Caldas de Aregos (Resende) e uma capela dedicada a Santa Maria Madalena. No entanto, Miguel Sotto Mayor rejeitou esta teoria. O autor foi da opinião que o Memorial de Lordelo foi levantado a favor de um nobre guerreiro. Este seu argumento baseou-se na pedra tumular que aqui existia e na qual estava gravada uma espada. Adicionalmente, expôs que na data de publicação deste texto, o monumento já se encontrava em ruína acentuada.

Atualmente, nada resta deste memorial ou marmoiral.

Mário Jorge Barroca (1985:12) argumentou que este era um monumento funerário, que apresentava arco apontado assente sobre uma base pétrea sendo desprovido de inscrição. A tampa que cobria a cavidade sepulcral antropomórfica tinha decorada uma espada, como sugerido por Miguel Sotto Mayor, podendo entender-se que se trataria de um espaço associado a alguém de posição social relevante, neste caso da nobreza, cujo corpo ali repousou (Barroca, 1985:13).

Ainda segundo o mesmo autor, este era um monumento que foi provavelmente construído na primeira metade do século XIII, atendendo ao arco apontado (Barroca, 1985:13).

No entanto, Silva e Gomes (1997:21) foram da opinião que o Memorial de Lordelo seria composto não por um, mas por dois túmulos antropomórficos e deveria ser do século XII, tempos em que estas estruturas eram frequentes no Norte de Portugal para perpetuar a memória de algumas personalidades.

Chegados aos inícios do século XX, o monumento já não existia. Mas este dado não foi fator que impedisse a sua classificação como Monumento Nacional. De facto, por Decreto de 16 de junho de 1910, o Memorial de Lordelo recebeu a classificação citada.

No entanto, em 2012, através da Declaração n.º 100, procedeu-se à sua desclassificação, por este já não existir à data da sua classificação, em 1910.

Como muitos outros monumentos semelhantes, o Memorial de Lordelo – ou na nossa opinião o "Marmoiral de Lordelo", se acolhermos a sua eventual função funerária – sofreu os embates das sociedades que os destruíram, por razões assentes em lendas ou na necessidade de ocupar o espaço para a agricultura.

Apesar do seu desaparecimento, a sua memória continua presente: o local onde estava edificado tem a designação de "Lugar do Arco" (Gonçalves, 2009:79).

Um outro monumento que se perdeu no tempo, embora não se saiba a razão do seu desaparecimento, era o que se situava na capital portuguesa.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.

Declaração n.º 100/2012

Considerando que o Memorial de Lordelo, sito em Lordelo, freguesia de Ancede, concelho de Baião, distrito do Porto, classificado como monumento nacional (MN) pelo Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário de Governo* n.º 136, de 23 de junho de 1910, por ter sido progressivamente destruído, ao longo da segunda metade do século XIX, não existia já à data da sua classificação e que não existem atualmente quaisquer vestígios da estrutura funerária original, declara-se, para os devidos efeitos legais, designadamente os decorrentes da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que o acima referido Memorial de Lordelo, na freguesia de Ancede, concelho de Baião, distrito do Porto, se considera desclassificado, deixando consequentemente de ter uma zona de proteção geral de 50 metros a contar dos seus limites exteriores.

18 de abril de 2012. — O Diretor-Geral, *Elísio Summavielle*.

206125255

Arco de Lordelo (Baião). Diploma de desclassificação do monumento.

Arco do Pouso, Lisboa

"Responde o dito arco a outro que está a saida de Lisboa." (Brandão, 1647:486).

Desde o século XVII até aos nossos dias, vários autores nos deixaram algumas informações acerca do Arco do Pouso, ainda que subsista alguma confusão sobre a sua localização exata.

Em 1672, Francisco Brandão (1672:486) ao narrar o cortejo fúnebre de D. Dinis (1279-1325), *o Lavrador*, cujo corpo pousou no Memorial de Odivelas, também recordou o de Lisboa, associando-o a D. João I (1357-1433), o de *Boa Memória*, quando escreveu o seguinte:

> "está a saida de Lisboa para aquella parte no campo da força se puzerão por descançar naquelles lugares o feretro d'el Rey Dom João o I, quando de Lisboa por aquelas partes veo tresladado ao seu jazigo do Real Convento da Batalha." (Brandão, 1672:486).

Raphael Bluteau (1716:418), em 1716, também citou o Arco, como estando à saída de Lisboa, no antigo Campo da Forca — atualmente Campo de Santa Clara — cuja designação era "Arco do Pouso". Este autor, tal como Francisco Brandão, associou o Arco de Lisboa a D. João I ao argumentar que foi aqui que descansou o féretro ou ataúde do monarca quando, de Lisboa, foi transladado para o Mosteiro da Batalha.

De igual modo, o autor do artigo "Odivellas", no jornal *O Panorama*, ao citar o narrado por frei Francisco Brandão, também indicou a existência do Arco, no Campo da Forca, e associou-o a D. João I (*O Panorama*, 1837:58).

Em 1942, Pedro Vitorino num artigo editado na revista *Douro-Litoral*, ao escrever sobre este tema, também mencionou o de Lisboa, embora já desaparecido, que se situava no Campo de Santa Clara (Vitorino, 1942:18).

Também J. Leite de Vasconcelos lembrou o Arco, designando-o de "Arco do Campo da Forca", relacionando-o, como o fizeram Francisco Brandão e Raphael Bluteau, com a paragem do féretro de D. João I, aquando do cortejo fúnebre de Lisboa para a Batalha (Vasconcelos, 2002:264).

Apesar de todos estes autores indicarem que este Arco se situava no Campo da Forca, Mário Guedes Real, em 1944, discordou desta quase unanimidade ao argumentar que o Arco do Pouso se situava no Largo de Santa Bárbara, na mesma cidade de Lisboa (Real, 1944:312). Apesar de considerar que serviu para pouso em cortejos fúnebres, o mesmo autor duvida que neste tenha pousado o corpo de D. João I, alegando que se baseia numa lenda.

De salientar que este autor é o único que avançou com uma razão para o monumento não existir atualmente: o seu desaparecimento deve-se ao Terramoto de 1755, porque, após esta catástrofe, "nenhuma referência mais a êle se encontra" (Real, 1944:324).

Embora as informações sobre este arco sejam imprecisas, a sua designação como *Arco do Pouso* pode ser útil para se saber da sua função. Possivelmente, não teria funções funerárias mas, sim, de memória, como local de trânsito de cortejos fúnebres. Daí o termo "Pouso".

Se para estes três monumentos desaparecidos as informações que chegaram aos nossos dias não nos permitem ter uma opinião devidamente alicerçada, as dúvidas aumentam ao existirem diversas informações históricas sobre outros monumentos que podem, teoricamente, ser integrados na família dos arcos memoriais e marmoirais. Todavia, e voltamos a repetir, os dados são imprecisos. Por este motivo, o assunto deve ser analisado com a devida prudência. De seguida, apresentamos algumas dessas informações, ficando como exemplo da complexidade em se analisar este património.

Os monumentos perdidos no tempo

"Deve, porém, notar-se que em toda esta região abundavam esses monumentos, o que dificulta, a nosso ver, a sua identificação." (Freitas, 1950:54).

Silva (1998:21), com base em documentação das épocas medieval e moderna e na toponímia, foi da opinião que terão existido "uma grande densidade de marmoirais, particularmente para a região do Entre-Douro-e-Minho". De facto, as notícias mostram que esta antiga província terá sido favorecida com estes monumentos, embora se encontrem um pouco por todo o país.

O padre Agostinho Azevedo, em dois artigos no jornal *Novidades*, publicados em 1939 e 1940 respetivamente, apresentou uma lista de quinze marmoirais em que, além de indicar os que atualmente subsistem, exceto o da Campeã, mencionou um em Gião (concelho de Vila do Conde), um em Fonte Arcada (concelho de Penafiel), um outro em Várzea da Ovelha (concelho de Marco de Canaveses), outro em Lordelo, Ancede (concelho de Baião), três em Santo Tirso (em Rebordões, em Burgães e na Vila) e o Arco do Pouso, em Lisboa (Real, 1964:39).

Nesta referência histórica, há a menção a três monumentos em Santo Tirso. Contudo, João de Barros ao referir-se aos que existiam nessa mesma localidade apenas mencionou dois, caracterizando-os como tendo grandes dimensões:

> "(…) porque trato das sepulturas, digo que na comarca d'Antre Douro e Minho ha outras sepulturas antigas que não são dos Romaons e estão no monte feitas há maneira de moimento, com arco por sima, e estas não tem nenhumas letras, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali fora das igrejas; assi como dous mui grande que estão no valle de Santo Thirço (...)." (Barros e Lencart, 2019:344).

Para o Minho, a carta de couto do Mosteiro de São João de Longos Vales, em Monção, datada de cerca de 1199, alargava os limites da propriedade até ao*s* "momuraes" (Rosas e Barros, 2008:227).

Uma região com inúmeras indicações eventuais para memoriais e marmoirais é a que se situa, sensivelmente, entre os rios Leça e o Ave.

Segundo Rosas e Barros (2008:227), nas Inquirições de 1343 surgem os "mormouraes velhos de Sigães" que provavelmente estariam implantados perto de Terroso e de Paranhos, na Póvoa de Varzim.

Temos notícias de mais exemplares, de função funerária ou de memória, para o concelho de Vila do Conde.

No lugar da Campa, nas proximidades da freguesia de Fajozes, no citado concelho, terá existido um marmoiral dedicado a Paio Tructezendes, cavaleiro contemporâneo de D. Afonso Henriques e possivelmente da família fundadora do Convento de Moreira (Freitas, 1950:54), sendo indicado nas Inquirições de D. Afonso III (1248-1279), em 1258: "mormorialle Pelagii Troitizendis deinde quod uenit inter faiozes et ueirium subtus castrum" (Freitas, 1950:53).

Contudo, os dados existentes sobre este "mormorialle" são débeis, podendo apenas ser um topónimo, inserindo-se no rol de lugares com estas designações, como exposto em capítulo anterior.

Na antiga rede viária que se estendia entre os rios Leça e o Ave existem diversas alusões toponímicas que podem estar ou não relacionadas com estes monumentos. Por exemplo, temos a "Leira dos Marmoirais", em Aveleda, um "Mormoyrall" em Macieira, as "Leiras do Marmoiral" em Mindelo, o "Casal do Memorial", também em Mindelo, a "Leira do Marmoiral" em Mosteiró, e a "Sepultura dos Memoriais", junto aos limites de Fajozes, Vairão e Macieira (Rosas e Barros, 2008:228).

Também temos notícias de alguns exemplares situados em territórios que atualmente pertencem ao concelho de Matosinhos. Há referência de um potencial Arco junto do Mosteiro de Leça. Quem nos informa sobre este Arco é João de Barros que, na *Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, escreveu que junto desse Mosteiro existia num monte uma sepultura com um arco de pedra por cima que parecia um "muimento de defunto" (Barros e Lencart, 2019:160).

Uma outra referência indicou o "mermorial de Ennego", localizado no lugar de Recarei, igualmente em Matosinhos (Rosas e Barros, 2008:227).

Para o concelho de Baião, Barroca (1985) sugeriu que poderão ter existido mais memoriais, além do de Lordelo, já analisado, observando as referências documentais dos séculos XII e XIII, embora também não tenha descartado a ideia de as diversas referências estarem relacionadas com o Memorial de Lordelo. Deste modo, o autor expôs que na carta de couto do Mosteiro de Ancede, de 1141, foi descrito que no limite do couto passava "ad petras grandes de mormoirales" [grandes pedras de mormoirales] e que na carta de couto da Igreja de Gove, apócrifa, dos finais do século XII ou século XIII, mencionava "illos mormoirales" [aqueles mormoirales] (Barroca, 1985:13). Foi com base nestas menções no plural que Barroca ponderou a possibilidade de ter existido mais do que um memorial em Baião. Mas os dados são muito inconclusivos.

A consulta da Memória Paroquial de Travanca, de 1758, em Amarante, também nos faculta notícias de um moimento. O pároco relator, ao justificar as origens do Mosteiro do Salvador de Travanca, mencionou que esta casa monacal foi fundada perto desse monumento, sendo este composto por urna, por três pedras e por arco também em pedra que até se poderia passar por debaixo dele, que ficava, por sua vez, a nascente da Capela de São Sebastião.

Há também informações de potenciais monumentos na Beira Alta e na Beira Litoral, como o Marmoiral da Rainha, em Viseu, e o Moimento de D. Sesnando, em Coimbra.

Manuel Alvelos, no artigo "Monumentos antigos de Viseu II: o Marmoiral de Viseu", publicado na *Revista Beira Alta*, em 1948, mencionou que em Viseu existiu um marmoiral "herdado dos Romanos", com a designação de "Marmoiral da Rainha" (Alvelos, 1948:333). Segundo este autor, o marmoiral teria sido dedicado em memória a uma senhora de seu nome D. Maria, conforme referem documentos dos séculos XIV e XV.

A partir dos fins deste último século, as notícias sobre ele perderam-se e o que resta hoje em dia desses tempos é a denominação "Pedras Alçadas", local onde o marmoiral se situava e que ficava nos arredores de Viseu, mais concretamente no local onde agora existe o cemitério desta cidade e junto da estrada que de Viseu seguia para "Lages de Gavim" e para outras povoações (Alvelos, 1948:334).

Para justificar que este monumento era um marmoiral, o autor baseou-se na tradição e em documentos. Alvelos considerou que o povo ao intitulá-lo por "Pedras Alçadas" queria referir-se a um monumento que tinha pedras elevadas, ou seja, em arco. Quanto à documentação, Manuel Alvelos recorreu ao testamento de D. Joana de Teives, dos meados do século XIV, no qual a senhora mandou "à Confraria de Sam Braz outros 20 soldos que sahião a fazerme honra ata o Mermoiral de Dona Maria" (Alvelos, 1948:335) e a um outro documento de 1593 onde se descrevia um olival situado "acima de S. Sam Martinho, junto das pedras alçadas do Mormoural" (Alvelos, 1948:334).

Sobre a data e as razões para o seu desaparecimento, o autor escreveu que nada pode acrescentar, dado desconhecer (Alvelos, 1948:335).

Mosteiro do Salvador de Travanca (Amarante). Panorâmica geral. Segundo a Memória Paroquial da freguesia, este mosteiro foi fundado perto de um moimento.

João Pedro Ribeiro (1810:193) em *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*, editado em Lisboa, no ano de 1810, referiu que Pedr'Alvares Nogueira, no catálogo manuscrito dos bispos de Coimbra, escreveu que o conde D. Sesnando Davides (?-1091), governador de Coimbra entre 1064 e 1091, foi sepultado num moimento, que tinha um arco, cujo lugar se ignorava, embora houvesse a memória que o lugar seria no adro da Sé Velha de Coimbra, antes de este tempo ser reformado:

> "Aqui jaz hum que em outro tempo foi grande varom sabedor e muito eloquente e rico e agora he pequena cinza encarada em este moimento (…)" (Ribeiro, 1810:193).

Sobre este suposto moimento, é necessário ter a devida prudência porque, além de ter desaparecido, as fontes de informação que chegaram aos nossos dias podem estar a confundi-lo com um arcossólio, concordando-se com a opinião de Silva (1998:21) que sobre este monumento também sugeriu a probabilidade de se estar perante um arcossólio exterior.

O exemplo deste monumento acaba por demonstrar como, por vezes, as tipologias funerárias se podem confundir, não na prática, porque as formas de construção são inconfundíveis, mas na transmissão de notícias e informações para as épocas posteriores, agravando-se com o desmantelamento dos monumentos e com a falta de rigor nas descrições dos mesmos.

Os exemplos descritos ajudam a reforçar a ideia de que poderiam existir diversos memoriais e marmoirais um pouco por todo o país. Mas, os mesmos exemplos também evidenciam a dificuldade em se concluir com relativa certeza quais os que se inserem nas tipologias em análise e os que se inserem noutros âmbitos.

Apesar das incertezas, estes dados ficam registados e podem servir como começo para novos estudos sobre o tema.

Os monumentos de hoje

O corpo principal desta monografia centra-se no estudo individualizado dos arcos memoriais e marmoirais que herdamos da Idade Média. Atualmente, conhecemos sete, ainda que durante muito tempo os estudos referissem apenas seis, não estando incluído o da Campeã. É por este que começamos a análise aos Monumentos de Hoje.

Arco da Campeã, Vila Real

"22. Não se sabe que tenha pervilegios ou antiguidades dignas de memoria, exceto hum arco de pedra mármore que se acha no fundo da freguesia." (Capela, 2006:566).

Se, durante décadas, diversos autores consideraram apenas, ou deram relevância, a seis monumentos (neste caso, o de Alpendorada, Ermida, Odivelas, Paradela, Santo António e Sobrado) – tendo o mesmo sucedido com os nossos trabalhos anteriores – estudos recentes, como os de Carlos Balsa[4], vieram evidenciar que este é um campo em aberto e que não podemos dar por fechado o tema.

Todavia, há uma pergunta que deve ser feita e que diz respeito à razão para este monumento não ser mencionado em estudos anteriores. Podem existir vários motivos, desde falhas nas investigações até se considerar que não é um arco medieval. Mas, partindo do pressuposto que é medieval, pensamos que o motivo para não ser incluído em anteriores trabalhos históricos enraíza no facto de os historiadores se terem concentrado nos conhecidos e não terem aprofundado suficientemente o assunto.

4 Ver, por exemplo, "Via do Marão – Contributos para a identificação do traçado do antigo caminho do Marão", Revista *Oppidum*, n.º 10 (2017), pp. 40-62 e "Arco Memorial da Campeã: um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão", in *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*, 2021, pp. 45-79.

Na calçada de Chão-Grande – também conhecida por Calçada do Arco, numa evidente relação entre a via de comunicação e o monumento que aqui existe –, na freguesia de Campeã, concelho de Vila Real, existe um exemplar que até há pouco tempo era desconhecido por nós.

É popularmente designado por "Arco" ou "Marmoiral". Também surge designado por "Marmoiral do Arco", fazendo a conjugação dos dois termos anteriores. Balsa (2021:69) informou ainda que é também conhecido localmente por "Arco Romano".

De todos os memoriais e marmoirais conhecidos, o da Campeã é o que se situa num ambiente mais próximo da medievalidade: foi construído junto de uma via romana – que ligava Braga (Bracara), pela serra do Marão, às travessias do rio Douro na Barca de Moledo e em Peso da Régua, seguindo depois por Moimenta da Beira rumo a Mérida (Emerita) (Soutinho, 2004-2020)[5] – e cercado

5 Genericamente, este itinerário inicialmente seguia o mesmo trajeto da via que ligava Braga a Tongobriga até ao Alto da Lixa, no concelho de Felgueiras. Deste modo, previamente a via passava pela ponte do Arco, em Vila Fria, e junto do Mosteiro de Pombeiro, em Pombeiro de Ribavizela, Felgueiras. Depois do Alto da Lixa, o itinerário seguia por Gatão, onde atravessava o rio Tâmega, passando depois por Vila Chã do Marão, Covelo do Monte, em Amarante, até chegar à Campeã, que na altura se apresentava como um importante nó viário que articulava todo o trânsito que cruzava o Marão. Na Campeã, o itinerário seguia pela calçada que atualmente é chamada de "Caminho Romano" e no qual se situa o monumento em análise. Daqui, a via seguia até ao sítio da "Estalagem Nova" de onde partia para o rio Douro (Soutinho, 2004--2020) rumo a Mérida, a capital da província romana da Lusitânia.

Arco da Campeã (Vila Real). Atualidade.

Arco da Campeã (Vila Real). Envolvente.

por campos agrícolas. Neste local, respira-se ruralidade e consegue-se imaginar a serenidade que se poderia encontrar na Idade Média. Por breves momentos, este monumento parece estar em perfeita sintonia com a época e o espaço medievais.

Todavia, não há situações perfeitas. A interferência humana não passa despercebida e notamos a sua presença quando junto a este exemplar, e como que a esventrar lateralmente a via romana, deparamos com canalização em concreto armado para drenagem de águas.

Igualmente assinalámos a forma como estes imóveis foram desvalorizados com o passar dos séculos: além da densa vegetação que o ofusca e que ajuda à sua degradação, em determinada época, que desconhecemos, os proprietários do terreno contíguo taparam um dos lados do monumento com uma parede em tijolo para fazerem um abrigo (Balsa, 2010:48). Atualmente, essa parede já não existe.

Mas, a presença humana continua a fazer-se sentir: o muro desse terreno está encostado ao monumento e este serviu de suporte para encaixe de rede de vedação ou de árvores, como aliás ainda é notório, porque há vestígios metálicos embutidos na estrutura do Arco.

Tudo isto significa que, com o avançar do tempo e numa clara depreciação do monumento, o Homem soube, indevidamente, dar ao Arco funções diferentes para as quais fora construído.

Em conclusão, num ambiente que tem as condições para sentirmos como seriam, *grosso modo*, os tempos medievais, encontramos um monumento – e, já agora,

uma calçada romana – em mau estado de conservação.

Esta situação acaba por ser um exemplo do que não deveria acontecer: apesar de ser aquele que nos leva para mais próximo da realidade medieval que o construiu, é, ao mesmo tempo, o que se encontra em piores condições. Esperemos que o mesmo tempo humano que soube desvalorizar o monumento também o saiba valorizar.

Uma das interrogações acerca deste monumento é saber qual foi o motivo para a sua construção. Com o passar dos séculos, vários motivos foram apontados, sendo baseados sobretudo nas tradições orais e em lendas. Apresentemos dois deles.

João de Barros, na *Geografia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, mencionou a sua existência e avançou com as seguintes explicações para a sua origem:

> "No valle de Campea termo de Villa Real em Tra los Montes esta outro assi mais novo que estes que dice, do qual he fama que hum fidalgo vivia no cabo daquelle valle em huma grande torre que hora esta dirribada, o qual sogigava toda aquella terra, e se levantou com a obediência a el rei e que el rei o mandou aly tomar e matar e lhe foi derribada a torre, em que se acolhia, por tredor, e por isso se não consentio enterrar em sagrado, e lhe foi feita aquella sepultura naquelle despovoado." (Barros e Lencart, 2019:160).

Segundo João de Barros, este exemplar fora construído para sepultura de um nobre que um monarca português mandou assassinar, embora o historiador não aponte o nome do nobre nem do monarca. Se tivermos em atenção este motivo, poderemos considerar que estamos perante um marmoiral, ou seja, um monumento funerário.

A par desta justificação, existe uma outra que, possivelmente, é de todas as explicações a serem apresentadas

Arco de Rabães [Arrabães], Torgueda (Vila Real). Atualidade.

Arco da Campeã (Vila Real). Pormenor do plinto.

nesta monografia a mais original: a sua origem radica na caça grossa (veados, javalis, ursos, entre outros)[6], atividade lúdica e de treino exclusiva dos altos estratos sociais. Esta versão foi apresentada nas memórias paroquiais das freguesias de Campeã e de Torgueda, em 1758.

O pároco redator da Memória Paroquial da Campeã justificou a construção do Arco para lembrar a caça de "huma fera" no tempo em que este local estava inculto (Capela, 2006:540).

Na outra narração paroquial, neste caso da freguesia de Torgueda, também em Vila Real, foi mencionado que essa "fera" era um javali que tinha sido atingido numa caça por Ordonho II (c.873-924), rei da Galiza (entre 910 e 924) e de Leão (entre 914-924), que, por ocasião da sua estadia em Guimarães, veio para este território caçar. Segundo o relator desta Memória Paroquial, o rei atingiu mortalmente o javali no lugar de Rabães [Arrabães], situado na freguesia de Torgueda, depois de ter perseguido o animal cerca de uma légua, desde a calçada de Chão-Grande. Mais tarde, foram construídos dois arcos nesses dois locais para recordar o feito (Capela, 2006:566)[7].

6 Embora a caça seja uma das atividades mais antigas associadas ao Homem, conhecendo-se a sua prática desde os tempos dos Australopitecos (há cerca de 4 milhões de anos), o desenvolvimento da agricultura e da pastorícia e a prática do sedentarismo levou paulatinamente a que a caça fosse encarada, sobretudo durante a Idade Média, como uma atividade lúdica e de treino para a guerra, reservada especialmente à realeza e à nobreza (Infopédia, 2020).

Uma outra informação curiosa associada ao Arco da Campeã é o facto de ser caracterizado pelo pároco redator da Memória Paroquial como "hum arco de pedra mármore" (Capela, 2006:540), fazendo a associação deste monumento ao mármore. Esta comparação tem alguma razão de ser, porque como foi feito com granito claro, essa rocha era conhecida na época por mármore (Balsa, 2017: 47).

Apesar de ser atribuída a sua construção aos tempos de Ordonho II, entre os séculos IX e X, não nos parece credível que este remonte a esses séculos. Poderá ser datado, sim, da segunda metade do século XII ou mesmo da centúria seguinte.

Nestas duas versões para a origem do monumento denota-se a dificuldade em se encontrar uma razão credível, evidenciando a dificuldade em se conseguir nos dias atuais um motivo razoável para a sua construção. Fica evidente que as lendas e os mistérios fazem parte da história destes monumentos e do da Campeã em particular.

As dúvidas não se ficam apenas pela razão de construção, estendendo-se à sua própria estrutura.

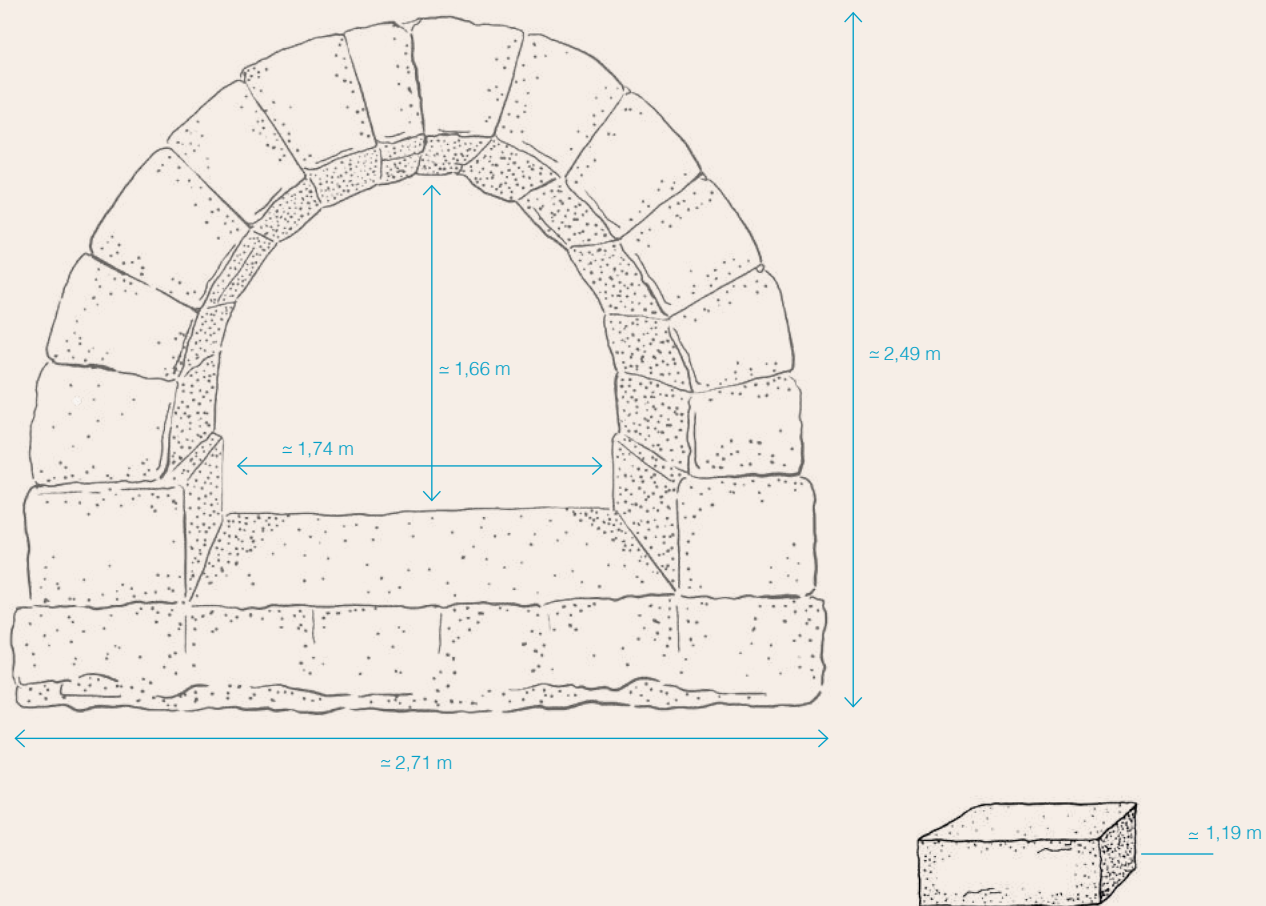
O monumento é composto por plinto e por um arco de volta perfeita, não existindo hoje a parede de tijolo referida anteriormente. Num período temporal que desconhecemos, essa parede foi derrubada. Temos dúvidas se o plinto é o original, porque o que existe é uma mistura de granito com materiais recentes. No vão do arco não há vestígios de ter existido pedra sepulcral.

Posto isto, umas das interrogações é saber se originalmente este monumento teve pedra sepulcral ou se foi formado apenas pelo plinto e arco, como sucede com o de Alpendorada. Só a realização de um estudo multidisciplinar nos poderá fornecer informações mais concretas sobre estas nossas interrogações. Localmente, não conseguimos identificar vestígios de existência da pedra sepulcral e da originalidade do plinto. A densa vegetação dificulta a análise e os restos de materiais podem estar a encobrir elementos originais. É plausível que não tenha tido pedra sepulcral e este monumento seja apenas formado pelo plinto e arco. Neste caso, este monumento não terá sido erigido para funções funerárias, como proposto anteriormente e baseado no relato de João de Barros, mas para fins de memória, por exemplo de um evento. Estamos no campo das suposições.

Concluímos, deste modo, que as informações que possuímos na atualidade não nos permitem afirmar com rigor qual foi a real função deste monumento, ou seja, se terá sido um memorial ou um marmoiral. Por conseguinte, a melhor designação a dar-lhe, por agora, é a de *Arco*.

Apesar de este monumento ser o que ambientalmente nos remete para a Idade Média, este não passou incólume à ação humana que o degradou e o continua a degradar. Compete-nos, agora, nos dias atuais, remendar os atropelos do passado mediante a sua valorização. É o mínimo que podemos fazer para preservar a memória coletiva, promover a história local e preservar um dos poucos exemplos desta família patrimonial do nosso país.

7 Segundo a mesma Memória Paroquial, após a caçada, Ordonho II pernoitou na casa dos Tello de Meneses e aqui reencontrou a sua filha, "Dona Xemenes", que, anos antes, tinha fugido de Guimarães "com certo fidalgo" que, mais tarde, a abandonou. Ao reencontrar a sua filha, o rei ficou feliz e abençoou a sua união com um elemento da família Tello de Meneses (Capela, 2006:566).

Caracterização geral do monumento

Localização: Calçada do Chão-Grande, freguesia de Campeã, concelho de Vila Real.
Proteção: sem proteção.
Data provável de construção: entre os séculos XII e XIII.
Estilo arquitetónico: arte românica.
Função: inconclusivo / a determinar.

Descrição: monumento composto por arco de volta perfeita, de doze aduelas, que assenta sobre um plinto, sendo as suas extremidades em granito e a restante estrutura formada, aparentemente, por materiais de construção recentes, como cimento, pedra variada e restos de tijolo… Possivelmente, estes materiais são vestígios da parede que aqui existiu e que tapava um dos lados do Arco para que este servisse de abrigo. O vão do arco não possui pedra sepulcral.

Memorial de Alpendorada, Marco de Canaveses

> "Na mesma freg. Se encontra o chamado *marmoiral* (ou *memorial*), de pedra escurecida pelos séculos (mon. Nac.), constituído por um arco ogival de 4 metros de alt., assente em 4 degraus. Sob o arco, uma arca tumular, também de granito." (Dionísio, 1994: 614).

Designado por "Memorial de Ariz" (Vieira, 1887:484), "Marmoiral" (Silva, 1998:19) ou "Moimento" (Dionísio, 1994:615), o Memorial de Alpendorada localiza-se na freguesia que lhe deu o nome, no concelho de Marco de Canaveses.

O monumento encontra-se situado junto da Estrada Nacional 108 e nas imediações da rotunda desta estrada com a Nacional 210 e, deste modo, sujeito à pressão automóvel fruto das vivências quotidianas e da extração, transformação e comercialização de granito, atividade económica de reconhecido interesse para a freguesia. Exemplo desta importância é o Museu da Pedra, local museológico de memórias desta atividade e das suas gentes, situado na mesma Estrada 108 e a pouco mais de quinhentos metros do monumento.

Ainda que esteja numa plataforma elevada relativamente à citada Estrada Nacional, o Memorial de Alpendorada passa quase despercebido a quem transita nessa via, devido a estar numa zona urbanizada e quase sufocado pelos imóveis habitacionais e comerciais.

E o problema deste monumento foi, e é, a sua localização.

Em primeiro lugar, o monumento encontrava-se até à década de 1950 encaixado entre uma habitação e a extremidade de um campo agrícola, com um latada de

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses). Atualidade.

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses). Localização em 1954.

vinha junto a ele, e numa quota superior à via de comunicação. Certamente, a casa e seus muros e a produção agrícola do campo anexo impediam a sua visibilidade e visita.

Em segundo lugar, um outro problema centra-se na dúvida se o monumento está realmente no local original da sua construção medieval, pois há quem considere que foi deslocado para onde se encontra atualmente aquando da abertura da estrada nacional (Sereno e Amaral, 1994).

Por fim, e independente de ter sido ou não deslocado, o local onde está não é o ideal, pois o monumento passa despercebido, como exposto, afetando a sua valorização.

A sua fraca localização foi notada ao longo das décadas. Por exemplo, em 1962, ponderou-se transferir o monumento para um outro lugar por este passar despercebido a quem viajava pela Estrada Nacional 108 (Botelho, 2014:94). Uma das sugestões era deslocá-lo para a zona de concordância das estradas nacionais 108 e 210 (Botelho, 2014: 95). Esta sugestão não vingou. Anos mais tarde, nos inícios da década de 1970, voltou a pensar-se no mesmo assunto, em que, desta vez, a sugestão passava pela sua trasladação para a avenida contígua ao Campo dos Mouros, à margem do acesso ao cemitério da freguesia, para junto de um outro túmulo medieval, designado por Campa dos Templários (Botelho, 2014: 95). Esta parecia ser a solução.

Sucede que, por volta de 1975, quando se pretendeu proceder à trasladação, assistiu-se a um ajuntamento da população do lugar onde estava o monumento a manifestar-se contra esta medida, argumentando que o monumento deveria ficar onde sempre esteve (Botelho, 2014: 95).

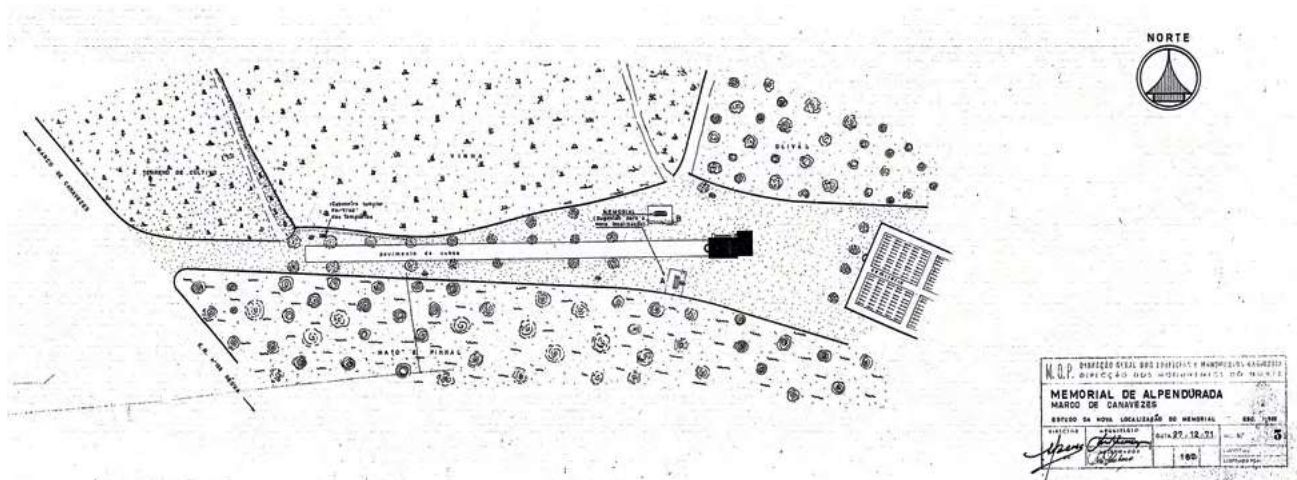
Ouvindo a voz da população, as entidades responsáveis cancelaram a trasladação e, no ano seguinte, era aberto concurso para trabalhos de consolidação da base, limpeza, arranjo envolvente e novos degraus de acesso (Botelho, 2014:95).

O ato de impedir a deslocalização do Memorial de Alpendorada acabou por demonstrar o valor patrimonial que representava para a população, dando-lhe a devida importância, independentemente dos motivos que promoveram a sua construção.

Uma das dúvidas que persiste sobre o monumento prende-se com o motivo para a sua construção, como aliás se verificou com o monumento analisado anteriormente.

De uma forma geral, é associado com a morte ou com a memória de uma personalidade. As opiniões dividem-se.

Vários autores são da opinião que este é um monumento com finalidades funerárias.

Abílio Miranda (1937 *apud* Silva, 1998:20) apontou a possibilidade de este ter alojado dois espaços sepulcrais distintos: um no vão sobre a cornija e outro no espaço

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses). Projeto da nova localização, de 1971.

vago sob o arco, ponderando a possibilidade de se tratar da sepultura de um casal.

Designando-o por "moimento", Santana Dionísio sugeriu que neste se teria guardado as ossadas de um guerreiro da época da Reconquista, de seu nome Souzinho Álvares (Dionísio, 1994:615), que foi alcaide-mor, ou governador, do castelo de Bugefa, ou Abojefa, um castro situado no Monte do Castro também denominado, na Época Medieval, por Monte da Sinagoga, ou da Esnoga (Rosas e Barros, 2008:232).

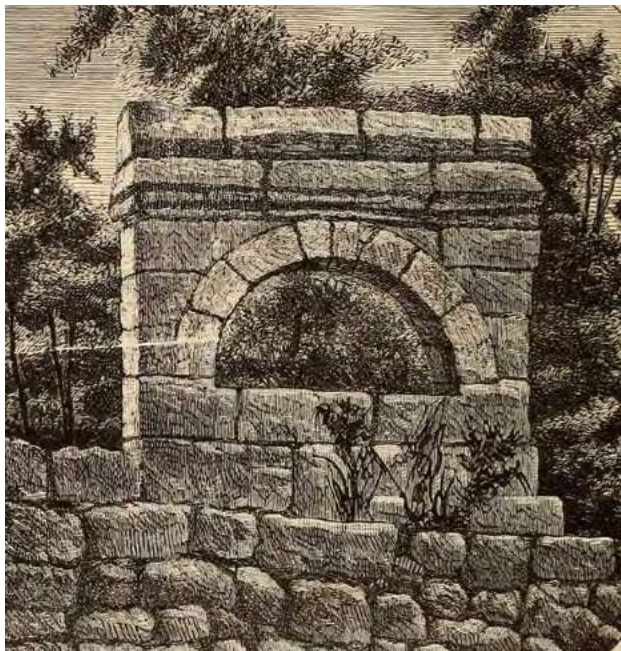
A finalidade funerária foi também defendida por Pinto e Gomes (1997:51), associando-o a um cavaleiro.

Opinião semelhante teve Silva (1998:23-24) que, atendendo à presença de uma espada gravada na sua estrutura, apontou a possibilidade do monumento corresponder a um túmulo, tipo ossário, de cavaleiro morto neste local porque, à luz das disposições canónicas da época, estavam impedidos de serem sepultados em espaço sagrado (por exemplo, numa igreja ou cemitério).

Se todos estes autores se orientam para a finalidade funerária do monumento, este consenso é inexistente no que respeita à personalidade ao qual é dedicado. São apontadas diversas personalidades, desde um cavaleiro passando por local de sepultamento de um casal.

A par da teoria de ser um monumento funerário, também se considera a possibilidade de ter sido apenas para lembrar a memória de uma individualidade reconhecida socialmente. E no rol de personalidades, destaca-se Mafalda Sanches, filha de Sancho I, embora por vezes se confunda esta com a sua avó, Mafalda de Saboia (1125--1157), mulher de D. Afonso Henriques.

Exemplo evidente da "troca de rainhas" aferimos na leitura do *Minho Pittoresco*, escrito por José Augusto Vieira (1887), quando escreveu que a tradição popular tende a atribuir a sua construção para comemorar a passagem da rainha Dona Mafalda ou da sua neta, Mafalda Sanches (Vieira, 1887:503), aquando do seu falecimento.

Apesar de existir popularmente esta confusão, muitas

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses), em 1887. *O Minho Pittoresco* (Vieira, 1887: 484).

vezes disseminada e quase servindo como justificação para a falta de uma conclusão concreta, parece-nos difícil do ponto de vista histórico associar o monumento a Mafalda de Saboia. Teoricamente, tem mais lógica a associação a Mafalda Sanches.

Mafalda Sanches, décima terceira filha de D. Sancho I e de D. Dulce de Barcelona e Aragão (c.1160-1198), terá perdido prematuramente a mãe, levando a que a sua educação fosse entregue primeiramente às suas irmãs mais velhas (Costa, 2015:123) e posteriormente a D. Urraca Viegas (1130-1199), "meana[8] de Tuias" (Correia *et al.*, 1942:870), filha de Egas Moniz (1080-1146), o Aio, e de Teresa Afonso (c.1100-1171). Mais tarde, foi viver com as irmãs para o Mosteiro de Lorvão, em Penacova. Segundo os cronistas, com o avançar dos anos, Mafalda tornou-se numa infanta rica em virtudes, ganhando com a sua presença a admiração de todos (Costa, 2015:123). Com a intenção de estreitar as relações entre os reinos de Portugal e de Castela, D. Afonso II (1185-1223) e a família Lara, do reino vizinho, acordaram o casamento entre Mafalda e Henrique I (1203-1217) de Castela. A cerimónia decorreu em Medina del Campo, em Palência, em agosto de 1215 (Costa, 2015:124).

Sucede que os dois eram parentes em grau proibido o que atiçou o pedido de anulação do casamento junto do Papa Inocêncio III (c.1198-1216). O pedido de anulação ficou sem efeito com a morte prematura de Henrique I, em junho de 1217. Este desfecho permitiu que Mafalda Sanches, agora ex-rainha de Castela, pudesse regressar a Portugal, ingressando no Mosteiro de Arouca. Apesar de sujeita à regra de clausura, Mafalda ausentava-se muitas vezes do mosteiro para dar largas à sua enorme piedade, através do patrocínio na construção ou reconstrução de igrejas, em doações e em concessão de privilégios (Costa, 2015:127).

Mafalda Sanches morreu em Rio Tinto, em 1 de maio de 1256, após visita à imagem de Nossa Senhora da Silva, na Sé do Porto.

O seu óbito levantou, de imediato, entre as populações, a questão de onde deveria ser sepultada.

A versão lendária narra que a própria tinha dito que, quando morresse, queria que a colocassem sobre a sua mula sendo, depois, enterrada no local onde esta parasse. Como o animal veio ter junto do altar de São Pedro, na igreja do Mosteiro de Arouca, foi aqui primeiramente sepultada (Costa, 2015:128).

8 Seguindo Mário Barroca, os autores Botelho e Resende (2014:312) explicam que *Meana* deriva da *"mea domina"* ou *"mea domna"*, expressões usadas num restrito grupo de mulheres ricas-donas do século XII ou XIII, que muitas vezes estiveram associadas à fundação de casas monásticas.

Em abono da verdade, mesmo a atribuição do Memorial de Alpendorada em honra de Mafalda Sanches é muito pouco provável. Apresentemos as razões.

Devido à localização geográfica, este Memorial não poderia ter feito parte do percurso fúnebre entre Rio Tinto e Arouca "devido a ficar muito à desamão" (Correia *et al.*, 1936-1960: 858). Ou seja, este monumento estava longe do percurso mais provável efetuado pelo cortejo fúnebre. Se existiram memoriais associados a esse cortejo foram os da Ermida, Sobrado e de Santo António.

Frei Fortunato de São Boaventura (1777-1844), da Ordem de Cister e memorialista de Mafalda Sanches, que, em 1814, redigiu *Memorias para a vida da beata Mafalda,* escreveu que após a saída de Rio Tinto, o cortejo fúnebre de Mafalda Sanches fez três paragens onde se construíram três monumentos:

> "(…) e saindo a mula de Rio Tinto tomou a direcção de Arouca; e depois de fazer três paragens, em memória das quais ainda hoje se conservam três arcos ou moimentos daquela idade, chegou finalmente à igreja de Arouca (…)" (São Boaventura, 1986:104).

Embora frei Fortunato de São Boaventura não indique os nomes desses monumentos, possivelmente o de Alpendorada não era um deles.

Todavia, existe uma outra teoria que continua a associar o Memorial de Alpendorada a Mafalda Sanches. Neste caso, como estava afastado do percurso do cortejo funerário de Mafalda Sanches, este memorial fora construído para comemorar a passagem da Mafalda Sanches no contexto da sua vida e, também, das suas viagens, com a finalidade de erigir obras pias (Rosas e Barros, 2008:230).

Mafalda Sanches, no seu testamento, deixou bens aos mosteiros de Tuías e de Vila Boa do Bispo (Correia *et al.*, 1936:873), ambos situados no concelho de Marco de Canaveses. Para que estes institutos religiosos estivessem incluídos no rol de beneficiários do testamento de Mafalda Sanches não será alheio que a sua aia, D. Urraca Viegas, tivesse educado Mafalda no seu mosteiro de Tuías (Correia *et al.*, 1936:871) e que após a morte da aia, esta deixasse à sua discípula o citado mosteiro e as honras da igreja de São Pedro de Canaveses e de Paços de Gaiolo (Correia *et al.*, 1936:872). Perante a ligação pessoal de Mafalda Sanches a este território, existem razões aparentes que podem justificar a construção deste monumento para lembrar a memória dela. Todavia, esta teoria também é pouco plausível.

Campa dos Templários (Marco de Canaveses). Atualidade.

De salientar que existe uma outra versão sobre o local da sua morte e que contraria o referido nos parágrafos anteriores. A versão refere que Mafalda Sanches faleceu em Tuías, e não em Rio Tinto, e que deixou escrito no seu testamento o desejo de ser sepultada em Arouca e não, como narrava a lenda anterior, que seria onde a mula parasse (Costa, 2015:128).

Mas mesmo que Mafalda Sanches tenha falecido em Tuías, dificilmente se poderá atribuir o Memorial de Al-

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses). Pormenor decorativo da cornija.

pendorada ao seu cortejo fúnebre se tivermos em atenção a datação do monumento.

Inúmeros autores indicam que o Memorial de Alpendorada terá sido construído possivelmente no século XII, como sugerem Correia *et al.* (1936-1960: 858), Sereno e Amaral (1994) e Silva (1998:24), constituindo um motivo forte para descartar a sua atribuição a Mafalda Sanches. Apesar de ter nascido em finais do século XII, as vivências desta filha de Sancho I centram-se no século XIII. Ou seja, não tem lógica que o monumento tenha sido construído no século XII em memória de uma personalidade que viveu no século seguinte.

A par destes argumentos, existe um outro que se encontra no próprio Memorial: na fiada superior do plinto, que serve de base ao arco, encontra-se gravada uma longa espada com punho em esfera (Pinto e Gomes, 1997:51), sendo um atributo da nobreza, provavelmente de um cavaleiro (Botelho, 2014:93). Com base neste dado, é mais plausível que este monumento tenha sido construído para lembrar a morte de uma personalidade da nobreza.

A existência da espada tem promovido a tentativa de o associar a Souzinho Álvares, já indicado neste capítulo. Todavia, os dados que podem associar o monumento ao alcaide centram-se em versões populares sem fundamentações históricas credíveis.

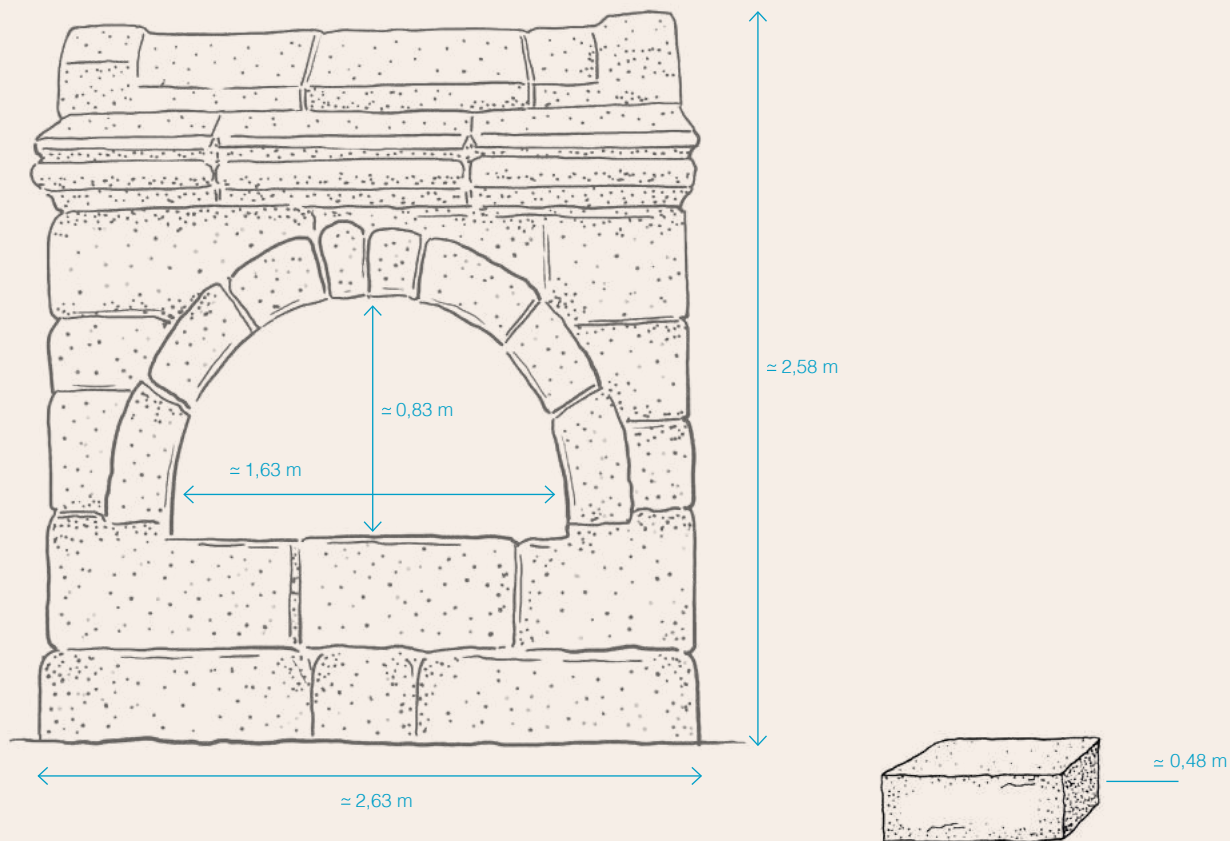
A par das versões de ter sido um monumento funerário ou de memória a uma personalidade, os autores Isabel Sereno e Paulo Amaral (1994) sugerem que teria servido inicialmente como marco de couto, embora não apresentem argumentos que sustentem esta atribuição.

Quanto à sua datação, vários autores apontam o século XII, como já enunciado. A espada que se encontra gravada no monumento é a melhor fonte informativa, senão a única, para se datar neste século: o desenho da lâmina é semelhante à tipologia comum aos séculos XI e XII, com gumes paralelos e uma ponta pouco pronunciada, acusando uma função essencialmente cortante (Botelho, 2014:91).

Memorial de Alpendorada (Marco de Canaveses).
Espada gravada na plataforma do arco.

As dúvidas sobre este monumento são inúmeras, desde a sua localização original, passando pela sua função. No entanto, a nossa opinião inclina-se para uma função funerária e, por conseguinte, a designação mais adequada deveria ser “marmoiral” ou “moimento”.

A única certeza que temos é a atribuição do monumento a um elemento da nobreza, eventualmente a um cavaleiro, pois a sua espada encontra-se gravada no granito. Não é assim um monumento para delimitação de um couto ou dedicado à personalidade de Mafalda Sanches.

Caracterização geral do monumento

Localização: Rua do Memorial, União de Freguesias de Alpendorada, Várzea e Torrão, concelho de Marco de Canaveses.

Proteção: Monumento Nacional, através do Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Data provável de construção: século XII.

Estilo arquitetónico: arte românica.

Função: funerária.

Descrição: sobre a sapata, temos plinto retangular de duas fiadas de silhares graníticos. As duas fiadas do plinto possuem dimensões desiguais na largura bem como a fiada superior não se encontra centrada em relação à inferior, estando ligeiramente disposta para oeste. Sobre o plinto ergue-se um arco de volta perfeita composto por aduelas isentas de elementos decorativos. O conjunto é encimado por uma cornija com dupla moldura relevada horizontal, sendo o remate constituído por pedras dispostas em duas águas. O vão do arco não apresenta pedra sepulcral. Na plataforma em que assenta o arco encontra-se gravada uma espada (Sereno e Amaral, 1994), em escala real, com 1,22 m.

Memorial da Ermida, Penafiel

"Seguindo na direcção de Cete, nota-se, mesmo da estrada, dentro duma propriedade particular, o *Marmoiral*, vetusto monumento funerário, todo em granito." (Dionísio, 1994: 521).

O Memorial da Ermida teve, com o passar dos séculos, diferentes designações, desde "Arco da Ermida", "Marmoiral" (Aguiar, 1933), "Memorial de Irivo", de "Paço de Sousa", de "Coreixas", de "Cête" ou até "Memorial de Penafiel" (Gonçalves, 1988:14). Esta quantidade exagerada de denominações despertou até a dúvida se estaríamos perante o mesmo monumento.

Se as duas primeiras designações estão relacionadas com a sua arquitetura e eventual função funerária, as restantes acabam por ter também alguma lógica, estando relacionadas historicamente ou topograficamente com o território onde este se situa: *Memorial de Irivo* e de *Paço de Sousa* porque se situa na freguesia de Irivo, que outrora foi curato da apresentação do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa; era conhecido por *Memorial de Coreixas* e de *Cête* devido a ficar próximo dos limites da antiga freguesia de Coreixas[9] e esta ser curato da apresentação do Mosteiro de São Pedro de Cête (Gonçalves, 1988:14). Foi igualmente conhecido por *Memorial de Penafiel* porque Irivo e Coreixas pertencem a este concelho. Por fim, *Memorial da Ermida*, a denominação atual, provém do lugar que tem este nome (Pinto e Gomes, 1997:74) e/ou, eventualmente, da relação com a capela de Nossa Senhora da Conceição, como exposto anteriormente.

Memorial da Ermida (Penafiel). Atualidade.

9 Em 1882, tivemos a anexação da freguesia de Irivo com a freguesia de Coreixas.

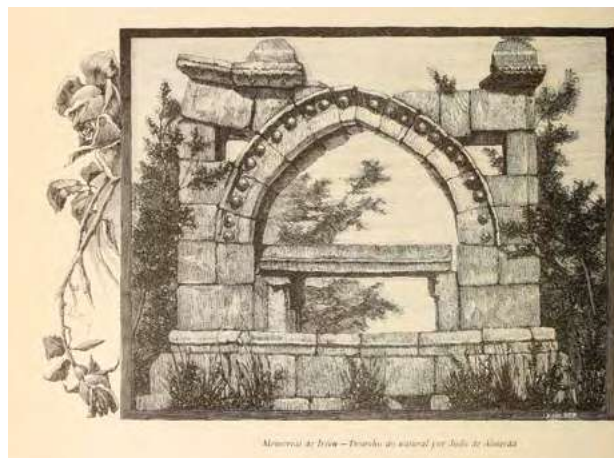
Enquadrado nos dias atuais numa área ajardinada, edificada no âmbito da Rota do Românico entre os anos de 2006 e 2007, o Memorial da Ermida nem sempre teve esta envolvente paisagística.

Em 1988, encontrava-se dentro de um vinha murada, não se mostrando fácil a sua visita ou estudo. Para evidenciar esta dificuldade apresentamos extrato de um texto de A. Nogueira Gonçalves, no qual o autor constatou a dificuldade em se acercar do monumento:

> "Encerrado dentro de um vinha murada, encontrámos uma placa metálica a dizer que a chave estava numa casa em frente. Porém a detentora daquela, hospitalizada na nossa primeira tentativa era falecida quando voltámos. Na terceira, já primavera, com a vinha largamente coberta de pâmpanos, tornava-se difícil fazer conveniente fotografia e, por isso, não procurámos o dono que morava na vivenda anexa e em ponto superior." (Gonçalves, 1988:14).

Esta citação é o resultado do que tinha sucedido em 1960. Neste ano, deu-se o encerramento do terreno privado que circundava o monumento por parte do proprietário, com entrada privativa e fechada por portão de ferro. Esta ação vedou o acesso ao monumento e transgrediu a zona de proteção do memorial (Sereno *et al.* 1994-2010), mesmo após os esforços efetuados pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), através de obras efetuadas em 1940, para evitar a sua contínua degradação que já se evidenciava.

Portanto, o proprietário do terreno decidiu, unilateralmente, vedar o acesso ao memorial. Possivelmente a sua preocupação não foi proteger o monumento, mas a sua propriedade agrícola contra curiosos…

Uma das incógnitas deste monumento é saber qual a razão para a sua construção, se para memória ou para

Memorial da Ermida (Penafiel). Desenho de João de Almeida, n'*O Minho Pittoresco,* onde se nota a degradação do monumento (Vieira, 1887).

fins funerários.

Uma das opiniões mais divulgadas é a ligação à memória de Mafalda Sanches e, em particular, ao seu cortejo fúnebre, após se ter deslocado à Sé do Porto para rezar a Nossa Senhora da Silva, morrendo na viagem de regresso, em 1 de maio de 1256 (Rosas e Barros, 2008:230).

A versão lendária, narrada quer por Jorge Cardoso (1666:26) quer por António M. Correia *et al.* (1942: 873), relata que a ex-rainha de Castela morreu em Rio Tinto e que a própria tinha ordenado que, quando morresse, gostaria que a colocassem sobre a sua mula, devendo ser enterrada no local onde esta parasse. Como o animal se deslocou para junto do altar de São Pedro, na igreja do Mosteiro de Arouca, aqui foi sepultada. E ao longo do percurso, de Rio Tinto para Arouca, foram erguidos memoriais destinados ao pouso do seu féretro (Rosas e Barros, 2008:230).

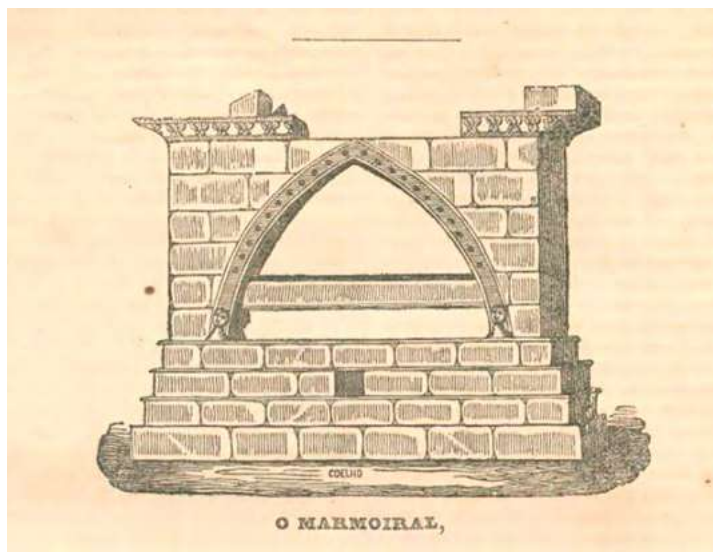
Neste contexto, o Memorial da Ermida terá sido o primeiro local de pousa do cortejo fúnebre de Mafalda Sanches, parando posteriormente no Marmoiral de Sobrado

e no Memorial de Santo António, como teremos oportunidade de descrever em futuros capítulos.

Embora esta seja uma das versões mais difundidas ao longo dos tempos, há quem rejeite a ideia de ser um monumento de memória, alegando ser para fins funerários e relacionado com outras personalidades.

Uma das personalidades mais mencionadas é Souzinho Álvares, alcaide-mor, ou governador, do castelo de Bugefa, referido também para o Memorial de Alpendorada.

Segundo um manuscrito de 1114 (Era de César de 1152), citado por frei António da Soledade no século XVIII, este monumento seria o jazigo desse nobre (Rosas e Barros, 2008: 232).

O autor do artigo sobre este memorial no jornal *O Panorama*, de 1940, apontou igualmente a construção deste monumento para jazigo de Souzinho Álvares (*O Panorama*, 1940:20). Neste artigo não se avança com outras personalidades, centrando a atenção neste fidalgo. Este mesmo autor escreveu que no vão que existe abaixo da pedra sepulcral estaria o féretro ou ataúde, funcionando assim como uma campa. Em complemento, também justificou a falta da pedra nesse vão por motivos de ganância, porque foi "tirada por mão de avarento, que alli procurava achar algum thesouro." (*O Panorama*, 1940:20).

Memorial da Ermida (Penafiel). Desenho do "Marmoiral" no *Jornal O Panorama* (1940:20).

O *Guia de turismo da cidade e concelho de Penafiel*, de 1942, da autoria de José Júlio da Mota Barbosa, também deu razão à construção do monumento em favor de Souzinho Álvares. Pese embora referisse uma outra hipótese – de ter servido de descanso ao féretro de Mafalda Sanches – a atenção do *Guia* direcionou-se para o alcaide de Bugefa (Barbosa, 1942:59), ao argumentar que o monumento é uma obra do século XII e, assim, contemporâneo do alcaide.

A teoria deste monumento estar relacionado com Souzinho Álvares também encontrou argumentos no território onde se insere.

Originalmente, o memorial estava localizado junto à *Estrada Velha* que, saindo do Porto, atravessava a freguesia de Paço de Sousa, passava pela ponte do Vau, seguindo depois para nascente, já dentro (Rosas e Barros, 2008:225) dos limites da antiga paróquia de Santa Maria de Coreixas. Além disso, o monumento ficava junto do cruzamento com o caminho que levava ao castelo de Souzinho Álvares.

Nos dias atuais, o memorial já não se encontra junto da citada estrada devido às transformações da rede viária efetuadas nos finais do primeiro quartel do século XX (Rosas e Barros, 2008:226). Apesar da modificação viária, a proximidade entre o monumento e a estrada que dava acesso ao castelo do alcaide não impediu que se continuasse a fazer a associação entre ambos.

Apesar da existência de argumentos que favorecem a dedicação do monumento a Souzinho Álvares, há nele certos aspetos decorativos que evidenciam quase, em absoluto, a impossibilidade de lhe ser atribuído.

O seu arco é decorado com pérolas, ou meias esferas, tanto no intradorso como na secção exterior das aduelas, solução característica na estética do românico tardio (DGPC, 2021).

Este elemento decorativo é comum no românico dos vales do Sousa, Tâmega e Douro, muito divulgado a partir do século XIII, em que um dos melhores exemplos é o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, situado a menos de dois quilómetros do Memorial da Ermida.

Mediante este motivo decorativo podemos considerar que os dois monumentos são coevos, com uma datação do século XIII.

Curiosamente, muitos autores fazem a relação estilística entre o citado Mosteiro e o Memorial da Ermida. José Augusto Vieira (1887:546), no *Minho Pittoresco*, e o relator do jornal *O Panorama* escreveram sobre esta semelhança. Este último expõe que a arquitetura dele "em tudo conforme á do frontispício de Paço de Sousa, se infere serem ambos coetaneos." (*O Panorama*, 1940:20).

Este pormenor decorativo acaba por ser o elemento que pode ajudar a datar o Memorial da Ermida e a provar a impossibilidade de ser atribuído a Souzinho Álvares: como o alcaide viveu no século XII e o monumento é uma construção do século seguinte, não existe relativamente à datação uma relação direta entre eles. Não faz sentido que se tenha construído um monumento funerário a uma personalidade um século depois da sua morte.

Na impossibilidade de se atribuir a construção deste monumento a Souzinho Álvares, uma outra possibilidade, já mencionada neste capítulo, é a sua associação a Mafalda Sanches. E há coincidência pelo menos de datação: Mafalda Sanches faleceu em meados do século XIII e a construção do monumento também é atribuída a esse século. Neste caso, este monumento seria para fins de memória. Contudo, esta relação é bastante dúbia, devendo ser interpretada com inúmeras reservas.

O facto de possuir tampa sepulcral, ou seja, um espaço definido para sepultamento, e de primitivamente se situar junto da estrada medieval principal deste território, pode levar a considerar-se que este monumento serviu para fins funerários, pois era frequente sepultarem-se cavaleiros

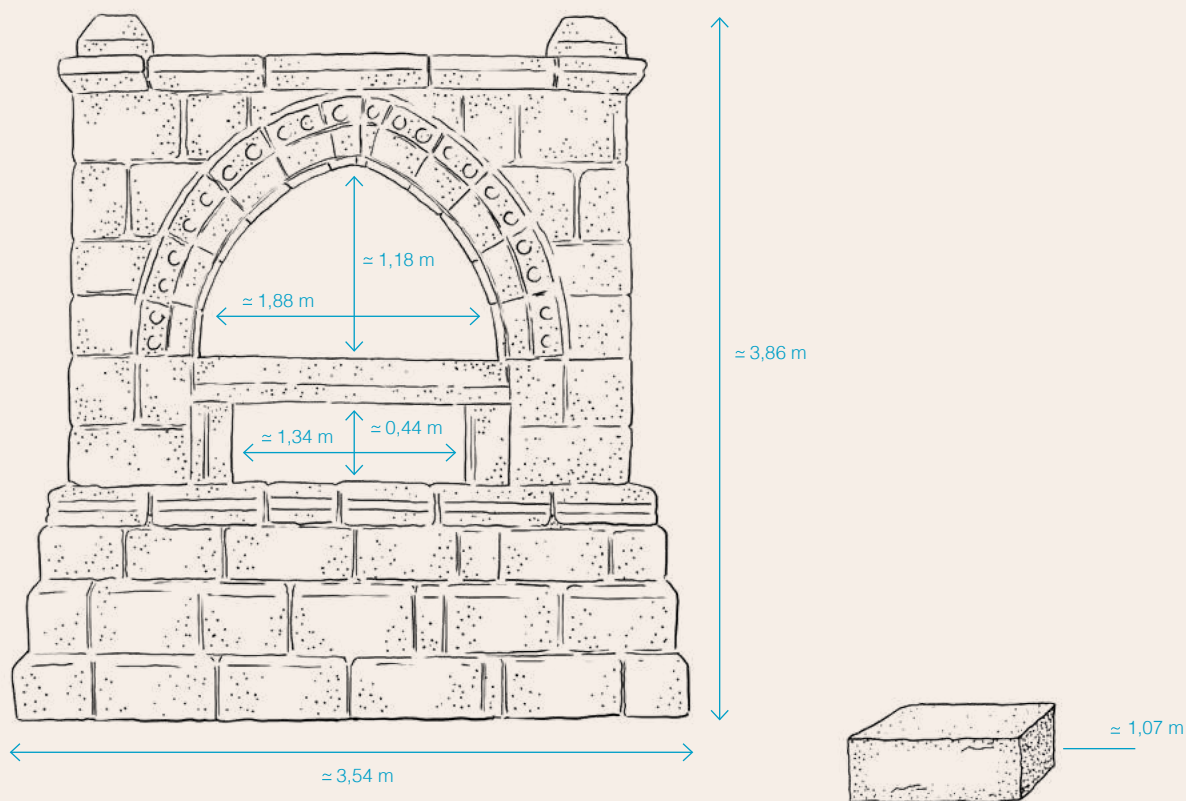
Memorial da Ermida (Penafiel). Pérolas ou meias esferas no arco.

gloriosos junto de caminhos (Rosas e Barros, 2008:232). Perante estes dados, dificilmente se pode atribuir a construção deste monumento em honra de Mafalda Sanches.

A função funerária ganhou, aliás, mais visibilidade quando a DGEMN realizou obras no Memorial, na década de 1940. O historiador penafidelense Abílio Miranda, ao falar com os artistas que executavam esses trabalhos, descobriu que debaixo da caixa tumular do monumento havia uma sepultura antropomórfica, em pedra, cujo tamanho corresponderia ao de uma criança recém-nascida (Rosas e Barros, 2008:233).

As informações históricas que chegaram aos nossos dias não são esclarecedoras sobre a finalidade deste monumento. Parece, contudo, evidente que não pode ser relacionado com Souzinho Álvares, ao contrário dos dados disponíveis para Mafalda Sanches. Tendencialmente, a tradição e a história atribuem este monumento à memória desta última figura histórica. Todavia, a presença de espaço sepulcral leva-nos a considerar que a sua primeira finalidade foi a funerária e posteriormente adquiriu um valor de memória aquando da passagem do cortejo fúnebre da filha de Sancho I. Daí a sua designação de “Memorial”.

Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel).
Pérolas ou meias esferas no portal ocidental.

Caracterização geral do monumento

Localização: Avenida da Ermida, freguesia de Irivo, concelho de Penafiel.

Proteção: Monumento Nacional, através do Decreto de 16 de junho de 1910, publicado em Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Data provável de construção: século XIII.

Estilo arquitetónico: arte românica.

Função: funerária (original).

Descrição: rodeado por base de lajes graníticas, o Memorial é constituído por sapata, por plinto retangular de quatro fiadas, em pirâmide, de silhares graníticos, erguendo-se na fiada superior uma parede rasgada por um arco quebrado (Sereno *et al.* 1994--2010). O arco encontra-se decorado com pérolas tanto no intradorso, como na secção exterior das aduelas (DGPC, 2021).

O conjunto é encimado por uma cornija com friso onde foram esculpidas folhas tratadas a bisel, segundo a técnica do ateliê de pedreiros que, em meados do século XIII, trabalharam eventualmente no estaleiro do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Rosas e Barros, 2008:226).

No vão do arco, encontra-se uma pedra sepulcral, sendo desprovida de decoração, possuindo somente um toro em relevo que a envolve, assim como no seu vértice, estando assente em dois blocos com colunelos esculpidos que apresentam capitéis com faces humanas sumariamente tratadas (Sereno *et al.* 1994-2010).

Marmoiral de Sobrado

"Um pouco ao deslado, perto da Casa da Boavista, está outro *Marmoiral* (memorial), singelo mon. Fúnebre «formado por duas pedras sepulcrais, sustentadas por cabeceiras de remate discóide, ornadas de cruzes» e que talvez pertencesse a algum desconhecido guerreiro medievo." (Dionísio, 1994: 527).

São diversas as designações encontradas para denominar o monumento usualmente conhecido por Marmoiral de Sobrado: "Monumento funerário do Sobrado", "Monumento funerário da Boavista", "Marmoiral da Boavista", "Memorial da Boavista" ou "Monumento funerário do Sobral".

Atualmente, este monumento situa-se na entrada da vila de Castelo de Paiva, no espaço ajardinado em frente à Quinta da Boavista, no lugar da Meia Laranja.

Antes da construção da estrada que agora passa neste local, o monumento encontrava-se um pouco afastado do sítio onde agora está (Pinho, 1991:74).

Uma das particularidades que prende a nossa atenção é a sua arquitetura ser desigual dos restantes monumentos: não apresenta qualquer arco, um dos principais elementos identificadores dos memoriais e dos marmoirais.

O monumento é formado por embasamento, por duas cabeceiras verticais e por duas lajes horizontais, encaixando a laje superior nas cabeceiras e a inferior corresponde a uma tampa sepulcral (Rosas e Barros, 2008:226).

Se a sua arquitetura não se enquadra na família de monumentos que estamos a estudar, qual o motivo para fazer parte?

Provavelmente, o facto do termo *Marmoiral* ter sido, por vezes, usado para designar sepulturas diversas (Silva, 2021), poderá ser a razão para a inclusão deste monumento no âmbito dos marmoirais.

Marmoiral de Sobrado
(Castelo de Paiva). Atualidade.

Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva). Envolvente.

Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva). Degradação do monumento nas últimas décadas do século XX.

O exemplar de Sobrado assemelha-se mais a uma sepultura rasa. Este tipo de sepultura foi comum na Época Medieval, existindo diversos exemplares que chegaram aos nossos dias, como as que se encontram à guarda do Gabinete de Arqueologia e Património Histórico do Município de Barcelos, compostas por duas cabeceiras verticais onde se apoia uma laje vertical. Não têm, contudo, tampa sepulcral.

Deste modo, e na nossa opinião, a melhor designação para o monumento funerário do Sobrado deveria ser "Sepultura do Sobrado", devido a assemelhar-se mais a uma campa, porque não tem dimensões, nem altura, nem algumas características que o possam enquadrar como um marmoiral. Ou, em alternativa, "Monumento Funerário do Sobrado", indo ao encontro do decreto que o classificou como Monumento Nacional.

Apesar de se considerar que é um monumento funerário, Rosas e Barros (2008:227) apreciam a hipótese da função deste monumento se relacionar também com a evocação da memória de alguém, como com a passagem de cortejos fúnebres. Ocorre que as teorias existentes para a construção deste monumento abrangem todas estas opções.

Existe uma lenda que atribuiu a construção do marmoiral a um duelo que opôs D. Fafes e D. Martim, este último da família dos Bulhões (Sousa e Coelho, 1987:102), pelos amores por uma bela donzela:

> "Um jovem, de seu nome D. Martim, descendente dos Bulhões, apaixonou-se por uma bela donzela, de seu nome Maria Teresa Taveira, mais conhecida por Maria. Esta vivia com o seu pai, D. Gil, que embora aceitando o casamento, impôs que D. Martim fosse primeiramente à guerra. Destemido e corajoso, D. Martim aceitou, seguindo para Lisboa, onde D. Sancho I, com a ajuda de Cruzados, estava a preparar a conquista de Silves. Mas, o pior aconteceu. D. Martim é feito prisioneiro. Para complicar, o pai de Maria morre. Estes dois acontecimentos deixaram a bela donzela receosa porque estava ser perseguida por um homem rico, mas cruel, de seu nome D. Fafes, que a toda a força pretendia casar com Maria. O capelão de Paços de Godim sabendo das pretensões de D. Fafes, rumou a sul para negociar com os mouros a libertação de D. Martim. Tendo-o conseguido, imediatamente rumaram para Castelo

Sepultura dos séculos XII/XIV.
Foto: Gabinete de Arqueologia e Património Histórico do Município de Barcelos.

de Paiva, onde D. Martim se veio a encontrar num duelo com D. Fafes, nas entradas da localidade. O vencedor foi D. Martim. Para memória deste feito, o vencedor mandou edificar no local a sepultura [o marmoiral] do vencido. D. Martim casou com Maria e deste casamento nasceu António, mais tarde conhecido por Santo António de Lisboa." (TP, 1983).

Outras lendas existem, a par desta, que remetem a construção do monumento para lembrar a figura de Mafalda Sanches.

Segundo uma dessas lendas, o marmoiral foi mandado construir pela própria Mafalda Sanches quando a caminho do Mosteiro de Arouca aqui descansou (Pedro, 2017).

Todavia, uma outra lenda não considera este monumento como local onde descansou Mafalda Sanches, mas sim um padrão comemorativo para invocar o local onde o corpo de Mafalda Sanches pousou, quando foi de Rio Tinto para o Mosteiro de Arouca (Pinho, 1992:75).

No meio de tantas lendas, o monumento acaba por ser o melhor "documento" para nos transmitir informações básicas sobre a sua finalidade e a quem supostamente se destinava.

As espadas gravadas na laje superior, na tampa sepulcral e no embasamento, permitem, quase à partida, excluir a possibilidade de se tratar de um monumento construído em memória do cortejo fúnebre de Mafalda Sanches. Como religiosa que era, os símbolos de Mafalda Sanches não eram espadas. Contudo, esta situação não invalida a eventualidade do cortejo fúnebre de Mafalda Sanches ter pousado neste marmoiral, ficando para a história este evento e caindo no esquecimento o motivo prévio que levou à construção desta sepultura.

Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva). Pormenor das espadas.

Marmoiral de Sobrado (Castelo de Paiva). Pormenor da laje superior que tem gravada uma forma triangular que inclui, no interior, uma cruz.

A leitura da Memória Paroquial da freguesia de Sobrado, de 1758, aponta também neste sentido, quando o padre relator escreveu que foi neste monumento que o corpo parou. Ou seja, o Marmoiral de Sobrado já estava construído aquando do pouso do corpo de Mafalda:

> "22. Ha nella huma memoria ou memorial a que os moradores da terra, chamam marmoiral, de comprimento de dez palmos à entrada da quinta da Boavista, com suas cruzes abertas em pedras redondas nas cabesseiras, onde dizem descansaram o com o corpo da rainha a Beata Mafalda, que traziam da villa de Canazeses para o seu real mosteiro de Arouca, de religiozas da Ordem de Cister, que dista desta villa duas legoas." (Capela e Matos, 2011:251).

Na nossa opinião, esta sepultura já existia aquando da passagem do cortejo fúnebre de Mafalda Sanches, em 1256, embora o que tenha ficado na memória coletiva seja esse cortejo, pois tratava-se do funeral de uma rainha e religiosa que tinha fama de piedosa. Falta, assim, saber a quem se destinou esta sepultura.

Partindo da existência das espadas, vários autores consideram que o mais adequado é a associação desta sepultura à nobreza, como sucede com o Memorial de Alpendorada que possui igualmente este atributo.

O autor – desconhecido, pois não assinou os documentos, estando estes com a designação de *Museu Arqueológico de Barcelos* (MAB) – de uma série de manuscritos disponíveis na Biblioteca Pública Municipal do Porto apontou a possibilidade de ser a jazida de dois guerreiros medievais (MAB, 1950).

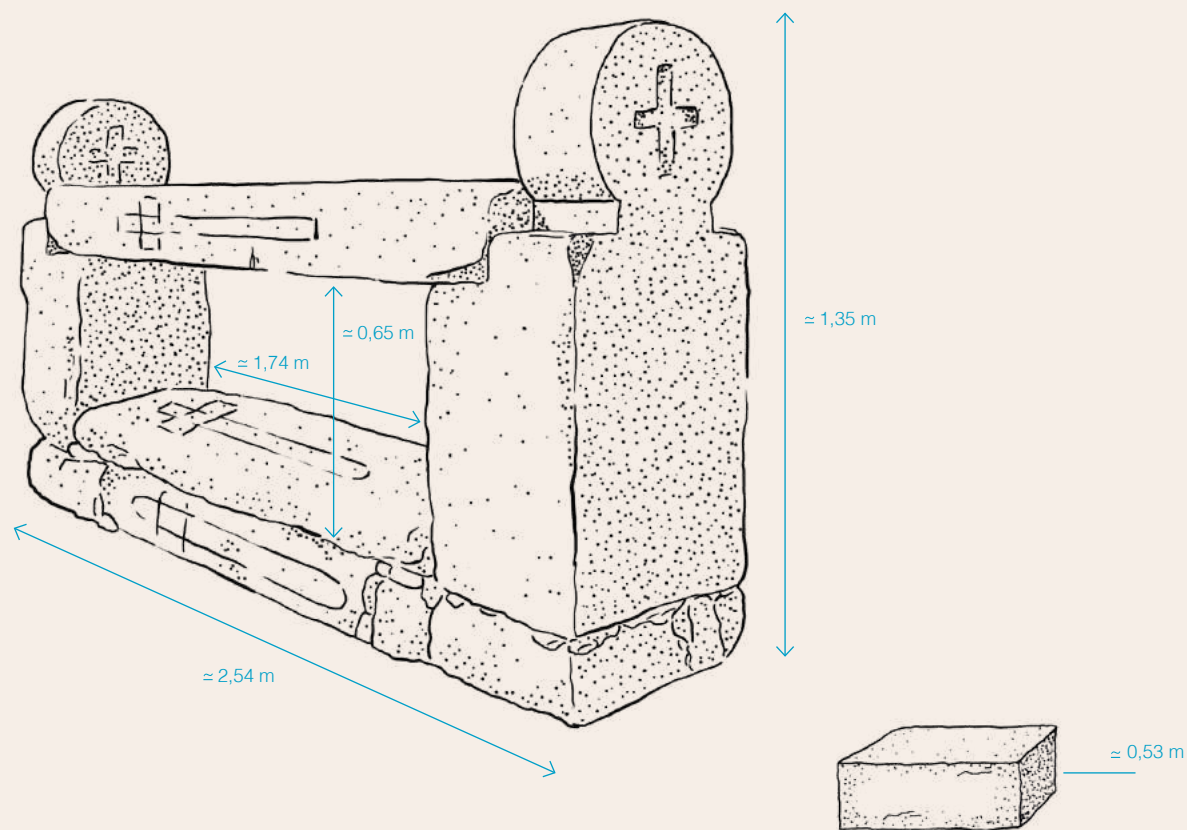
Maria Rosa Pinho (1991:75) sugeriu que foi um "túmulo de qualquer guerreiro ilustre, visto ter as espadas esculpidas" possivelmente "dum militar dos tempos heroicos" (Pinho, 1991:76) da primeira dinastia portuguesa.

Na ficha deste monumento no sítio eletrónico da DGPC é afirmado, com grande probabilidade, a ligação deste monumento ao enterramento de uma figura nobre não identificada, não se confirmando as observações locais que apontam para a tumulação de um cavaleiro templário (DGPC, 2021).

Quanto à sua datação, as opiniões divergem entre o século XII e a centúria seguinte. Com base nas espadas esculpidas na sua estrutura, Pinto (1991:75) apontou a sua construção para o século XII. A DGPC sugeriu os meados do mesmo século. Por sua vez, Rosas e Barros (2008:226) apontaram a possibilidade de ter sido em meados do século XIII.

Apesar de envolto em incertezas, o designado "Marmoiral de Sobrado" é marcadamente funerário, possivelmente associado a um nobre e eventualmente reaproveitado, posteriormente, como local de pouso de cortejos fúnebres – como, por exemplo, o de Mafalda Sanches –, ficando na memória popular a função e o acontecimento mais recentes e caindo no esquecimento o motivo principal que promoveu a sua construção.

A sua simplicidade arquitetónica fazem desta sepultura um monumento exemplar para a compreensão da amplitude da arte românica e da forma de encarar a morte e/ou a memória de eventos ou personalidades na Idade Média.

Caracterização geral do monumento

Localização: Rua da Boavista, União de Freguesias de Sobrado e Bairros, concelho de Castelo de Paiva.
Proteção: Monumento Nacional, através do Decreto de 37.728 de 5 de janeiro de 1950, publicado no Diário do Governo, n.º 4, de 5 de janeiro de 1950.
Data provável de construção: entre os séculos XII-XIII.
Estilo arquitetónico: arte românica.
Função: funerária.
Descrição: monumento composto por embasamento, duas cabeceiras verticais, com dimensões ligeiramente desiguais entre elas, quer na altura quer na largura, e com cruzes latinas gravadas em cada face, e por duas lajes horizontais. A laje horizontal superior, que encaixa nas cabeceiras, é retangular e na sua face superior tem gravada uma forma triangular que inclui, no interior, uma cruz. A laje inferior, correspondente a uma tampa sepulcral, apresenta formato convexo na superfície, existindo gravada uma longa espada (com 1,03 m) e uma cruz grega, inscrita em círculo (Rosas e Barros, 2008:226). Nas faces externas da laje superior e do embasamento, encontramos também gravadas espadas, com 1,01 m e 0,83 m respetivamente.

Arco de Paradela, Tarouca

"Conta-se que quando o cadáver do conde de Barcelos ia levado de Lalim para receber sepultura no mosteiro (cap.41), parou naquele local, e em memoria d'isso se erigiram os arcos." (Vasconcelos, 2002:262).

Numa encosta sobre o rio Varosa, na União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, no concelho de Tarouca e delimitado artificialmente por um murete e por via asfaltada, ergue-se o Arco de Paradela.

Como sucede com os restantes monumentos analisados, uma das interrogações sobre este Arco incide no motivo que promoveu a sua construção. Novamente, as informações baseiam-se na tradição, apontando-se diversos motivos, com datas dispersas entre os séculos XII ao XIV.

Para Mário Guedes Real, o Arco foi erguido para demarcar o couto do Mosteiro de São João de Tarouca, em virtude de ser aqui que terminava o território de jurisdição da casa monástica (Real, 1964:301).

No entanto, outros autores afirmam que este Arco integrava uma estrutura maior que serviu para receber o túmulo de Diogo Anes (?-XII), o proprietário do terreno, em 1175 (Carvalho e Pessoa, 1997-1998; Oliveira, 2006). Esta informação remete a construção do Arco para os inícios do último quarto do século XII.

Temos ainda a tradição que afirma que o Arco foi erigido com a função de recordar a passagem do cortejo fúnebre de D. Pedro (1285-1354), conde de Barcelos e filho bastardo de D. Dinis, que, falecido em Lalim (Carvalho e Pessoa, 1997-1998), em 1354, neste local parou a caminho do Mosteiro de Tarouca (Oliveira, 2006). Para

Arco de Paradela (Tarouca). Atualidade.

argumentar a favor desta explicação, há quem tenha recorrido ao topónimo *Paradela*. Este topónimo seria um diminutivo de *parada*, isto é, "local de paragem" que, neste caso, se aplica à paragem do referido corpo (Vasconcelos, 2002:262) de D. Pedro.

Almeida Fernandes duvida que o Arco tenha sido construído para lembrar o cortejo fúnebre do citado conde. Com base em informações recolhidas num documento datado de abril de 1273, que cita este monumento com a designação "Memoiral", A. Fernandes argumentou que o Arco de Paradela é um monumento do século XIII e, deste modo, anterior ao cortejo fúnebre, que ocorreu em 1354 (Fernandes, 1995:169), ou seja, no século seguinte à construção do monumento:

> "E istu fazemus e vus damos porque reczebemos de vós en cambũu a vina que era desa eigrega de sussudicta, asy como departe per a via que vay para o Memoiral (?) e asy como depárty per a via que vay para Mondim." (Fernandes, 1970:64; Fernandes, 1995:169).

De igual modo, Leite de Vasconcelos também não partilha dessa opinião, de cariz popular, argumentando que o termo "Paradela" não está relacionado com qualquer paragem de um corpo e muito menos com o do conde de Barcelos (Vasconcelos, 2002:264). Acrescentou que esta atribuição de "paragem" entrou no uso corrente do povo, ajudada pelos frades de São João de Tarouca, pois achavam que esta era a explicação mais fácil (Vasconcelos, 2002:264).

De todas estas hipóteses, a menos credível será a construção para receber o pouso do corpo do conde, porque, no século XIII, já existiam referências documentais para o local e para o Arco. Por exemplo, em documentação do ano de 1201, é referido este local e, em 1273, existem referências toponímicas ao Arco (Carvalho e Pessoa, 1997-1998). Pode, eventualmente, o cortejo fúnebre ter parado junto dele, levando a associá-lo a D. Pedro. Contudo, não nos parece verosímil a sua construção para lembrar este acontecimento. As citadas referências documentais e a forma construtiva leva-nos a acreditar que será um Arco anterior ao século XIV.

Além destas dúvidas, há ainda a interrogação se seria apenas um arco. Baseando-se novamente na tradição, vários autores apontam para a existência de mais um ou dois arcos, até um total de três, sendo que dois deles desapareceram.

Esta opinião é defendida por Leite de Vasconcelos que considerou que primitivamente não existia um só arco, mas três, sendo que dois desapareceram "com o andar dos anos" (Vasconcelos, 2002:262).

Para adensar ainda mais o mistério, popularmente este monumento é designado por *Arcos da Paradela* para fazer a menção direta a ter existido mais do que um.

Para A. Nogueira Gonçalves (1988:15), a possibilidade de existirem dois ou três é o resultado da imaginação popular, fruto do velho ditado de "quem conta um conto lhe acrescenta um ponto". Também Almeida Fernandes duvida que tenham existido três arcos. Para o autor, só existiu um arco. O autor justificou o uso do termo "Arcos", no plural, para designar este e os que não existiram, devido à influência de topónimos no plural (Fernandes, 1995:153).

Se, relativamente ao motivo para a sua construção, estamos de acordo com Almeida Fernandes ao declinar a hipótese de estar relacionado com o conde D. Pedro, o mesmo não poderemos dizer, taxativamente, sobre se era apenas um arco.

A nossa posição baseia-se na consulta do processo para a classificação deste monumento, com a categoria de Imóvel de Interesse Público, iniciado em 1952 e ter-

MOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO
1ª.SUB-SECÇÃO DA 6ª.SECÇÃO

O proprietário do prédio denominado "PARADELA", situado na freguesia de Mondim da Beira, núcleo de Tarouca, informou ter ruído o Arco que ali existia, considerado de valor arqueológico:

PARECER

A História refere-se realmente à existência de um outro arco de cuja existência ainda há recordação no local segundo informações obtidas quando duma visita ali feita.

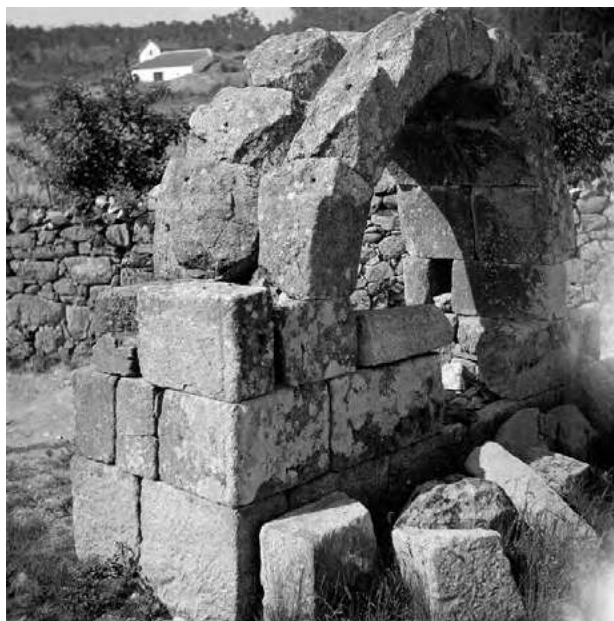
Já nossa altura foram efectuadas ligeiras sondagens que permitiram supor que na reconstrução de alguns muros existentes nas proximidades do arco reconstruído se teriam aplicado cantarias molduradas possivelmente relacionadas com um outro arco. No entanto as sondagens implicam necessàriamente com despesas, além das autorizações de alguns proprietários para se removerem parcialmente algumas dessas vedações, para o que se poderia entregar o caso à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que apresentaria a documentação então recolhida.

O RELATOR

Henrique Gomes da Silva

Parecer sobre a existência de um outro Arco.

minado em 30 de janeiro de 1954. Num parecer da 1.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação, dos finais de 1953, foi escrito que existia, na altura, a recordação de um outro arco e que ligeiras sondagens permitiram supor que a reconstrução de certos muros nos arredores do Arco existente foi feita com base na cantaria desse outro arco.

Perante esta informação, há a possibilidade de ter existido mais um arco. A falta de cuidado com o património e a insensatez contribuiram, eventualmente, para a

Arco de Paradela (Tarouca) arruinado.

sua destruição. E o que, agora, encontramos em Paradela também sofreu com o tempo humano.

Nos inícios de 1952, o Arco encontrava-se em elevado estado de degradação, chegando mesmo a abater. De seguida, a cantaria foi recolhida numa casa particular.

Neste mesmo ano, em setembro, a Câmara Municipal de Tarouca e a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia decidiram avançar para a sua reconstrução.

Como o imóvel não se encontrava classificado, avançou-se para este processo nos inícios de 1953, sendo a documentação e as fotografias necessárias enviadas para análise da citada 1.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação.

Após parecer favorável, a Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes propôs à DGEMN, no dia 25 de agosto de 1953, que o Arco de Paradela fosse classificado como Imóvel de Interesse Público.

S. R.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção-Geral
do
Ensino Superior e das Belas-Artes

Div. 43

Arqº Director
dos Serv. dos Monum. Nac.
1 9 953

Exmº Senhor Director-Geral dos Edifícios e Monumentos
Nacionais

3ª Secção
Lº 6-B Nº 4

Em referência ao ofício nº 7.755, de 14 de Julho findo, tenho a honra de comunicar a V. Exª que, por despacho ministerial de 17 do corrente, foi homologado o seguinte parecer da 1ª subsecção da 6ª secção da Junta Nacional da Educação:

"A Direcção-Geral da Fazenda Pública comunica que o proprietário do prédio denominado "Paradela" situado na freguesia de Moimenta da Beira, concelho de Tarouca, informa ter ruído o arco que ali existia considerado de valor arquitectónico.

PARECER

Pelas fotografias que constam do processo verifica-se que o denominado "Arco de Paradela" é um dos memoriais que existem no País e embora com menos riqueza arquitectónica que outros, como os de Odivelas e Burgo, próximo de Arouca, nem por isso o seu valor arqueológico é diminuido.

Por tal motivo, somos de parecer que o Monumento funerário denominado "Arco de Paradela", de Tarouca, seja classificado como Imóvel de Interesse Público."

A bem da Nação

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes,

em 25 de Agosto de 1953.

O DIRECTOR-GERAL

Minut. ER
Dactil. MH
Conf.

Parecer sobre a classificação do Arco de Paradela (Tarouca) como Imóvel de Interesse Público.

Uma das curiosidades do parecer emitido foi a comparação deste Arco com outros monumentos desta mesma tipologia, argumentando-se que, apesar do de Paradela ter "menos riqueza arquitectónica" do que outros semelhantes, como o caso do de Arouca ou o de Odivelas, o Arco possuía valor arqueológico, merecendo a sua classificação.

O Decreto 39.521, de 30 de janeiro de 1954, da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, veio oficial e publicamente decretar a proteção deste monumento. Era o reconhecimento da importância arqueológica e histórica deste Arco. Permitia, igualmente, salvaguardá-lo e, assim, evitar destino igual ao outro arco que aqui poderá ter existido.

No âmbito desta proteção, em 1997, a DGEMN procedeu a obras no monumento, nomeadamente na consolidação da sua estrutura e na proteção da envolvente, sobretudo no tocante à circulação automóvel (Carvalho e Pessoa, 1997-1998).

Arquitetonicamente, este monumento apresenta-se com o arco ligeiramente apontado, apoiado em bases de secção retangular e embasamento artificial horizontal (Carvalho e Pessoa, 1997-1998). Possivelmente, não tinha tampa sepulcral. A ter recebido sepultamento, o corpo ficaria sobre o plinto e sob o arco. A fiada superior do plinto está decorada com pérolas ou meias esferas, embora muito mutiladas, decoração semelhante ao que encontramos, também, mas em melhores condições, no Memorial da Ermida.

O aparelho do Arco de Paradela é irregular, evidenciando que a reconstrução a que esteve sujeito na década de 1950 ter-se-á baseado, possivelmente, na cantaria então disponível. Esta solução promoveu que, de todos os exemplares existentes desta tipologia, este é o que tem a maior irregularidade do aparelho.

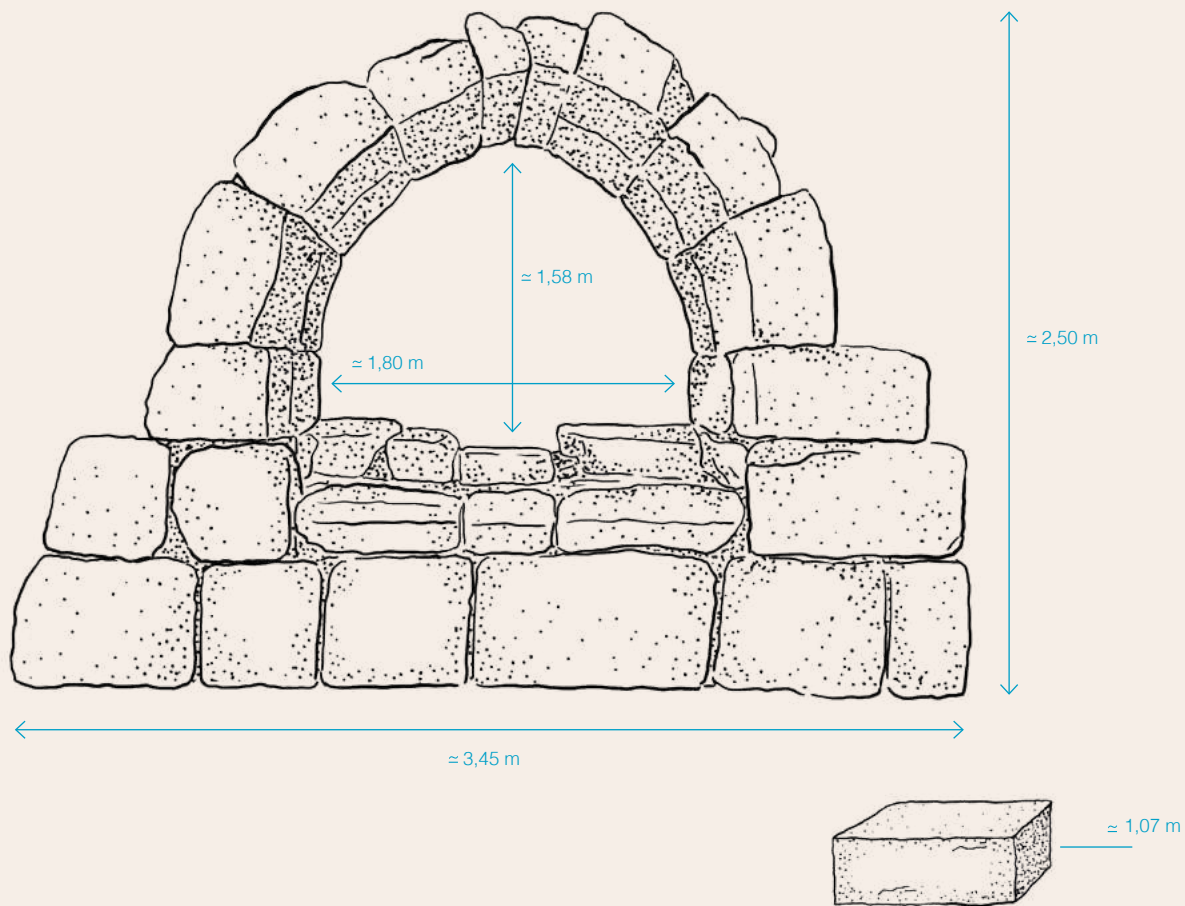
Arco de Paradela (Tarouca). Pormenor de pérolas ou meias esferas que decoram o plinto.

Adicionalmente, parte da mesma cantaria do Arco possui inúmeros orifícios que não nos parecem originais, dos tempos medievais. Um desses orifícios possui vestígios de ferro o que pode revelar que parte dessa cantaria terá sido reutilizada em outras construções antes de serem aproveitadas para a reconstrução deste monumento.

O Arco de Paradela terá sido possivelmente edificado no século XIII. A sua semelhança arquitetónica com outros monumentos que datam do mesmo período temporal e a presença de pérolas – motivo decorativo esculpido sobretudo a partir do século XIII, que integrou as dominantes estéticas do designado românico tardio (DGPC, 2021) e visível quer em monumentos semelhantes (como o Memorial da Ermida) quer em espaços religiosos (Mosteiro de Paço de Sousa, Igreja de Valadares, em Baião, entre outros) – são razões para ponderamos a sua construção (original) nesse período temporal.

Este Arco evidencia, novamente, a dúvida subjacente a este tipo de monumento: não se sabe a razão concreta da sua construção. Diversas razões são apresentadas, desde a associação à morte de personalidades até servir como delimitação territorial de um couto. Na nossa opinião, e com base na comparação com os restantes exemplares, possivelmente teve funções funerárias, não se concordando com outros historiadores, como Mário Guedes Real (1964:51), que descartou esta hipótese, atribuindo-lhe uma função de marcação territorial, como já indicado.

Adicionalmente, e para adensar mais as dúvidas, resta saber se houve apenas um arco ou se este é o remanescente de um conjunto de arcos. Permanecem as lendas e tradições para sabermos um pouco mais sobre o arco, ou os arcos.

Caracterização geral do monumento

Localização: Lugar do Outeiro, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca.
Proteção: Imóvel de Interesse Público, através do Decreto n.º 39 521, publicado em Diário do Governo, 1.ª série, n.º 21, de 30 janeiro de 1954.
Data provável de construção: século XIII.
Função: funerária (eventualmente).

Descrição: ladeado por um murete, o monumento é constituído por um plinto retangular de duas fiadas de silhares, em que sobre a fiada superior se ergue um arco, ligeiramente apontado. Os únicos vestígios decorativos existentes centram-se em alguns silhares da fiada superior do plinto, com a presença de pérolas ou meias esferas, embora mutiladas. Todo o aparelho é bastante irregular. Não existem vestígios de ter havido pedra sepulcral no vão do arco.

Memorial de Santo António, Arouca

"Entra-se no lugar de *Sto António do Burgo*. Aí se encontra o último poiso da lendária jornada da beata rainha Mafalda, chamado *Memorial do Burgo*." (Dionísio, 1994: 493).

No lugar de Santo António, em Santa Eulália, num jardim ligeiramente elevado, com a sua fachada voltada para a rotunda que faz a intersecção das estradas nacionais 224 e 326, e com vista para a capela homónima, temos o Memorial de Santo António, igualmente chamado de "Arco da Rainha Santa". Conquanto estas designações sejam as mais comuns, o monumento é ainda conhecido por "Moimento da Rainha Santa", "Memorial do Burgo" e por "Memorial de Arouca".

Relacionadas com a topografia de um lugar, com a forma como o povo encarava a religião ou como recordava as personalidades do concelho, todas as denominações mencionadas acabam por ter alguma lógica: a primeira designação provém de se situar próximo da capela de Santo António; as duas seguintes estão associadas a Mafalda Sanches, rainha de Castela e religiosa do Mosteiro de Arouca; a seguinte encontra origens na sua proximidade ao lugar do Burgo (Gonçalves, 1988:11); e a última acha origens no concelho. De todas elas, a mais recente será a que associa o monumento a Santo António, porque a capela dedicada a este santo data da Época Moderna. As restantes terão uma origem mais antiga, como o caso das que o associam à filha de Sancho I.

Para a capela e o monumento comungarem do mesmo nome terá de existir uma relação de proximidade entre os dois. Se, atualmente, estão separados pela Estrada Nacional, nem sempre foi assim, porque o memorial não se encontra no sítio erigido primitivamente. Pela análise

Memorial de Santo António (Arouca). Atualidade.

efetuada, o memorial terá sido deslocado de lugar, pelo menos, duas vezes.

Inicialmente, e como sucede com os demais exemplares que chegaram aos nossos dias, este monumento estava junto de uma das principais vias de comunicação deste território: situava-se em ponto fronteiro, na interceção da estrada que vem do norte com a marginal. Porém, em 1864, e devido à reforma viária, o monumento foi deslocado alguns metros (Gonçalves, 1988:11), ficando implantado de frente à capela de Santo António e na berma da Estrada Nacional (Alçada, 1983 e Ruão, 1996), no cruzamento de ligação para Arouca e para Vale de Cambra.

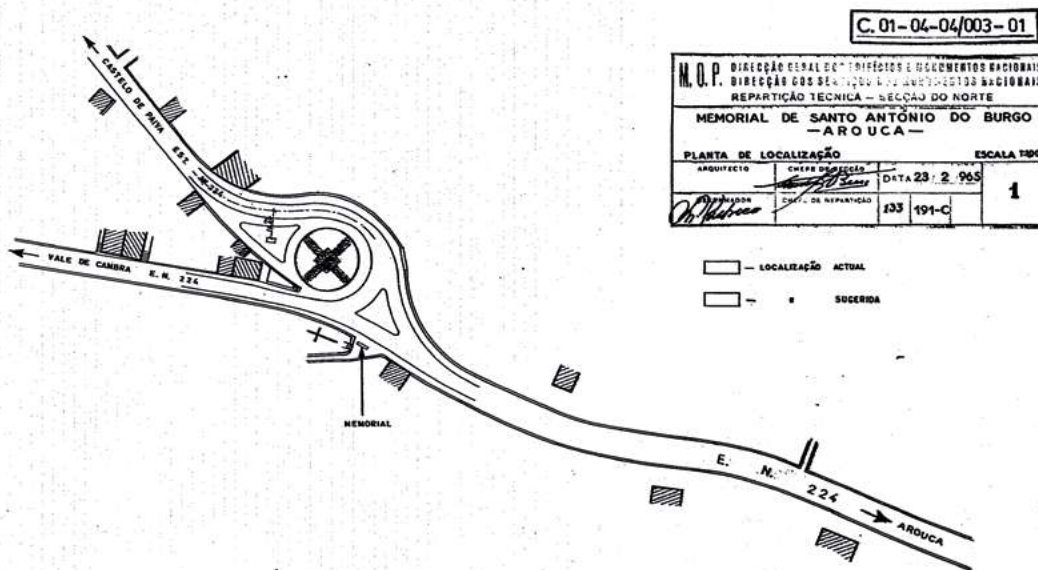
Em 1965, houve a intenção de se fazer o arranjo da sua envolvente, encarando-se a possibilidade de ser novamente deslocado para um espaço junto da estrada de ligação para Castelo de Paiva.

Memorial de Santo António (Arouca) em 1947.

No entanto, esta deslocalização não foi efetuada.

Mais tarde, na década de 1980, a Câmara Municipal de Arouca solicitou à entidade competente que se realizassem obras que melhorassem o seu enquadramento visual (Alçada, 1983 e Ruão, 1996). Apesar deste pedido, o Memorial de Santo António permaneceu no mesmo local, pelo menos, até finais do século XX.

Posteriormente, nova deslocação, para o jardim onde se encontra atualmente, mais protegido e com outras condições para quem o quer contemplar.

Apesar de a sua estrutura indiciar que foi construído para fins funerários, possuindo mesmo tampa sepulcral, notamos a falta de consenso nos estudos que ao longo dos anos foram efetuados acerca da sua finalidade e a quem se destinava.

Memorial de Santo António (Arouca). Planta de localização em 1965.

Memorial de Santo António (Arouca) em 1996.

Memorial de Santo António (Arouca), na atualidade, integrado num espaço ajardinado.

Há estudos que apontam que terá sido construído para fins de demarcação territorial, como marco de couto (Alçada, 1983 e Ruão, 1996), enquanto outros estudos indicam que serviu para lembrar a memória de Mafalda Sanches, personalidade muito particular e indissociável ao concelho de Arouca.

Ainda que Simões Júnior, em 1967, apontasse a hipótese de ser um monumento tumular de qualquer "tenente" de Arouca, possivelmente Mónio Rodrigues, rico-homem dos séculos XI-XII, ou de sua mãe, Toda Viegas (séculos XI-XII), patrona do Mosteiro de Arouca, isso não impediu que acrescentasse a possibilidade de ser uma memória em honra de Mafalda Sanches (Simões Júnior, 1967).

Como já descrevemos em capítulos anteriores, e sem intuito de sermos repetitivos, os exemplares de Santo António, da Ermida e de Sobrado são referidos como locais de pouso do corpo de Mafalda Sanches, no âmbito do seu cortejo fúnebre de Rio Tinto para o Mosteiro de Arouca. A tradição relaciona ainda o Memorial de Lordelo, já desaparecido, e o Memorial de Alpendorada às obras pias de Mafalda Sanches.

Há autores, todavia, que vão mais longe e avançam com a hipótese dos memoriais em honra de Mafalda Sanches não se resumirem ao de Arouca e aos dos vales do Sousa, Tâmega e Douro.

Segundo Pinho Leal (1859: 324), este "moimento", como o autor o designa, faz parte de uma série deles que foram erigidos desde Toledo (no então, reino de Castela) até este, em Arouca, com a finalidade de recordar Mafalda Sanches.

Esta opinião é a que mais alarga o território e o total de monumentos desta tipologia patrimonial. A opinião de Pinho Leal, possivelmente enraizada na tradição popular e baseada nos poucos anos em que Mafalda Sanches foi rainha em Castela, parece-nos desprovida de lógica. Desconhecemos estudos que indiquem no reino de Castela monumentos idênticos a estes que agora examinamos, e que sejam atribuídos à memória de Mafalda Sanches.

Embora admitisse a possibilidade de existir algum fundamento que relacionasse Mafalda Sanches a este monumento, Silva (1987:6) argumentou que a associação deste memorial ao cortejo fúnebre de Mafalda Sanches é

Memorial de Santo António (Arouca). Decoração do arco.

de “natureza fantasiosa” (Silva, 1987:6), bastando para o provar a simples comparação estilística e cronológica dos diferentes monumentos que constam terem feito parte do cortejo. Não concordamos totalmente com esta opinião.

Como sabemos, uma lenda tem sempre um fundamento verdadeiro. Deste modo, pode perfeitamente o corpo de Mafalda Sanches ter repousado neste memorial, ficando marcado na história essa passagem e caindo no esquecimento o verdadeiro motivo da sua construção, ou seja, o funerário.

No que respeita à comparação estilística, somos da opinião que existem parecenças escultóricas entre alguns dos memoriais associados a Mafalda Sanches, nomeadamente entre os de Santo António e da Ermida.

Exemplo de elementos escultóricos comuns são as pérolas, ou meias esferas, que decoram as duas pequenas aberturas que encimam lateralmente o arco principal do Memorial de Santo António e que adornam, igualmente, o arco do Memorial da Ermida.

Além deste elemento decorativo, conseguimos encontrar uma outra semelhança ornamental entre ambos: as fiadas superiores dos plintos dos dois monumentos encontram-se decoradas com uma mesma espécie de sulco.

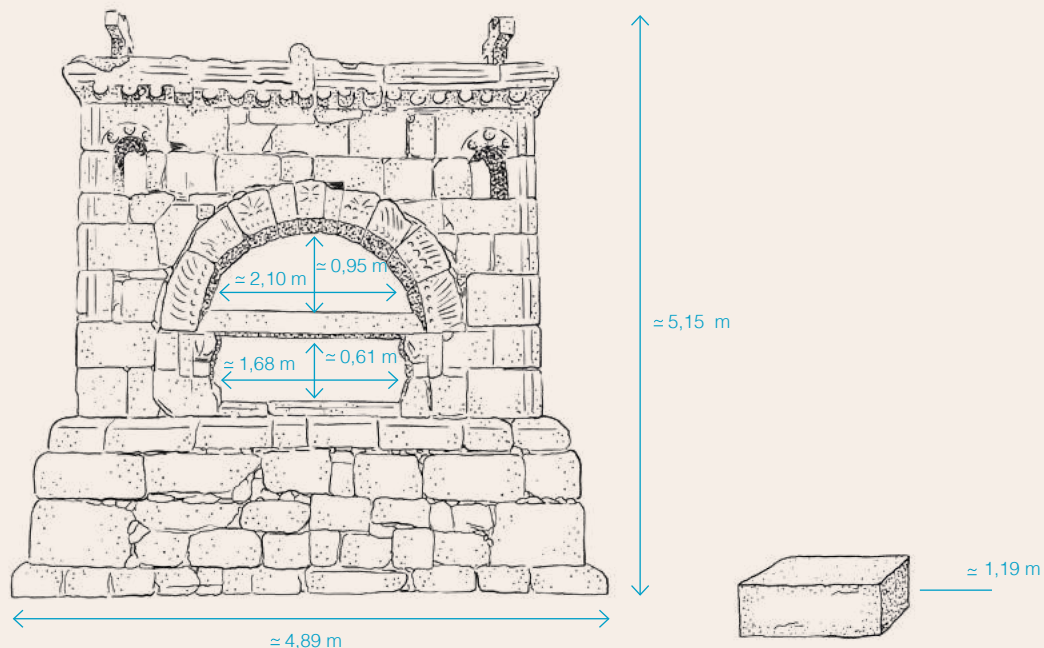
Quer as pérolas quer os sulcos são elementos decorativos reveladores, no nosso entendimento, da centúria de construção dos dois imóveis, devendo-se situar no século XIII. Por conseguinte, podemos ponderar a possibilidade dos monumentos de Arouca e de Penafiel serem da mesma época e, portanto, contemporâneos à vida e morte de Mafalda Sanches.

Com base no sistema decorativo que se liga, de forma estreita, ao românico nortenho, Margarida Alçada e Carlos Ruão apontaram também para a mesma centúria defendida por nós, embora considerassem que terá sido mais para os finais do século (Alçada, 1983 e Ruão, 1996).

De salientar que, com a explanação destes dados, não estamos a afirmar que estes monumentos, e o Memorial de Santo António, em particular, foram construídos com intuito de fazerem parte do cortejo fúnebre de Mafalda Sanches. Estamos, apenas, a evidenciar que, temporalmente, pode existir alguma relação entre os monumentos e a ex-rainha de Castela e religiosa do Mosteiro de Arouca.

De finalidade funerária, embora sem se saber a quem se destinava, o Memorial de Santo António é um dos monumentos mais decorados de entre os memoriais e marmoirais existentes atualmente, em que a sua função principal terá sido secundada pelo eventual pouso – o último, antes da chegada ao Mosteiro de Arouca – do féretro de Mafalda Sanches.

Protegido como Monumento Nacional, desde 1910, este é um dos exemplares mais altos do património em estudo, com uma altura superior a cinco metros.

Caracterização geral do monumento

Localização: Estrada Nacional 224, lugar de Santo António, freguesia de Santa Eulália, concelho de Arouca.
Proteção: Monumento Nacional, através do Decreto de 16 de junho de 1910, publicado em Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.
Data provável de construção: século XIII.
Estilo arquitetónico: arte românica.
Função: funerária.
Descrição: monumento composto por sapata, por plinto de três fiadas irregulares de granito, em que a superior está decorada por um sulco que torneia uma plataforma, sobre a qual se ergue uma espécie de parede, estando rasgada ao centro por arco de volta perfeita. Enquanto o intradorso do arco está decorado com motivos esteliformes, as faces das aduelas que compõem o mesmo arco ostentam num dos lados motivos cordados, ovais encadeados, heras estilizadas e no outro lado motivos semelhantes, exceto uma aduela decorada com duplos losangos encadeados (Silva, 1987:2-4).

No vão do arco, existe uma pedra sepulcral lisa, sem decoração, assente em quatro colunelos. Estes colunelos são curtos e espessos, com toro bem marcado, terminando o fuste, redondo, por capitéis figurativos, em que num dos capitéis existe uma cabeça de animal, possivelmente muar e num outro uma face humana. Os dois pares de capitéis são unidos, num e noutro lado, por cabeças de bovino, ostentando ainda cada um dos cestos aves que se afrontam, esculpidas sobre conchas ou motivos florais (Silva, 1987:2-4).
Por cima do arco central, temos duas aberturas, tipo frestas, em que cada uma é decorada com três pérolas ou meias esferas.
O conjunto é encimado por uma cornija, com cachorros prismáticos, lisos e figurativos, sobre a qual existem duas cruzes latinas e, ao centro, uma forma arredondada, não identificável (Silva, 1987:2, 4).
Em vez de argamassa a encher as juntas encontramos fragmentos de ardósia, possivelmente uma solução recente.

Memorial de Odivelas, Odivelas

"Depois duma subida, a 1,5 km Odivelas, à entrada da qual se vê o chamado Memorial, erigido, segundo uns, para nele descansar o féretro de D. Dinis, segundo outros, o de D. João I, por ocasião de ser trasladado para a Batalha." (Dionísio, 1979:467).

O Memorial de Odivelas, o exemplar mais a sul de Portugal de que se tem conhecimento, é de todos o mais citadino, localizado em pleno centro urbano, rodeado de habitações e de serviços públicos, e sujeito a uma maior pressão automóvel. É, indiscutivelmente, um ambiente diferente daquele que assistiu à sua edificação na Idade Média, na entrada do antigo burgo.

Esta envolvência, marcadamente contemporânea, não foi fator impeditivo para que certos autores ficassem encantados com a sua arquitetura, como foi o caso de Mário Guedes Real (1944:305) que se enamorou por este "misterioso «megalito» de cantaria lavrada" e como A. Nogueira Gonçalves (1988:15) que o apreciou como "o mais elegante" de todos os monumentos desta tipologia.

Como ocorre com os restantes monumentos analisados nesta monografia, o Memorial de Odivelas, conhecido por "Memória", "Monumento a D. Dinis", "Arco de Odivelas" entre outros títulos, está envolto em interrogações sobre as suas origens e funções. A falta de documentação histórica esclarecedora impede uma resposta assertiva. Apresentemos algumas das teorias que procuram justificar a sua construção.

Uma das teorias invoca a sua construção para efeitos de delimitação de um couto, justificação também já apresentada para outros monumentos semelhantes, como verificado para o Arco de Paradela.

Memorial de Odivelas (Odivelas). Atualidade.

Afastando por completo a ideia de ser um monumento funerário, como muitos outros exemplares, Mário Guedes Real defendeu que este serviu como padrão de couto do Mosteiro de Odivelas. Segundo o autor, nos tempos medievos, os mosteiros tinham direito de jurisdição sobre os seus territórios e, em geral, esse direito era assinalado com um padrão, tal como faziam os concelhos que atestavam os seus poderes jurisdicionais com pelourinhos (Real, 1944:328).

Opinião igual teve Henrique Ramos quando defendeu que o memorial serviu de marco de couto (Ramos, 1985:8) do citado Mosteiro de Odivelas.

No mesmo sentido temos a opinião de Maria Vaz (2010) que apontou a possibilidade deste ter sido construído para assinalar o limite do poder da Abadessa dessa casa religiosa, logo servindo como marco da área territorial que pertencia ao couto do mosteiro. Para esta justificação, a autora recorreu às siglas de canteiro.

Como as siglas são marcas individuais dos canteiros, identificando cada um deles, a autora procurou siglas iguais na cantaria do memorial e na cantaria do mosteiro. Nesta procura, a autora conseguiu encontrar uma sigla no memorial que é igual a uma outra gravada na cantaria da casa monacal. Este achado possibilitou à autora estabelecer a relação entre os dois imóveis, concluindo que o memorial foi um marco diretamente relacionado com o mosteiro, porque delimitava o território sob poder da Abadessa. Também com base na comparação de siglas, a mesma autora apontou para a possibilidade de o memorial ter sido mandado construir pelo rei D. Dinis, porque provavelmente foi trabalho dos mesmos canteiros que edificaram o mosteiro (Vaz, 2010) a mando do rei.

Convém salientar que os canteiros medievais trabalhavam à jorna e não apenas numa só obra. Por conseguinte, é comum encontrarmos a mesma sigla e, deste modo, o mesmo canteiro em diversas construções sem que haja entre esses imóveis uma relação direta, por exemplo, terem sido encomendados pelo mesmo encomendador ou com uma mesma finalidade. A grande vantagem das siglas é conseguir teorizar sobre as influências arquitetónicas entre imóveis e não estabelecer uma mesma finalidade ou um mesmo encomendador para diversas construções. Ou seja, dois ou mais imóveis terem siglas iguais não significa que foi o mesmo encomendador a mandá-los executar. A existência de siglas no memorial e no mosteiro apenas testemunha o facto de terem sido construídos por volta do mesmo período temporal[10], entre os finais do século XIII e princípios do século XIV. O ato de D. Dinis ter fundado o mosteiro não significa, com base em siglas, que terá mandado construir o memorial.

O certo é que a associação do memorial ao rei D. Dinis acabou por ser efetuada através de uma outra teoria. Esta teoria, provavelmente a mais difundida, relacionou o memorial com a morte deste rei.

Francisco Brandão (1672:486), na *Monarchia Lusitana,* descreveu a chegada do corpo do rei D. Dinis a Odivelas, escrevendo que foi no local onde temos o memorial que se fizeram as cerimónias fúnebres:

> "Todos esperavão fora do Convento, & alguns querem dizer, que aonde agora esta hum arco de pedraria parou a liteira, & se fizerão as costumadas ceremonias." (Brandão, 1672:486).

No século XVIII, o cura João Lopes Cardoso que redigiu a Memória Paroquial da localidade, em 16 de abril de 1758, relacionou o monumento com o citado monarca quando escreveu que, segundo a tradição, o memorial

10 O Mosteiro de Odivelas foi fundado pelo rei D. Dinis e construído, entre 1295 e 1305, na sua Quinta de Vale de Flores. O Mosteiro foi doado às monjas Bernardas da Ordem de Cister (CMO, 2021).

serviu para pousar o féretro de D. Dinis quando veio a sepultar na Igreja do Mosteiro, sendo também junto do memorial que as freiras, que ainda não estavam clausuladas, foram receber o corpo do monarca, levando-o em comunidade para a igreja.

No século XIX, o jornal *O Panorama* referiu-se ao memorial como o "Monumento de D. Diniz" (*O Panorama*, 1837:58), porque foi o local onde parou a liteira[11] e se fizeram as cerimónias fúnebres.

Esta associação continuou no século XX. Apesar de Henrique Ramos (1985:8) considerar, como escrito anteriormente, que poderia ter servido inicialmente de marco de couto, o mesmo autor ponderou igualmente que o memorial, como foi colocado no itinerário Lisboa-Caneças e ao cimo do Outeiro de Odivelas, poderá ter servido de paragem para atos fúnebres (Ramos, 1985:1), mas nunca com função tumular permanente (Ramos, 1985:4). Atendendo a esta função, o citado autor expôs que este monumento esteve relacionado com a trasladação do corpo do rei D. Dinis, ainda que também considere plausível a sua relação com o corpo de D. João I (1385-1433), mestre de Avis, falecido em Lisboa, no dia 14 de agosto de 1433.

Quanto à primeira hipótese, e baseando-se em tradições populares, Henrique Ramos (1985:5) apreciou a circunstância do memorial ter servido na trasladação do corpo do rei D. Dinis, falecido em Santarém, em 7 de janeiro de 1325, e que dali seguiu para o mausoléu na igreja do Mosteiro de Odivelas. Deste modo, e segundo o autor, este memorial foi construído no século XIV, atendendo à data da morte do rei e ao evento que se seguiu (Ramos, 1985:4).

Na outra hipótese, novamente relacionada com uma trasladação, desta vez de D. João I, Henrique Ramos

D. Dinis, rei de Portugal (c.1312/1325). Autor Desconhecido. *Compendio de crónicas de reyes* (1301/1400).

11 Veículo sem rodas, suspenso por varais levados à frente e atrás por homens ou animais (Priberam, 2008-2021).

22. Não tem esta terra privilegios alguns, nem couza digna
de memoria, mais que ter na entrada do Lugar, vindo de Lxª,
hum pedrestal de pedraria lavrada com seus arcos no
meyo, formados sobre outo colunas, sobre as quaes corre
huã imposta em redondo, e se fecha com outro arco grande,
e por sima delle tem no frontespicio as armas reaes, e por
remate huã Cruz, tudo da mesma pedraria. Da-se a esta
obra

Obra o nome de Memoria, por ser tradicão, que naquelle Lugar
se pozera o Caixão, em que era conduzido o corpo defunto do
Senhor Rey D. Diniz, quando veyo a sepultar à Igreja das
Religiozas de São Bernardo do ditto Lugar, e que as mesmas
Religiozas ali o vierão receber, (porque então ainda não erão
clauzuradas,) e o levarão em Comunidade para a ditta sua
Igreja, aonde tinha a sepultura.

Extrato da Memória Paroquial de Odivelas, escrita pelo cura João Lopes Cardoso (1758:65-66).

avançou a possibilidade de, perante a morte do citado monarca, o monumento ter servido de local por onde transitou o corpo de D. João I entre Lisboa e o Mosteiro da Batalha (Ramos, 1985:5). Neste caso, e atendendo à data de morte do monarca, podemos estar perante um monumento construído no século XV.

Esta última hipótese encontra-se em concordância, embora parcialmente, com o conteúdo da ficha deste monumento no sítio eletrónico da DGPC. Com base em elementos artísticos do memorial, nomeadamente a existência na empena de uma cruz da Ordem de Avis (DGPC, 2017) e, imediatamente abaixo, existir um escudo com treze castelos, a DGPC avaliou a possibilidade desta parte superior da obra ter sido efetuada durante o reinado de D. João I e, deste modo, o memorial estar associado a este monarca.

Sobre esta hipótese, a DGPC argumentou que o Mosteiro de Odivelas foi objeto de uma campanha arquitetónica apoiada pela rainha D. Filipa de Lencastre (1387-1415), rainha consorte de Portugal pelo seu casamento com D. João I, e que, em 1433, o cortejo fúnebre deste monarca parou neste local ao ser transportado de Lisboa para a Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha.

Perante estes dados, podemos supor que, na primeira metade do século XV, o monumento foi objeto de campanha reformadora, especialmente na sua parte superior, embora isso não signifique que tenha sido construído nesta época (DGPC, 2017). O memorial deve ter sido edificado em épocas anteriores e, mais tarde, serviu para um novo pouso, no âmbito de um outro ato fúnebre régio, desta vez de D. João I.

Memorial de Odivelas (Odivelas). Coroamento com escudo real e cruz vazada.

Mário Guedes Real, investigador que tem um carinho especial pela "Memória" de Odivelas, como o intitulou nos seus artigos, contestou a atribuição a D. João I, alicerçando a sua opinião nas características do escudo das armas nacionais que encima o monumento. Para este autor, o escudo não pode ser atribuído a D. João I, porque este monarca usava o escudo de Portugal assente sobre a cruz de Avis, de cuja Ordem era mestre. O autor concluiu que este escudo é anterior a este monarca, podendo ser imputado à época de D. Dinis ou a uma próxima dele (Real, 1944:320).

Há igualmente a possibilidade do monumento ter sido mandado edificar por um outro monarca. A DGPC, além de apontar para o eventual patrocínio régio de D. Dinis ou de D. João I, já citados, também avançou com a eventualidade de ser uma obra a cargo de D. Afonso IV, o *Bravo*, rei de Portugal entre 1325 e 1357. Apesar de acrescentar esta hipótese, a DGPC argumentou que a hipótese mais consensual é a que situa a construção do memorial no tempo de D. Dinis, perspetiva que encontrou melhores argumentos de sustentação, porque foi este monarca que permitiu a construção do Mosteiro de Odivelas, local que o próprio escolheu para sua última morada (DGPC, 2017).

As hipóteses avançadas – monumento para demarcar um couto ou para atos fúnebres – permitiu a Ramos (1985:7) concluir pela dificuldade em se determinar, com exatidão, a razão da sua construção, bem como o respetivo século.

Todavia, a maioria dos autores aponta a construção do monumento para a primeira metade do século XIV, com alterações nos séculos vindouros, como sucedeu eventualmente no tempo de D. João I. Estas alterações não se ficaram apenas por estes séculos. Conforme indica a DGPC (2017), até há poucos anos existia a inscrição *1721 – RTF* gravada no memorial que poderá ser reveladora de uma provável campanha de obras nesse ano.

Sobre este assunto, Mário Guedes Real (1944:322) entende que "1721" diz respeito ao ano em que foi feito o trabalho, a letra "R" significa *Restaurado* e as restantes letras são as iniciais do canteiro que teve a obra a seu cargo.

No século XX, mais precisamente no ano de 1938, e devido ao rebaixamento da Estrada Nacional 68 para a ligação a Carriche, a Junta Autónoma das Estradas solicitou à DGEMN a mudança de local do Memorial. A DGEMN concordou. E a solução adotada foi recuar o Memorial para evitar a sua deterioração ou danos posteriores (Noé e Figueiredo, 2010).

Em 1957, a DGEMN procedeu a trabalhos de recolocação de pedra da base do arco que se encontrava deslocada do seu lugar e caída junto ao Memorial.

Em 1982, a mesma entidade procedeu à reparação das cantarias da base, trabalho executado a partir de pedras em bruto existentes no Palácio Nacional da Ajuda e à execução e reparação de quatro frades[12] em pedra de cantaria do tipo lioz para proteção e para evitar danos provocados pelos rodados das viaturas (Noé e Figueiredo, 2010).

Para acautelar novos danos, especialmente provocados pelo tráfego automóvel, em 2004, a Câmara Municipal de Odivelas efetuou novas alterações para a sua proteção, nomeadamente o alteamento da zona envolvente com a execução de uma plataforma elevada e colocação de uma rampa de acesso com guarda metálica (Noé e Figueiredo, 2010).

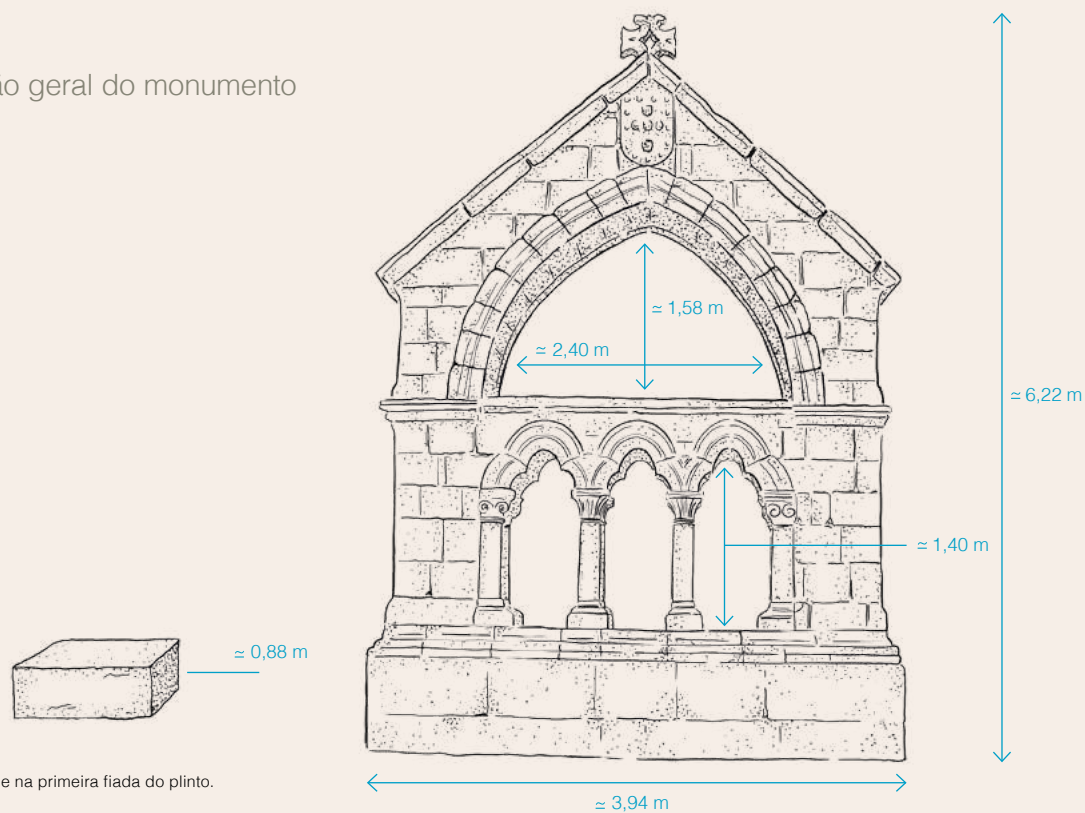
A descrição da evolução do Memorial ao longo dos tempos permite-nos constatar várias teorias para justificar a sua construção. A curiosidade é que todas elas têm o

12 Marco ou elemento vertical, geralmente em pedra, colocado em ruas, passeios ou entradas para delimitar ou impedir a passagem ou estacionamento de veículos (Priberam, 2008-2021).

Memorial de Odivelas (Odivelas). Trabalhos de reparação em 1983.

Mosteiro de Odivelas como elo comum: ou o memorial serviu como marco de couto da casa religiosa ou serviu como local de pouso do rei fundador dessa instituição. A primeira opção parece a mais evidente, embora o memorial possa ter sido reutilizado como local de pouso. A construção do memorial para fins funerários permanentes está colocada de parte, porque a sua estrutura não se compadece com esta finalidade. Partindo destes pressupostos, a procura da verdadeira justificação para a construção do monumento terá necessariamente de buscar razões no citado mosteiro e, em complemento, no seu fundador, o rei D. Dinis.

Por conseguinte, podemos concluir que estamos perante um memorial – ou uma "memória", como defendeu Mário Guedes Real – para lembrar o poder jurisdicional de um mosteiro num determinado território e, adicionalmente, faz-nos lembrar uma personalidade de enorme relevância para o reino português e para a história local. E esta relevância evidenciou-se posteriormente na valorização do monumento ao nível da arte e da história nacional e municipal: o Memorial de Odivelas é dos poucos memoriais existentes em Portugal, estando classificado como Monumento Nacional, desde 1910; e é um monumento prezado pelos Odivelenses, tendo-se tornado num dos símbolos identitários do concelho de Odivelas, criado no dia 14 de dezembro de 1998, pela Lei n.º 84/98 (CMO, 2021).

Caracterização geral do monumento

Nota: A espessura baseia-se na primeira fiada do plinto.

Localização: Largo da Memória, Odivelas.

Proteção: Monumento Nacional, através do Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Data provável de construção: século XIV.

Estilo arquitetónico: arte gótica.

Função: memória.

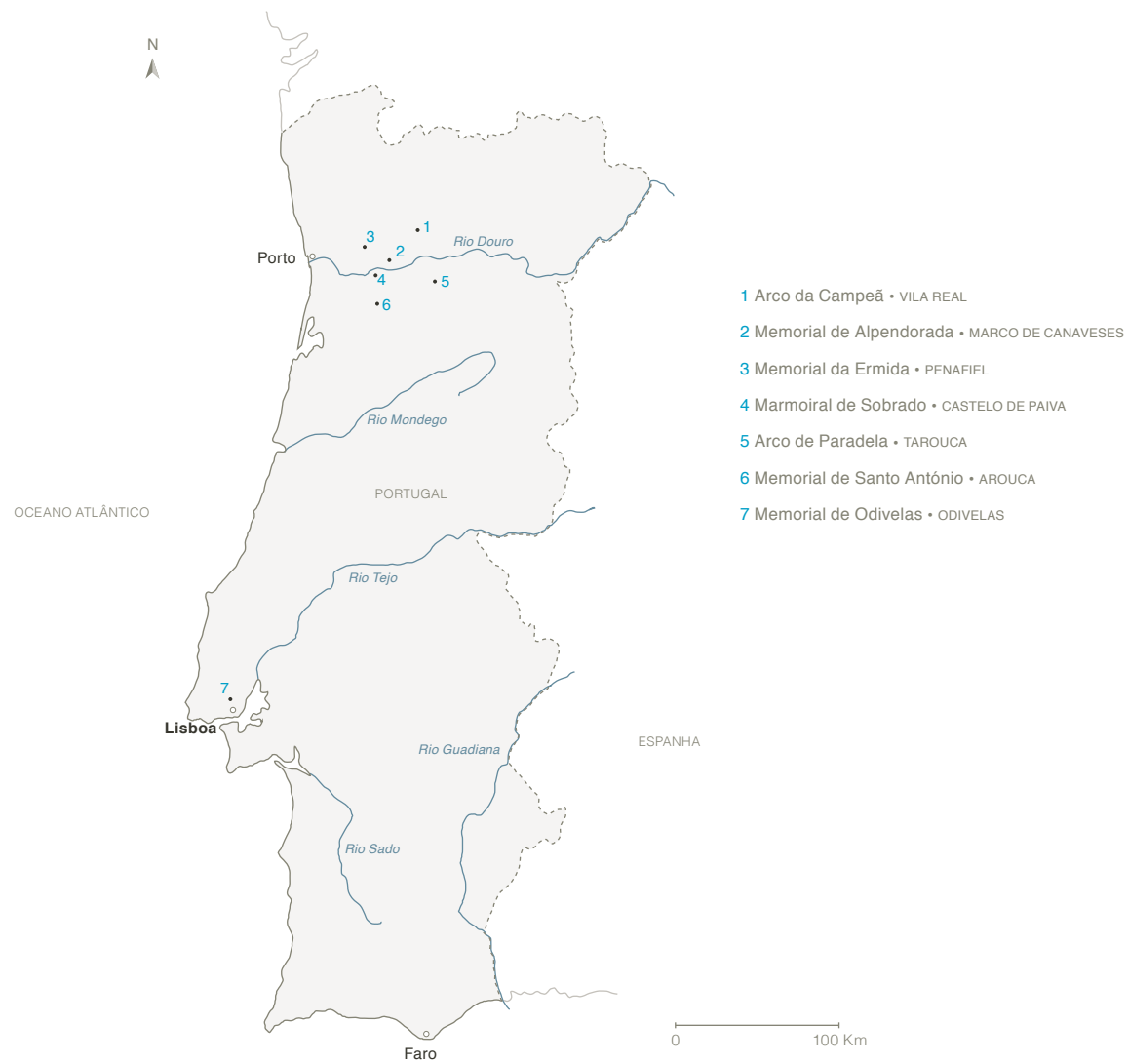
Descrição: orientado no sentido sudoeste-nordeste, com uma das faces voltada para Lisboa e a outra para o Mosteiro de Odivelas (JFO, 2017), o monumento foi construído em calcário lioz[13], extraído das pedreiras de Trigaches, freguesia de Famões (JFO, 2017), com fiadas de cantaria regulares e composto por base, dupla arcaria e coroamento (DGPC, 2017).

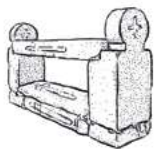
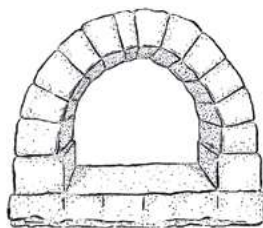
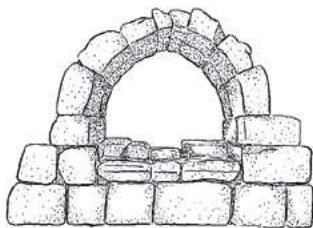
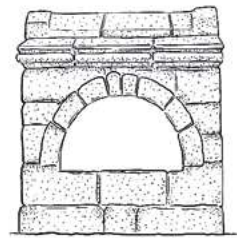
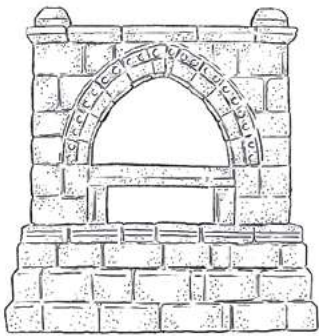
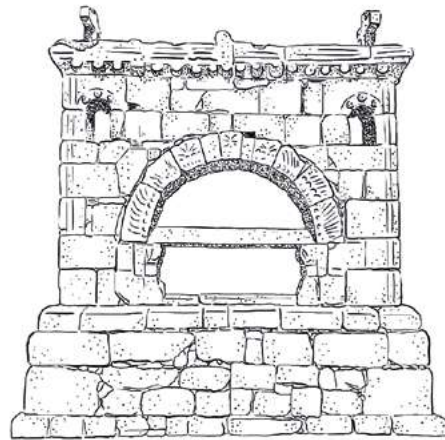
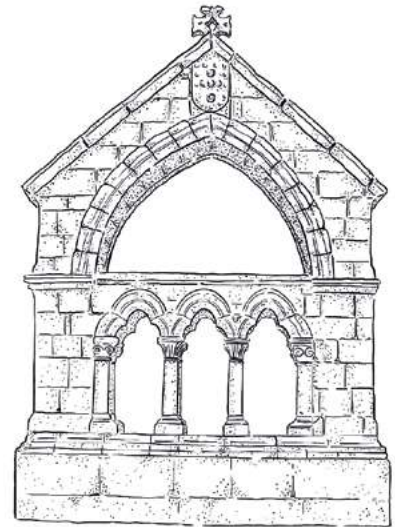
A estrutura assenta em base paralelepipédica. No registo superior, a arcaria contempla três arcos, trilobados e com aduelas de toro saliente, que assentam em capitéis vegetalistas. Sobrepõe-se-lhe arco quebrado, de aduelas trabalhadas, que enquadra a parte central da obra. Seria neste espaço onde o túmulo possivelmente repousaria (DGPC, 2017).

O coroamento possui escudo real composto por cinco escudetes postos em cruz e bordadura com treze castelos, terminando a estrutura em cruz vazada, floreada, composta por quatro semicírculos (Noé e Figueiredo, 2010).

13 Pedra calcária, das formações do Cretácico Superior Turoniano (c. 89.9-93.9 milhões de anos), caracterizada por ser muito compacta, sub-cristalina e de cor branca. Explora-se principalmente nos arredores de Lisboa e em vários locais dos distritos de Leiria e Coimbra. O Mosteiro dos Jerónimos foi construído com este tipo de pedra (Correia *et al.*, 1936-1960:176).

Os monumentos no mapa de Portugal

1 Arco da Campeã • VILA REAL
2 Memorial de Alpendorada • MARCO DE CANAVESES
3 Memorial da Ermida • PENAFIEL
4 Marmoiral de Sobrado • CASTELO DE PAIVA
5 Arco de Paradela • TAROUCA
6 Memorial de Santo António • AROUCA
7 Memorial de Odivelas • ODIVELAS

Distribuição geográfica dos memoriais e marmoirais em Portugal continental.

Os monumentos em perspetiva

Marmoiral de Sobrado
CASTELO DE PAIVA

Arco da Campeã
VILA REAL

Arco de Paradela
TAROUCA

Memorial de Alpendorada
MARCO DE CANAVESES

Memorial da Ermida
PENAFIEL

Memorial de Santo António
AROUCA

Memorial de Odivelas
ODIVELAS

Os monumentos em cronologia

"Se os memoriais surgem na documentação a partir do século X, parece que por volta dos séculos XV ou XVI já se teria perdido há muito o hábito da sua construção." (Silva, 1998:22).

Para finalizar este estudo, apresentamos a sucessão temporal dos principais momentos relacionados com a história dos memoriais e marmoirais, porque estes resultam de uma série de acontecimentos contínuos, todos eles balizados no tempo. Sem datas, não temos história, e sem história, não temos memória.

Século XII	Época provável de construção do Memorial de Alpendorada.
1114	Um manuscrito, citado por frei António da Soledade, menciona que o Memorial da Ermida é o jazigo de Souzinho Álvares, alcaide do castelo de Bugefa.
1141	Referência a marmoirais na carta de Couto do Mosteiro de Ancede, que servem para limitar o território desta casa monacal.
1175	Construção do Arco de Paradela, segundo a tradição.
Séculos XII-XIII (entre)	Época provável de construção do Arco da Campeã.
	Época provável de construção do Marmoiral de Sobrado.
Século XIII	Época provável de construção do Memorial da Ermida e do Arco de Paradela.
1273	Referências toponímicas ao Arco de Paradela.
Século XIV	Época provável de construção do Memorial de Odivelas.
Século XV	O Memorial de Odivelas é objeto de campanha reformadora, particularmente na sua parte superior, possivelmente durante o reinado de D. João I.
Século XVIII	Data provável de nova campanha de obras no Memorial de Odivelas.
	O Memorial de Burgães é reconstruído.
1751	Referência escrita ao Memorial de Burgães.
1758, abril, 28	Segundo a Memória Paroquial de Ancede, o Memorial de Lordelo é composto por um arco, com túmulo para um homem de estatura média.
Século XX, inícios	O Memorial de Lordelo já não existe.
Século XX	O Arco da Campeã é transformando em abrigo.
1910, junho, 16	Os Memoriais de Alpendorada, Lordelo e de Odivelas são classificados como Monumentos Nacionais.
1930 (década de)	Aparente abandono do Memorial de Alpendorada.
1940 (década de)	Obras de restauro no Memorial da Ermida, a cargo da DGEMN.
1944	É aprovada a Zona de Proteção para o Memorial de Odivelas, por parte da Junta da Educação Nacional.
1950, janeiro, 5	O Marmoiral de Sobrado é classificado como Monumento Nacional.
1952	O Arco de Paradela encontra-se em elevado estado de degradação.
1952, setembro	A Câmara Municipal de Tarouca e a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia avançam para a reconstrução do Arco de Paradela.

1954, janeiro, 30 O Arco de Paradela é classificado como Imóvel de Interesse Público.

1955, março, 1 É fixada a Zona Especial de Proteção para o Memorial de Odivelas.

1960 Encerramento do terreno privado que circunda o Memorial da Ermida por iniciativa do proprietário, com entrada privativa e fechado por portão de ferro, vedando o seu acesso e transgredindo a zona de proteção do monumento.

1976 Obras de beneficiação do Memorial de Alpendorada, a cargo da DGEMN: consolidação da base, limpeza, arranjo da envolvente e novos degraus de acesso.

1992, junho, 1 O Memorial de Alpendorada é afeto ao Instituto Português do Património Arquitetónico, pelo Decreto-lei 106F/92.

1997 Obras de beneficiação do Arco de Paradela, a cargo da DGEMN: consolidação estrutural e proteção da envolvente, nomeadamente no tocante à circulação automóvel.

1998 O Memorial da Ermida passa a integrar a Rota do Românico do Vale do Sousa.

2004 O Marmoiral de Sobrado passa a integrar a Rota do Românico do Vale do Sousa.

2005 Obras de conservação geral do Memorial da Ermida, no âmbito da Rota do Românico do Vale do Sousa: conservação da pedra; e conservação e valorização da envolvente.

2007 Obras de conservação e valorização da envolvente ao Marmoiral de Sobrado, no âmbito da Rota do Românico do Vale do Sousa: criação de um pequeno espaço verde; tratamento das árvores existentes e reposição das árvores de alinhamento em falta; e instalação de iluminação própria.

2009, agosto, 24 O Memorial de Alpendorada é afeto à Direção Regional de Cultura do Norte, pela Portaria n.º 829/2009.

2009, setembro, 2 Despacho de homologação do Ministro da Cultura à proposta de Zona Especial de Proteção do Memorial da Ermida.

2010 Integração do Memorial de Alpendorada na Rota do Românico.

2012, abril, 18 O Memorial de Lordelo é desclassificado como Monumento Nacional por ter sido progressivamente destruído.

2012-2013 Obras de conservação geral do Memorial da Ermida, no âmbito da Rota do Românico: instalação de um sistema de rega automática na envolvente e minimização das barreiras arquitetónicas de acesso.

2013-2014 Trabalhos de requalificação da área envolvente ao Marmoiral de Sobrado, no âmbito da Rota do Românico.

2015 Obras de conservação geral do Memorial de Alpendorada e da envolvente, no âmbito da Rota do Românico: limpeza e manutenção do monumento; pavimentação parcial da esplanada, plantio de vegetação arbustiva, criação de valas de drenagem de águas e iluminação cénica.

2015, julho, 21 Inauguração da obra de requalificação do Memorial de Alpendorada.

2020, setembro, 30 O Estado Português transfere competências de gestão, valorização e conservação do Memorial de Alpendorada para o Município de Marco de Canaveses.

2021 O Arco da Campeã encontra-se em ruína.

Conclusões

> "(…) porque trato das sepulturas, digo que na comarca d'Antre Douro e Minho ha outras sepulturas antigas que não são dos Romaons e estão no monte feitas há maneira de moimento, com arco por sima, e estas não tem nenhumas letras, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali, fóra das Igrejas (…)" (Barros e Lencart, 2019:344).

Regra geral, as conclusões representam o ato de concluir um assunto. Para este trabalho, as conclusões não devem servir para fechar este assunto, mas para incentivar novos estudos, porque será um campo sempre em aberto, e promover a conservação e a fruição turístico-cultural do património.

Fazendo parte do património medieval português, os arcos de memória e de função funerária estão envoltos em incertezas. Por exemplo, não se consegue saber ao certo a razão da construção de cada um deles. De certeza que existiu uma razão óbvia para a construção de cada um. A falta de fontes de informação credíveis inviabilizam a tomada de conclusões consistentes.

Todavia, foi nossa intenção fazer uma aproximação às possíveis origens e às funções destes monumentos.

Como evidenciado, há quem atribua as origens aos tempos dos Romanos, dos Muçulmanos, à arte paleocristã, de entre outras justificações. Dificilmente, se saberá as origens deste património.

Simultaneamente, procurou-se aferir a designação mais adequada em função da sua finalidade de construção, porque pensamos ser inadequado aplicar o termo *Memorial* a quase todos eles. A função para o qual foram construídos é um fator importante para determinar a designação mais correta.

Como demonstrado, parte dos monumentos possuem características tumulares, como a sua própria arquitetura o indicia, devendo designar-se de *Marmoirais* ou, em alternativa, *Moimentos*, por serem sepulturas construídas em altura. Neste âmbito, devemos incluir os monumentos de Alpendorada, da Ermida, de Santo António e, provavelmente, o de Paradela.

Já outros monumentos, como o de Odivelas, serviram para marcar o quotidiano ou lembrar eventos importantes, como limites territoriais de casas monacais ou paragens de cortejos fúnebres. Nestes casos, os monumentos devem ser designados de *Memoriais*.

Para o monumento da Campeã, o seu mau estado de conservação não nos permite chegar a uma conclusão sobre a sua inclusão nos memoriais ou nos marmoirais. Só a realização de estudos complementares nos permitirá esclarecer melhor a sua história.

Caso particular é o monumento de Sobrado, em Castelo de Paiva. A sua arquitetura não se adequa ao tema estudado. Para ser memorial ou marmoiral teria de existir o arco, uma das características que os distingue.

Na nossa opinião, este monumento deveria estar inserido na tipologia de campas, um outro tipo de estrutura funerária existente na Idade Média. Possivelmente, a tradição e o facto de ter sido habitual aplicar o termo *Marmoiral* para classificar sepulturas diversas promoveu que este fosse designado dessa forma.

Quanto à questão de parte destes monumentos estarem associados a Mafalda Sanches, os dados históricos não são conclusivos. Na nossa opinião, os monumentos da Ermida, de Santo António e de Sobrado foram construídos para um fim específico e, depois, foram "reaproveitados" para cortejos fúnebres e, neste caso, para o de Mafalda Sanches.

A par com a investigação e divulgação histórica e a

promoção turística e cultural, esta monografia pretende, igualmente, chamar a atenção para a valorização patrimonial, nomeadamente para a necessidade de se proceder a ações de conservação e salvaguarda deste património e da sua envolvente. Exemplo do acabado de escrever é o monumento da Campeã. Aquando da nossa visita, o monumento encontrava-se num estado pouco recomendado.

Foi nossa intenção demonstrar que os memoriais e os marmoirais não constituíram uma arquitetura fortuita, isolada ou do acaso, mas construções do quotidiano, geralmente com alguma decoração, relacionados com o culto da morte, com a memória de eventos ou de personalidades e, porventura, com a delimitação de territórios.

Partindo-se do princípio de que existiriam mais, com base nas inúmeras informações históricas e toponímicas, certamente ainda há muito para descobrir, escrever, divulgar e conservar.

Para o evidenciar, terminamos com a citação de João de Barros, com a qual iniciamos este capítulo final, quando o historiador escreveu que “não tem nenhumas letras, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali, fóra das Igrejas (…)” (Barros e Lencart, 2019: 344).

Fontes

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PENAFIEL

FERREIRA, José Fernando Coelho – *Abílio Miranda: o homem, o penafidelense, o investigador*. Penafiel: Câmara Municipal, 1993.

SILVA, CARINA – *A toponímia penafidelense*. Penafiel: Biblioteca Municipal, 2009.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

[MAB] MUSEU ARQUEOLÓGICO DE BARCELOS – "Museu Arqueológico" de Barcelos, inventário: manuscrito. [1950?]. Ms. 2000. Manuscritos.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO

Memórias Paroquiais: [Memória paroquial de] Travanca (Salvador). PT/TT/MPRQ/37/96. [Em linha]. Lisboa: IAN/TT, 2008. [Consult. 6 mar. 2022]. Disponível em <URL:https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4241923>.

Memórias Paroquiais: Memória paroquial de Odivelas, Lisboa, vol. 26, n.º 6, pp. 59-69. [Em linha]. Lisboa: IAN/TT, 2005-2021. [Consult. 4 set. 2021]. Disponível em <URL:https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4240970>.

Bibliografia

[AMP] ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO – *Couto, Armando. 1901-1997* [Em linha]. Porto: Arquivo Municipal do Porto, [s.d.]. [Consult. 2 set. 2021]. Disponível em <URL: http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/10/>.

[CMO] CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS – *História de Odivelas; Mosteiro de São Dinis e São Bernardo* [Em linha]. Odivelas: Câmara Municipal, 2021. [Consult. 2 set. 2021]. Disponível em <URL:https://www.cm-odivelas.pt/>.

[CMP] CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL – *Guia de turismo da cidade e concelho de Penafiel e relatório das gerências (1936 a 1943)*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1945.

[DGPC] DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – "Arco da Memória" [Em linha]. In *Património Cultural*. [Consult. 23 out. 2021]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73532>.

_____________ – "Memorial da Ermida" [Em linha]. In *Património Cultural*. [Consult. 30 dez. 2021. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69801>.

_____________ – "Memorial de Lordelo" [Em linha]. In *Património Cultural*. [Consult. 17 dez. 2017]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/6732729/>.

_____________ – "Memorial de Odivelas" [Em linha]. In *Património Cultural*. [Consult. 17 dez. 2017]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70249>.

_____________ – "Monumento funerário do Sobral" [Em linha]. In *Património Cultural*. [Consult. 20 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70193/>.

[JFO] JUNTA DE FREGUESIA DE ODIVELAS – *Cruzeiro / Memorial* [Em linha]. Odivelas: Junta de Freguesia de Odivelas, 2017. [Consult. 17 dez. 2020]. Disponível em <URL:http://jf-odivelas.pt/patrimonio/>.

[MEP] MUSEU ETHNOGRAPHICO PORTUGUÊS – *O Archeologo Português*. Vol. II, n.º 12 (dez. 1896), pp.315-316.

[TP] TERRAS DO PAIVA – "Duas das poucas lendas de Castelo de Paiva acerca do «Memorial da Boavista»". *Terras do Paiva*, 1983.

"D. Dinis, Rei de Portugal". In *Compendio de crónicas de reyes del Antiguo Testamento, gentiles, cónsules y emperadores romanos, reyes godos y de los reinos de Castilla, Aragón, Navarra y Portugal*. [S.l., s.n., 1301-1400]. [Em linha]. [Consult. 18 dez. 2021]. Disponível em <URL:http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000051546>.

"O Marmoiral". *O Panorama: Jornal litterario e instructivo*. Vol. 142 (1940), p. 20.

"Odivellas". *O Panorama: Jornal litterario e instructivo*. Vol. 8 (jun. 1837), pp. 57-58.

ALÇADA, Margarida, 1983; RUÃO, Carlos, 1996 – Memorial de Santo António do Burgo / Arco da Rainha Santa [Em linha]. In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 2001-2016. [Consult. 30 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=871>.

ALVELOS, Manuel – "Monumentos antigos de Viseu II: o Marmoiral de Viseu". *Revista Beira Alta*. Ano VII, n.º 4 (1948), pp. 333-335.

ALVES, Ana Cristina Pastor – *Mosteiro de São João de Tarouca*. Évora: Universidade de Évora, 2012. Dissertação de Mestrado integrado em Arquitetura.

ALVES, Pedro – "Memoriais e padrões: monumentos medievais escondidos à vista de todos" [Em linha]. In *InfoBlog jmdorropio.wixsite.com*, 2020. [Consult. 13 out. 2021]. Disponível em <URL:https://jmdorropio.wixsite.com/site/post/memoriais-e-padroes>.

BALSA, Carlos – "Arco Memorial da Campeã: um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão". In *Povoamento e vias de comunicação ao longo da História*. Vila Real: Biblioteca Municipal, 2021, pp. 45-79.

_____________ – "Via do Marão: contributos para a identificação do traçado do antigo caminho do Marão". Revista *Oppidum*. N.º 10 (2017), pp. 39-62.

BARBOSA, J. de Vilhena – "Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inédito): arrabaldes de Lisboa". *Archivo Pittoresco*. N.º 42 (1863), pp. 332-333.

BARBOSA, José Júlio da Mota – *Guia de turismo da cidade e concelho de Penafiel*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1942. Separata do Relatório da Câmara Municipal.

BARROCA, Mário Jorge – "Notas sobre a ocupação medieval em Baião". Revista *Arqueologia*. N.º 10 (1985), pp. 12-14. Separata.

BARROS, João de, autor; LENCART, Joana, co-autor (estudo e transcrição) – *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019.

BÍBLIA PASTORAL. Lisboa: São Paulo, 1993.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez e Latino: L - N, volume 5*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 418.

BOTELHO, Maria Leonor – "Memorial de Alpendorada, Marco de Canaveses". In MACHADO, Rosário Correia, coord. geral – *Rota do Românico*. Lousada: CERT, 2014. Tomo I, pp. 83-97.

BOTELHO, Maria Leonor; RESENDE, Nuno – "Igreja de Santa Maria de Veade, Celorico de Basto". In MACHADO, Rosário Correia, coord. geral – *Rota do Românico*. Lousada: CERT, 2014. Tomo II, p. 312.

BRANDÃO, Francisco – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: na officina de Joam da Costa, 1672. Vol. 6, p. 486.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique – *As freguesias do distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2006.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – *As freguesias do distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2010.

_____________ – *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2011.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2009.

CARDOSO, Jorge – *A giologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas…* Lisboa : na Officina Craesbeekiana, 1652. Tomo I, pp. 296-297.

_____________ – *A giologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas…*Lisboa: na

Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, 1666. Tomo III, pp. 23-26.

CARDOSO, Luís – *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal…* Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. 2 tomos.

CARVALHO, João, texto, 1997; PESSOA, Lúcia, atualização, 1998 – "Arco da Paradela, Viseu, Tarouca, União das freguesias de Tarouca e Dálvares". In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 1997-1998. [Consult. 22 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5011>.

CORREIA, A. M. *et al.* – "Lioz". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 15, pp. 176.

_____________ – "Mafalda (D.)". In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 15, pp. 870-874.

_____________ – "Memorial". In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 16, pp. 857-858.

_____________ – "Odivelas". In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 19, p. 202.

_____________ – "Rodrigues (Mónio)". In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 26, p. 10.

_____________ – "Tarouca". In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 30, p. 744.

_____________ – "Viegas (D. Toda)". In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. Vol. 35, p. 223.

CORREIA, Francisco Carvalho – *Burgães: elementos para uma monografia*. Burgães: Paróquia de Burgães, 1999. Vol. 1, pp. 25-26.

COSTA, Joaquim Luís – "A representação do pecado da luxúria no românico de Amarante" [Em linha]. *Amarante Magazine*. 2020 (maio).

_____________ – "Luxúria e iconografia na escultura românica portuguesa" [Em linha]. *Medievalista*. N.º 17 (jan.-jun. 2015).

_____________ – "Mafalda Sanches entre dois reinos: rainha anulada em Castela, infanta reconhecida em Portugal". In CERNADAS MARTÍNEZ, Silvia; GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel, coords. – *Reinas e Infantas en los Reinos Medievales Ibéricos.* Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2015, pp.119-136.

_____________ – *Os arcos memoriais medievais: lendas, mistérios e funções*. *JN História*. N.º 9 (2017), pp. 44-50.

DECLARAÇÃO n.º 100, Diário da República, 2.ª série, n.º 105, de 30 de maio de 2012, p. 19463.

DECRETO de 16 de junho de 1910, Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

DECRETO n.º 37.728, Diário do Governo, n.º 4, de 5 de janeiro de 1950.

DECRETO n.º 39 521, Diário do Governo, 1.ª série, n.º 21, de 30 janeiro 1954.

DIONÍSIO, Sant'Anna, coord. – *Guia de Portugal.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979. Vol. I, p. 467.

_____________ – *Guia de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Vol. IV, tomo I, pp. 493, 521, 527, 614-615.

FERNANDES, A. de Almeida – *As dez freguesias do concelho de Tarouca: história e toponímia*. Tarouca: Câmara Municipal, 1995.

_____________ – *Esparsos de história (sécs. XII e XIII): com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII).* Porto: [s.n.], 1970. Separata de Boletim Casa Regional Beira-Douro.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – "Estradas velhas entre Leça e Ave". *Douro-Litoral: Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e Históri*a. Série IV, n.os I-II (1950), pp. 50-71.

GONÇALVES, A. Nogueira – "Os Memoriais medievos, seu significado". *Revista Mundo da Arte.* II Série, n.º 2 (jul.-set. 1988), pp.5-18.

GONÇALVES, José Alberto – *Baião através dos tempos.* Baião: edição do autor, 2009.

GUSMÃO, Artur Nobre de – "Nota Introdutória". In VASCONCELOS, Joaquim de, textos; ABREU, Marques, fotos – *Arte românica em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p. I.

LEAL, Augusto Soares de Pinho – "Moimento da Rainha Santa". In CASTILHO, Alexandre Magno de – *Almanach de lembranças luso-brasileiro para o anno de 1860*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza, 1859, p. 324.

LOIS GARCÍA, Xosé – *Simbologia do românico de Penafiel*. Lousada: CERT, 2018.

MARTINS, A. – "Memorial de Santo António do Burgo" [Em linha]. In *Património Cultural*. [Consult. 7 out. 2021]. Disponível em <URL://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70396>.

MIRANDA, Abílio – "Marmoiral". *Penafidel: Boletim da Comissão Municipal de Cultura*. Vol. I (1947), pp. 9-11.

MOUTINHO, José Viale – *Portugal Lendário: tesouro da tradição popular*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, pp.117-118.

NOÉ, Paula; FIGUEIREDO, Paula – "Memorial de Odivelas, Portugal, Lisboa, Odivelas" [Em linha]. In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 2010. [Consult. 21 set. 2018]. Disponível em <URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4813>.

OLIVEIRA, Catarina – "Arco da Paradela" [Em linha]. In *Património Cultural*, 2006. [Consult. 21 set. 2018]. Disponível em <URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72375>.

PEDRO, João – "Lendas de Castelo de Paiva" [Em linha]. [S.l.]: *Turminha Fabulosa*, 2017. [Consult. 21 set. 2021]. Disponível em <URL:http://turminhafabulosa.blogs.sapo.pt/35332.html Blogue escolar>.

PEREIRA, Nuno Moniz – *Símbolos da Igreja Cristã*. Lisboa. Presselivre, 2009.

PEREIRA, Paulo, dir.; RODRIGUES, Jorge, textos – *História da arte portuguesa: O mundo românico (séculos XI.XIII)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. Vol. II.

PINHO, Maria Rosa Moreira de – *Elementos para a história de Castelo de Paiva*. Castelo de Paiva: ADEP, 1991, pp.74-76.

PINTO, Ricardo; GOMES, Paulino – *Penafiel: uma história de séculos sempre verde, sempre jovem*. Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1997.

____________ – *Marco de Canaveses: entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão...* Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1997.

PORTO EDITORA – "A Mula da Rainha Santa" [Em linha]. In *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2011. [Consult. 5 out. 2021]. Disponível em <URL:http://www.infopedia.pt/$a-mula-da-rainha-santa>.

____________ – *"Caça"* [Em linha]. In *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [Consult. 21 set. 2021]. Disponível em <URL:https://www.infopedia.pt/$caca>.

____________ – "*D. Pedro, conde de Barcelos"* [em linha]. In *Infopédia*. Porto: Porto Editora. [Consult. 9 nov. 2021]. Disponível em <URL:https://www.infopedia.pt/$d.-pedro-conde-de-barcelos>.

PRIBERAM – "Frades". In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [Em linha], 2008-2021. [Consult. 30 nov. 2021]. Disponível em <URL: https://dicionario.priberam.org/frades>.

____________ – "Liteira". In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [Em linha], 2008-2021. [Consult. 30 nov. 2021]. Disponível em <URL: https://dicionario.priberam.org/liteira>.

RAMOS, Henrique – *Odivelas*. Odivelas: Junta de Freguesia, 1985.

REAL, Mário Guedes – "Padrões históricos da Estremadura: a 'Memória' em Odivelas". *Boletim da Junta da Província da Estremadura*. Série II, n.º 5 (jan.-abr. 1944), pp. 305-330.

_____________ – "Padrões históricos da Estremadura: a 'Memória', em Odivelas". *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Série 2, n.ºs 61-62 (1964), pp. 35-57.

_____________ – "Pelourinhos da Beira Alta". *Revista da Beira Alta*. Vol. 23, n.º IV (1964), pp. 293-306.

RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiástica e civil de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810. Tomo I, p. 193.

ROSAS, Lúcia; BARROS, Márcia – "Memorial da Ermida / Marmoiral de Sobrado". In MACHADO, Rosário Correia, coord. – *Rota do Românico do Vale do Sousa.* Lousada: VALSOUSA, 2008, pp. 222-233.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, frei – *Memórias para a vida da beta Mafalda.* Arouca: Irmandade Rainha Santa Mafalda, 1986. Reedição da versão editada em 1814.

SERENO, Isabel *et al.* – "Memorial da Ermida" [Em linha]. In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 2001-2016. [Consult. 30 set. 2021]. Disponível em <URL:<http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5314>.

SERENO, Isabel; AMARAL, Paulo – "Memorial de Alpendorada" [Em linha]. In *Monumentos.* Sacavém: SIPA, 2001-2016. [Consult. 10 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4940>.

SILVA, António Manuel dos Santos Pinto da – "Os marmoirais medievais: uma revisitação a propósito do monumento da Campeã, Vila Real". In *II Colóquio Viário do Marão: Povoamento e vias de comunicação ao longo da História* [Em linha]. Campeã: Junta de Freguesia da Campeã, 2021. [Consult. 13 out. 2021]. Disponível em <URL:https://www.youtube.com/watch?v=Bek5XOv2yDY>.

_____________ – "O «Marmoiral» de Alpendurada (Marco de Canaveses): um tipo raro na tumulária medieval". In *Marco Histórico e Cultural: actas de eventos marcoenses: 1988-1998*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 1998, pp. 19-34.

SILVA, João Belmiro Pinto da; GOMES, Paulino – *Baião: tradição e história…* Paços de Ferreira: Anégia Editores, 1997, p. 21.

SIMÕES JÚNIOR, Manuel Rodrigues – "Concelho de Arouca". *Aveiro e o seu distrito*. N.º 4 (1967), pp. 5-8.

SIPA – *Processo de classificação do Arco da Paradela* (1952-1954). In *Monumentos*. Sacavém: SIPA, 2001-2016. [Consult. 22 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt>.

SOTTO MAYOR, Miguel – "Arco de Lordêllo". *Archivo Pittoresco*. N.º 21 (nov. 1857), pp. 167-168.

SOUSA, António Gomes de; COELHO, Manuel Ferreira – "II – Memorial da Ermida". In *Temas penafidelenses*. Penafiel: edição dos autores, 1987. Vol. II, pp. 100-103.

SOUTINHO, Pedro – *Vias romanas em Portugal, itinerários romanos: Braga (BRACARA) – Serra do Marão (Campeã) – Rio Douro (Barca de Moledo e Régua)* [Em linha]. [S. l.]: edição do autor, 2004-2020. [Consult. 22 set. 2021]. Disponível em <URL:http://www.monumentos.gov.pt https://www.viasromanas.pt/>.

VASCONCELOS, Joaquim de, textos; ABREU, Marques, fotos – *Arte românica em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

VASCONCELOS, José Leite de – *Memórias de Mondim da Beira: para a história do concelho d'este nome*. 2.ª edição. Tarouca: Câmara Municipal, 2002, pp. 262-265.

VAZ, Maria Máxima – *O memorial* [Em linha]. [Consult. 17 dez. 2017]. Disponível em <URL:http://odivelas.com/2010/03/08/o-memorial/>.

VICENTE, Ana Sofia Fernandes – *O monumento e o tempo: estudo histórico e arquitectónico do Mosteiro de São Dinis em Odivelas*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado em arquitetura.

VIEIRA, José Augusto – *Minho Pittoresco.* Lisboa: Livraria de António Maria Pereira – Editor, 1887.

VITORINO, Pedro – “Acêrca de «Os marmoriais»”. *Douro Litoral*. N.º 6 (1943), pp. 10-11.

____________ – “Os Marmoriais”. Douro-Litoral: Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História. Porto. 1ª Série, n.º 5 (1942), pp.15-18. Separata.

JOAQUIM LUÍS COSTA

Licenciado em Ciências Históricas – ramo Científico, pós-graduado em Bibliotecas e em Arquivos, mestre e doutor em Ciência da Informação.

O seu percurso profissional principiou em 2003 como Catalogador Externo na Porto Editora, passando nesse mesmo ano a desempenhar funções de Bibliotecário no IPAM, Matosinhos. Em 2004, iniciou a atividade de Documentalista na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa, até junho de 2007, quando começou a exercer funções de Técnico Superior na Biblioteca Municipal de Felgueiras. Maio de 2010 marcou o começo da sua ligação à VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa, exercendo funções de Técnico Superior de História na Rota do Românico.

Membro do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da APHES – Associação Portuguesa de História Económica e Social e dos AdR – Amigos del Románico (Espanha).

Autor de vários artigos, monografias e contribuições em monografias no âmbito de estudos de Comunicação Científica e de História Local e Social.

Tem um gosto especial pela escrita de contos, com os quais já foi premiado e tem uma obra publicada, com o título *Mafalda e a Luz, uma história romântica*.